



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

Andréa de Oliveira

**HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, SC
1835 - 1935**

Andréa de Oliveira

**HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, SC
1835 - 1935**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Sociologia e História da Educação, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação. Orientador: Professor Dr. Ademir Valdir dos Santos

Florianópolis
2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Andréa de
História de instituições escolares de São Francisco do
Sul, SC: 1835 - 1935. / / Andréa de Oliveira ; orientador,
Ademir Valdir dos Santos, 2019.
132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Instituições Escolares. 3. História da
Educação. I. Santos, Ademir Valdir dos . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

Andréa de Oliveira

História das Instituições Escolares de São Francisco do Sul, SC de 1835 a 1935

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientador - Prof. Ademir Valdir dos Santos Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro Titular – Prof. César Augusto Castro Dr
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro Titular – Profa Dra. Clarícia Otto Dra.
Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Membro Titular – Prof. Victor Julierme dos Santos Conceição Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Suplente - Prof. Amurabi Oliveira Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Educação.

Prof. Dra. Andrea Brandão Lapa
Coordenadora do Programa

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos
Orientador

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por me proporcionar força e luz na caminhada. Ao meu orientador pela acolhida, e por compartilhar e mediar seus conhecimentos com tamanha generosidade e competência. Aos meus filhos, Frederico e Sofia pela compreensão das horas em que me fiz ausente.

AGRADECIMENTOS

Externo minha gratidão aos amigos e companheiros de travessia durante as disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação. Agradeço à amiga Neiva de Assis Brasil pela acolhida no Recanto dos Araçás, na Lagoa da Conceição, por suas palavras de conforto e de incentivo.

Aos companheiros de trabalho na Fundação Cultural Ilha de São Francisco, em especial a amiga Soraia das Neves Pinheiro e aos servidores da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro pelo apoio.

À professora Elizabeth Filgueiras e ao amigo Josias Camargo pela colaboração e entusiasmo na compreensão da importância dessa pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC e aos servidores da secretaria do Programa.

À banca examinadora e principalmente ao Professor Ademir, meu orientador, por acreditar na possibilidade de realização deste trabalho e potencializar a luz necessária para a caminhada.

Eu já pensava em saber ler. Um dia lá na roça perguntei pra minha mãe, como se aprendia a ler. Ela me respondeu assim: meu filho para os pobres é grande dificuldade, só os ricos e quem podem ensinar os filhos a ler e escrever; porque eles têm recurso disponível. Podem por os filhos nas cidades e vilas que é justamente onde tem escolas.

E os pobres não podem fazer isso.

Com esta resposta, fiquei triste. [...], Aí ela me animou: se tens esse pensamento e interesse em saber ler, Deus há de nos ajudar e haver maneira de você aprender um pouco. Parece que Deus estava lá no algodoeiro escutando nossa conversa, porque logo, em poucos tempos apareceu na nossa vizinhança, um homem já velho, que quanto me parece era daqueles que andou na guerra do Paraguai. E este homem sabia ler e escrever. MACIEL

RESUMO

O município atualmente denominado São Francisco do Sul nos primórdios ocupando uma região habitada pelos povos pré-coloniais, de tradição Umbu, por Sambaquianos e posteriormente indígenas Carijós, foi também a primeira povoação estável e reconhecida a partir do século XVII na região sul da Mata Atlântica. Contudo, há registros de viajantes e colonizadores que ali chegaram desde meados do século XVI. O feito da povoação é atribuído ao português Manoel Lourenço de Andrade, oriundo de São Vicente, São Paulo. O povoado foi reconhecido em 1658 e recebeu a denominação de Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco em 1665. O lugar foi elevado à categoria de cidade pela Lei provincial nº 239, de 15 de Abril de 1847. O município, localizado no litoral norte de Santa Catarina, é formado pela Ilha de São Francisco e pela parte continental, o Distrito do Saí, sendo banhado em toda sua extensão oeste pela Baía Babitonga. A cidade tem seu Centro Histórico tombado por lei federal, considerado como patrimônio desde 1987. Apesar de tantos anos de existência, a historiografia a respeito de São Francisco ainda apresenta lacunas. Esta pesquisa tem como premissa dar uma contribuição à História da Educação, notadamente sob a perspectiva da História de Instituições Escolares. Objetiva analisar o processo histórico de institucionalização de escolas em São Francisco do Sul no período de 1835 a 1935. A metodologia tem por base a pesquisa documental, utilizando documentos como livros de atas da Câmara de Vereadores, Leis Orçamentárias, documentação de escolas, fotografias e imprensa. Os dados são cotejados com a literatura já produzida sobre a história local e regional. Os resultados apresentam elementos de base histórico sobre: o funcionamento de uma escola de primeiras letras, a partir do final do século XIX, conhecida como a Escola do Mestre Quincas; O Colégio Stella Matutina, inicialmente administrado pelas Irmãs da Divina Providência, fundado em 1915, hoje denominado Colégio Francisquense; o Grupo Escolar Felipe Schmidt inaugurado em 1918; a existência de escolas para filhos de pescadores, mantidas pela colônia de pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça, nas décadas de 1920 e 1930; a Escola Alemã, administrada pela Comunidade Evangélica Luterana, instituída em 1925; o Asilo Joaquim S. Thiago, inaugurado em 1932; a Escola Primária ligada à Congregação Adventista do Sétimo Dia e outros tipos de escola, como as organizadas pelos sindicatos de trabalhadores portuários, estivadores e arrumadores e a escola do Lloyd, ligada à Lloyd Brasileira, uma empresa de navegação que atuou na cidade na década de 1940. Os resultados contribuem para a compreensão dos processos vinculados ao processo de institucionalização de escolas em São Francisco do Sul no arco cronológico escolhido. Apresentando uma historiografia com instituições diversas e que desempenharam finalidades formativas específicas no contexto social, política e cultural local.

Palavras-chave: História de instituições escolares; História da Educação, São Francisco do Sul;

ABSTRACT

The municipality now called São Francisco do Sul, originally established over Carijós indigenous people's land, was also the first stable and recognized settlement from the seventeenth century on the southern slope of the Atlantic Forest. However, there are records of travelers and settlers who have come to the region since the mid-16th century. The colonization of the village was attributed to the Portuguese Manoel Lourenço de Andrade, native of São Vicente, São Paulo. The place was elevated to the category of city by the Provincial Law nº 239, of April 15, 1847. Located in the north coast in the state of Santa Catarina, it is formed by the Island of San Francisco and by the mainland, the Saí District, being bathed in all its western extension by the Babitonga's bay. The city has its Historical downtown registered by federal law, considered like patrimony since 1987. Despite so many years of existence, the historiography regarding San Francisco still presents many gaps. This research has as premise to make a contribution to the History of Education, especially from the perspective of the History of School Institutions. It aims to analyze the historical process of institutionalization of schools in São Francisco do Sul between the period of 1835 to 1935. The methodology is based on documentary research, using documents such as council books, budget laws, documentation of schools, photographs and the press. The data are compared with the literature already produced on local and regional history. The preliminary results show: The functioning of a kind of primary school, from the late nineteenth century, known as the School of Mestre Quincas; The Stella Matutina School, initially administered by the Divina Providência Sisters, founded in 1915, now called Colégio Francisquense; The inauguration of the Felipe Schmidt School Group in 1918; The existence of schools for fishermen's children in the Z-1 Fishing Colonies in the 1920s and 1930s; the German School, maintained by the Evangelical Lutheran Community, which was founded in 1925; The Joaquim S. Thiago Azylum, inaugurated in 1932; The primary school connected to the Adventist Church of the Seventh Day and other types of school, such as those organized by port workers' unions, stevedores and ushers and the Lloyd School, organized by Lloyd Brasileira, a major shipping company that operated in the city in the 1940s. I show here the results of this research. By using analysis, systematization and discussion of data to better understand the historic process of education in São Francisco do Sul.

Keywords: Education; History of school institutions; History of Education, São Francisco do Sul;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1		
Figura 2	Mapas da localização de São Francisco do Sul	23
Figura 3	Carta do Estado de Santa Catarina – 1917	24
	Planta Especial da Ilha e Porto de São Francisco - Carta do Estado de	24
Figura 4	Santa Catarina – Detalhe – 1917	
	Carta Náutica com recorte na área Norte da ilha, apresentando a	25
Figura 5	entrada da barra e canal de acesso com recorte da área portuária – 1924	
Figura 6	Carijó	27
Figura 7	Conjunto arquitetônico do Centro Histórico (detalhe)	34
Figura 8	Imagem Jornal O Mensageiro – 1905	54
Figura 9	Imagem dos prédios do Colégio Stella Matutina	60
	Discentes do Colégio Stella matutina acompanhados de irmã da	61
Figura 10	congregação [s.d]	
Figura 11	Estudantes do Colégio Stella Matutina [s.d]	62
Figura 12	Vistas do edifício do Grupo Escolar Felipe Schmidt [s.d]	65
	Corpo docente do grupo Escolar Colégio Estadual Felipe Schmidt em	66
Figura 13	1918	
Figura 14	Solenidade cívica no Grupo Escolar Felipe Schmidt – Década de 1920	67
	Manifestação contra o fechamento do Grupo Escolar Felipe Schmidt –	70
Figura 15	2017	
Figura 16	Aspecto atual do Grupo Escolar Felipe Schmidt – 2018	71
	Cartilha na língua alemã, utilizada na Escola Alemã de São Francisco	75
Figura 17	do Sul. [s.d]	
Figura 18	Cartilha para alfabetização em língua alemã. [s.d]	75
Figura 19	Cartilha para alfabetização em língua alemã. [s.d]	76
Figura 20	Conto do Gato de botas na cartilha em língua alemã [s.d]	76
Figura 21	Boletim escolar - Deutsche Schule – 1935	77
Figura 22	Edificação que abrigou a Escola Alemã – 2018	78
	Propriedade em que funcionou a Escola Alemã já em poder da família	79
Figura 23	Rhinow - Década de 1940	
Figura 24	Lembrança do Asilo Joaquim S. Thiago [s.d]	82
Figura 25	Capa do livro Fagulhas - 1927	83
	Fotografia e verso, com texto endereçado à aluna Arlete por professora	85

Figura 26	da Escola do Lloyd – 1947	
Figura 27	Escola Armando Pinna - [s.d]	90
Figura 28	Escola Professor Joaquim S. Thiago, da Colônia de pescadores [s.d]	90
Figura 29	Imagem da professora Regina Pessani da Silva [s.d]	94
Figura 30	Escola de laranjeiras – 1968	96
Figura 31	Vista da paisagem do entorno da Escola de Laranjeiras – 1968	97
Figura 32	Mobiliário da Escola de Laranjeiras – Mobiliário – 1968	97
Figura 33	Faina na Escola de Laranjeiras – 1968	99
Figura 34	Antiga Igreja Adventista e membros – 1940	102
Figura 35	Professora Nair de Miranda Maurer com alunos – 1940	103
Figura 36	Construção da Escola Nova e Igreja – Década de 1960	103
	Prédio do Sindicato dos Armazéns e Trapiches – 1937	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instrução no município de São Francisco no século XIX	50
Quadro 2	Nomeações de professores para o município de São Francisco do Sul entre os anos de 1894 e 1918	53
Quadro 3	Demonstrativo contendo os nomes das escolas da Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça, localização, data de criação e número de matriculados	91
Quadro 4	Demonstrativo dos materiais das escolas da Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça –1924	92
Quadro 5	Demonstrativo contendo a listagem dos primeiros professores que atuaram nas Escolas da colônia – 1924	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – SÃO FRANCISCO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO	20
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE – ALGUNS ASPECTOS	40
CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM SÃO FRANCISCO DO SUL: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX	48
3.1 ESCOLAS DO FINAL DO SÉCULO XIX	48
3.1.1 A ESCOLA DO MESTRE QUINCAS E AS ESCOLAS PARA MENINAS: ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS	56
3.2 INSTITUIÇÕES NO ALVORECER DO SÉCULO XX	59
3.2.1 COLÉGIO STELLA MATUTINA: PRESENÇA CONFSSIONAL	60
3.2.2 GRUPO ESCOLAR FELIPE SCHMIDT	65
3.2.3 A <i>DEUSTCHE SCHULE</i> – ESCOLA ALEMÃ	73
3.2.4 O ASILO JOAQUIM S. THIAGO	81
3.2.5 – ESCOLAS DAS COLÔNIAS DE PESCADORES	88
3.2.5.1 – Escolas da Colônia Z -2 Nossa Senhora da Graça	89
3.2.6 – ESCOLA PRIMÁRIA ADVENTISTA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - UM PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO	101
3.2.7 – O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOB A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: PERSPECTIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NA DÉCADE DE 1930 E MEADOS DOS ANOS 1940	106
3.2.7.1 Instrução pública municipal em São Francisco do Sul: análise das Leis Orçamentárias	112
CONSIDERAÇÕES	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa histórica vinculada à História da Educação, tendo como base os pressupostos teóricos e metodológicos da História de Instituições Escolares. Tal investigação teve como objetivo analisar o processo histórico de institucionalização dos estabelecimentos escolares no município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, considerando como pontos de demarcação cronológica uma datação situada entre o período conhecido como Brasil Império e as primeiras décadas do século XX. Mais precisamente, entre os anos de 1835 e 1935, sendo que a primeira datação que se refere à autorização para a criação de uma escola do sexo feminino em São Francisco que, conforme os achados dessa investigação, teria sido a primeira instituição escolar criada. O segundo marco cronológico diz respeito aos desdobramentos provenientes da década de 1930, que trazem novos sentidos para o sistema educacional brasileiro já que, em 1932, observa-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que teve importantes educadores como signatários e propunha uma educação renovada no Brasil de forma leiga, obrigatória e gratuita.

Considera, ainda, que no Estado de Santa Catarina, no ano de 1935 são percebidas alterações na filosofia e política educacional por conta da nova Reforma do Ensino Público, onde foi estabelecida uma reorganização efetuada sob a égide intelectual do professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, responsável pela antiga Diretoria de Instrução Pública. Tal reforma ficou conhecida como Reforma Trindade. E que, na busca por sintonizar-se com as instituições federais, o Estado de Santa Catarina, mediante o decreto n. 2.991 de 28 de abril de 1944 determinou que a Escola Nova, suas práticas e significações fossem colocadas em uso pelos professores no estado para uma renovação pedagógica. A década de 1940, portanto, nos apresenta um novo cenário educacional no estado e em suas políticas educacionais e por conta de tal situação, a década de 1930 adentrando a década de 1940 foi escolhido como balizador final da investigação aqui apresentada. Outrossim, se pensarmos nos vínculos com a história nacional, temos o ano de 1945 como término da denominada Era Vargas, notadamente do Estado Novo (1937-1945), sob a liderança ditatorial de Getúlio Vargas.

O que justificou o interesse por desenvolver tal pesquisa, assim como a escolha do objeto, foi a seguinte pergunta: qual a natureza e quais as características das instituições escolares que surgiram em São Francisco do Sul no período em tela? Ao lado disso, vislumbra-se a necessidade de um registro histórico, pautado por caráter científico, que contribua para a compreensão dos processos de institucionalização escolar nessa região. Lembro que

institucionalizar significa, segundo Houaiss (2009, p. 426) “tornar oficial, dar início a algo”. Optei então por compreender os marcos que oficializaram tais instituições. Dessa maneira, percebe-se que tal pesquisa compõe uma contribuição para uma História da Educação de São Francisco do Sul e de Santa Catarina, uma vez que esse município catarinense é referenciado pelos historiadores como uma das localidades mais antigas ocupadas por povos indígenas e, posteriormente, visitada e ocupada por europeus.

Tais percepções foram reforçadas na medida em que encontrei, nos arquivos da Biblioteca Augusto José Ribeiro, um acervo documental que contém referências sobre a história local, composto por documentos da administração municipal e de entidades econômicas, além de fotografias e jornais. Outrossim, é possível afirmar que ainda não foi desenvolvida nenhuma pesquisa relacionada à temática educacional de São Francisco do Sul, sob perspectiva histórica.

Agrego às justificativas para esse trabalho; o fato de ter atuado em museus da cidade e na direção da Fundação Cultural Ilha de São Francisco, aliado ao meu interesse e curiosidade sobre a questão histórica local. Assim, acreditei ser necessário organizar um registro e uma sistematização da história de instituições educacionais francisquenses, com a qual pretendi contribuir. Venho há mais de quinze anos pesquisando, registrando e publicando livros que referenciam, por meio de pesquisa documental e da história oral, temas ligados ao patrimônio histórico cultural. Também registro a minha participação em congressos nacionais e internacionais e em seminários diversos, bem como a elaboração de aspectos da história francisquense, no intuito de divulgar a história e as características culturais constituídas no território do entorno da Baía Babitonga, onde está localizada a ilha de São Francisco do Sul.¹

Nas especificidades, busquei identificar quais as perspectivas econômicas, políticas, culturais e sociais que determinaram a criação das instituições educacionais em São Francisco do Sul, parametrizando a discussão sobre as singularidades dos processos de escolarização no município no período elencado, que pode resultar num mapeamento situando as instituições escolares dentro do território.

Quanto às estratégias metodológicas empregadas, foi desenvolvida uma pesquisa na imprensa, notadamente em bases de dados digitais, perscrutando por dados ligados à educação em diferentes jornais, publicados num interstício que compreende o período do segundo quartel de 1800 até 1947. Sendo que um jornal em especial, se refere à datação fora desse período. Os jornais pesquisados eram editados, publicados e circulavam no município de São

¹OLIVEIRA, Andréa. Perfil Cultural de São Francisco do Sul. Glük edições. Guaramirim: 2014. Participação no International Conference – tourism, heritage, and Public Policies – Pantheon I Sorbone, Paris, 2018.

Francisco do Sul. Entre os pesquisados estão: Babitonga (1885), A Estrela (1861), O Mensageiro (1905,1916,1917,1918), A Razão (1918,1920), Defesa (1930), O Vanguarda (1933), O Liberal (1937,1938), Jornal Vozes da Juventude (1947) e Realidade (2001).

Foram consultadas ainda, outras fontes: documentos expedidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, datados de 1835, relatórios de presidentes da província de Santa Catarina de 1841 a 1887, conjunto de leis orçamentárias das décadas de 1920 e 1930, relatórios municipais das décadas de 1920 e 1930, livro de decreto de Lei do ano de 1931, Ata de exames da Escola de Laranjeiras de 1919, Termos de visita e inspeção às escolas no município da década de 1930, livro de assentamentos contendo registros de nomeações de professores entre os anos de 1889 a 1909 (que se encontra no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina) fotografias, além de referenciais bibliográficos que tratam da história de São Francisco do Sul, e alguns textos memorialísticos, dentre os quais, destaco S. Thiago (1941; e 1953), Pereira (1978; 1984, 2004), Bezerra (1976); e Maia (2019).

No percurso considerei, para a construção dos alicerces metodológicos, o aprofundamento em autores como Sanfelice (2009) e Nosella e Buffa (2008), que protagonizaram várias pesquisas sobre a História das Instituições Escolares ou Educativas. Ademais, tais estudos representam um tema de pesquisa significativo no âmbito da História da Educação e muito têm contribuído para a compreensão dos processos de criação e funcionamento de escolas em todo o Brasil. (Cf. SANTOS; VECHIA, 2019).

Quanto à história de uma instituição escolar, compreendo que abrange diversas nuances, como as relações históricas que permeiam sua criação, as características que compreendem sua arquitetura, sua forma de organização espacial, o perfil dos alunos, de professores e da equipe gestora, seu projeto educativo, as regulamentações de sua época. Segundo Nosella e Buffa (2008, p. 18), os estudos que compreendem essa temática,

[...] privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e nos seus vários aspectos: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: o currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles.

Mas podem também ser desenvolvidos estudos com foco apenas em um dos aspectos observados acima. Como por exemplo, a respeito do ensino de uma disciplina específica, sobre

a legislação educacional e suas implicações contextuais ou examinando a arquitetura e organização de uma escola. Ou seja:

É possível notar ainda que nem sempre o foco do pesquisador ilumina a Instituição como um todo, mas restringe-se a um dos seus segmentos e/ou componentes. Por exemplo: a história do curso de letras de uma determinada universidade. Em outros casos há ainda uma restrição maior: a história da disciplina matemática no curso de estatística da faculdade [...] (SANFELICE, 2009, p.194).

Nosella e Buffa (2008) ainda acrescentam que o estudo de instituições escolares pode contemplar a história de uma única instituição ou de um conjunto de instituições de acordo com uma motivação que as aglutinam.

No contexto do processo de pesquisa, foi também necessária a busca por compreender, através de referencial bibliográfico pertinente, aspectos quanto à constituição da História da educação de Santa Catarina e mesmo no Brasil, de modo que fosse possível uma percepção mais ampla da natureza e do alcance das políticas e práticas educacionais. Considerando esses fatos, busquei referenciais que apontassem como se deu a História da Educação na Província de Santa Catarina, como em Schmidt (2011), ou ainda no Ementário da Legislação do Ensino de Estado de Santa Catarina de 1835 a 1979, uma publicação do Governo do Estado (1980).

Esta dissertação está dividida em três seções. O primeiro capítulo, denominado São Francisco do Sul: Caracterização Histórica, apresenta o município de São Francisco do Sul, abordando aspectos geográficos, sociais, culturais e econômicos. Mostra o território no qual está inserido, contextualizando e apresentando seu patrimônio histórico-cultural.

O segundo capítulo, intitulado História da Educação Brasileira e Catarinense – Alguns aspectos, contextualiza, muito brevemente, o percurso de normatização e organização da educação no Brasil e no Estado de Santa Catarina entre o final do Brasil Império e o Brasil República.

Na terceira seção, denominada História de Instituições Escolares de São Francisco do Sul: institucionalização do final do século XIX a meados do século XX, são apresentados elementos que compõem a historiografia da educação local. Inicialmente, trata-se da Escola do Mestre Quincas e das escolas primárias para meninas. A seguir, na subseção Instituições no Alvorecer do século XX, é considerada a presença de uma Escola evangélica de Ensino Primário que funcionou nos fundos da Igreja Presbiteriana; são ainda, apresentados dados sobre o Colégio Stella Matutina, instituição confessional; sobre o Grupo Escolar Felipe Schmidt sobre a *Deutsche Schule* – Escola Alemã. Além dessas instituições, são abordadas as peculiares Escolas das Colônias de Pescadores, relacionadas à Colônia Z-2 Nossa Senhora da Graça, momento em que se aborda, particularmente, a escola de Laranjeiras. A seguir

apresento dados sobre a Escola Primária Adventista, também de origem confessional que se instala na cidade no ano de 1935 e sobre as escolas para filhos de trabalhadores portuários como a Escola da Estiva, a Escola do Lloyd Brasileiro que funcionava no Asilo Joaquim S.Thiago e a Escola dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches.

Na parte final, foram elaborados dois estudos que tratam do processo de organização e financiamento das instituições escolares em São Francisco do Sul, denominados O desenvolvimento da educação escolar sob a administração municipal: perspectivas de institucionalização na década de 1930 e meados dos anos 1940e Instrução pública municipal em São Francisco do Sul: análise das Leis Orçamentárias.

Por fim, são apresentadas algumas Considerações quanto aos achados de pesquisa. Além disso, aponto algumas perspectivas suscitando temáticas para futuras investigações.

CAPÍTULO 1 – SÃO FRANCISCO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo apresento uma breve caracterização, de cunho histórico, mas também forneço dados de uma composição formada por aspectos de natureza geográfica, social, cultural e econômica, que contribuem para a compreensão do processo de institucionalização dos diversos tipos de escola na localidade.

Sobre as origens de São Francisco, cabe lembrar que na época das chamadas Grandes Navegações, período que compreendeu desde o fim do século XV até o século XVII, os europeus exploraram intensamente o Oceano Atlântico em busca de novos territórios, o que fez com que desbravadores se aventurassem em longas e difíceis viagens. Alguns desses aportaram no então denominado Novo Mundo, que passou a ser chamado de América.

Portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e italianos circularam pela costa americana. Um dos primeiros a chegar foi o genovês Cristovão Colombo, o qual desembarcou no Caribe, atual América Central no ano de 1492. Sabe-se que ao término do século XV, os lusitanos dominavam avanços na tecnologia náutica, que os deixaram em boa posição em relação aos outros navegadores europeus. A Escola de Sagres foi criada para treinar os navegadores portugueses: reuniu cartógrafos, selecionou informações importantes sobre os novos mapas marítimos e estabeleceu estratégias para a expansão marítima portuguesa. Sob a liderança de D. Henrique, pontos de apoio foram firmados ao longo da Costa Africana e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, além de determinar-se a rota para as Índias. Com o sucesso da expansão marítima, a coroa portuguesa, motivada pelas possibilidades de expansão do império e também da fé católica, financiou diversas expedições. Em decorrência, a costa brasileira foi visitada por navegadores nesse período, sendo que portugueses, espanhóis, franceses e holandeses chegaram a se envolver em conflitos em determinadas regiões do Brasil.

Neste cenário, em 1494, Portugal e Espanha discutiram a posse do território com o Tratado de Tordesilhas, um acordo assinado entre ambas as nações e que instituía uma linha imaginária cortando o território (que viria a ser o Brasil) no sentido vertical. A linha partia do Norte, onde está localizada a atual cidade de Belém (Pará) e chegava ao Sul no ponto onde hoje encontramos a cidade de Laguna (Santa Catarina). À Oeste, as terras pertenciam à Espanha e à Leste, a Portugal. Entretanto, os portugueses tomaram posse oficial da então chamada Terra de Vera Cruz, em nome de seu rei, na conhecida data de 22 de Abril de 1500.

Foi neste contexto histórico que o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville, financiado por um grupo de comerciantes, resolveu adquirir e equipar um navio para realizar

uma viagem comercial às Índias, seguindo o caminho já trilhado por Portugal. Segundo Santos (2004, p.24), “No dia 24 de Junho de 1503, sob o comando do capitão Gonneville, o navio *L’Espoir* partiu de Honfleur tendo 60 homens a bordo”. A intenção do francês e de sua tripulação era o caminho para as Índias Orientais, porém, quando se situavam na costa da África, foram surpreendidos por fortes ventos e correntes marítimas, sendo então obrigados a mudar de rumo, tendo a expedição vindo parar no litoral Sul do Brasil.

Segundo esta perspectiva histórica, Gonneville foi, possivelmente, um dos primeiros europeus a passar por nossa região. Sua história permeia o imaginário local e coloca São Francisco em lugar de destaque, que por esse motivo é considerada um dos territórios mais antigos visitado por europeus. Afirma-se que aqueles franceses aportaram na região que hoje conhecemos como São Francisco do Sul no dia 5 de janeiro de 1504.

Consta que a região era então habitada pelos indígenas carijós e que o chefe da tribo chamava-se Arosca. Os europeus fizeram amizade com os índios e permaneceram aqui por alguns meses. Na Páscoa, ergueram uma cruz num morro próximo ao mar, marcando a presença de cristãos. Depois de cerca de seis ou sete meses, foi iniciada a organização para o retorno. Abasteceram a embarcação com água, carne, peixe, frutas, peles, madeira e raízes de tinturaria. Antes de partirem, Gonneville propôs ao cacique Arosca que Içá-Mirim (que na língua indígena significa formiga-pequena), seu filho, fosse com o navegador e sua tripulação para a França, prometendo trazê-lo de volta dentro de “vinte luas”². O cacique concordou, permitindo que o pequeno índio fosse com Gonneville, mas acompanhado de um índio adulto chamado Namoa. Especula-se que a terra distante, onde moravam os franceses, possivelmente foi confundida pelos indígenas com a “Terra sem males”, que para os mesmos significava um lugar sagrado, referenciado na base da mitologia dos ameríndios.

Porém, a viagem de volta foi um tanto atribulada. Alguns tripulantes morreram, entre eles o índio Namoa. Içá-Mirim, que era chamado pelos franceses de “Essomeric” (corruptela gaulesa), já que eles não conseguiam pronunciar seu nome, também adoeceu e devido ao medo que os franceses tiveram de que ele morresse pagão, resolveram batizá-lo em alto mar.

Portanto, apesar da promessa, Gonneville não conseguiu trazer *Essomeric* de volta para sua terra. Depois de tantas dificuldades enfrentadas no mar e ainda devido ao fato de não conseguir financiadores para uma nova viagem, não encontrou possibilidades de cumprir o que havia prometido. Para compensar o trato desfeito, deu seu nome de família à Içá-mirim,

² Essa narrativa foi elaborada num belo livro de Leyla Perrone-Moisés, que foi publicado no Brasil com o título *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505* e, na França, sob denominação *Le Voyage de Gonneville (1503-1505): la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil*, numa tradução de Ariane Witkowski.

que, mais tarde, casou-o com sua filha Suzanne. Legou-lhe, ainda, parte de seus bens, mas com a condição de que ele e seus descendentes usassem o seu nome e armas.

As informações que relatam a viagem do normando Gonneville pelas terras que mais tarde seriam denominadas de São Francisco do Sul ficaram conhecidas devido o fato de que, ao regressar a Honfleur, o capitão de Gonneville e alguns de seus companheiros teriam feito uma *Declaration du Voyage*, ou seja, uma declaração relatando aos oficiais do Almirantado da França, no Palácio de Rouen, as aventuras e desventuras do grupo em terras distantes, bem como as perdas sofridas. A Declaração ficou conhecida como “Relação Autêntica” e foi mencionada na literatura, pela primeira vez, pelo geógrafo Armando d’Avezac, membro do Instituto de França, que segundo Santos (2004, p.26), “publicou esse documento no ano de 1869, nos *Annales des Voyages*”.

Mais tarde, no ano de 1886, Tristão Alencar Araripe publicou, na revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, tomo XLIX, 2º volume, um texto baseado na versão divulgada por d’Avezac. Foi a partir daí que as informações sobre a passagem da expedição de Gonneville por essas terras ficaram conhecidas, como também a ida de um índio carijó para a Europa, implicando no que teria sido a primeira união entre um nativo do Novo Mundo e uma europeia.

É fato que alguns autores ainda apresentam dúvidas sobre essa narrativa, questionando o local exato do desembarque dos normandos. Mas pode-se considerar que São Francisco do Sul, pelas indicações citadas na Relação Autêntica quanto às medidas de latitude e à entrada em um rio que sabemos hoje - ser a entrada da Baía Babitonga, possivelmente foi o cenário dessa passagem histórica.

São Francisco do Sul está localizado na região Sul do Brasil e integra a parte Nordeste do Estado de Santa Catarina, na área tida como pertencente ao litoral norte. A área territorial é de 498.646 km². Atualmente, o município é formado pela Ilha de São Francisco e pelo Distrito do Saí, este situado na parte continental. Está à latitude 26° 14’ 36’’ Sul e longitude 48° 38’ 17’’ Oeste, estando a uma altitude de nove metros. O clima é temperado com temperatura média entre 15°C e 25°C. São Francisco do Sul faz limites com Itapoá e Garuva, ao norte; a leste, com o Oceano Atlântico; ao sul, com o município de Barra do Sul e a oeste com Joinville e Araquari.

O acesso pode ser feito pela rodovia SC 280, que se conecta às BRs 101 e 116 e pela ferrovia Sul Atlântico S/A, malha Sul. Chega-se, também, por via marítima, percurso feito pela barra, que tem a profundidade média de 15 metros entre a Ponta da Trincheira e o Morro João Dias, com 1500 metros de largura. Ou ainda pelo Aeródromo de São Francisco do Sul,

que tem uma pista de cerca de 1000m de grama, possibilitando a aterrissagem de aeronaves de pequeno porte, e que está na latitude 26° 13' 14'' S / longitude 48° 33' 50'' w, a cerca de 8 Km do Centro Histórico de São Francisco do Sul.

A paisagem cultural no entorno da Baía Babitonga e a relação com o mar, por meio do canal de acesso, imprimem aspectos importantes à geografia local, que colocaram a “Babitonga Gentil”, como adjetivou o poeta Arnaldo S. Thiago, em lugar de evidência, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Na figura que segue apresentamos elementos para a localização de São Francisco do Sul no panorama sul americano, nacional e regional (Figura 1).

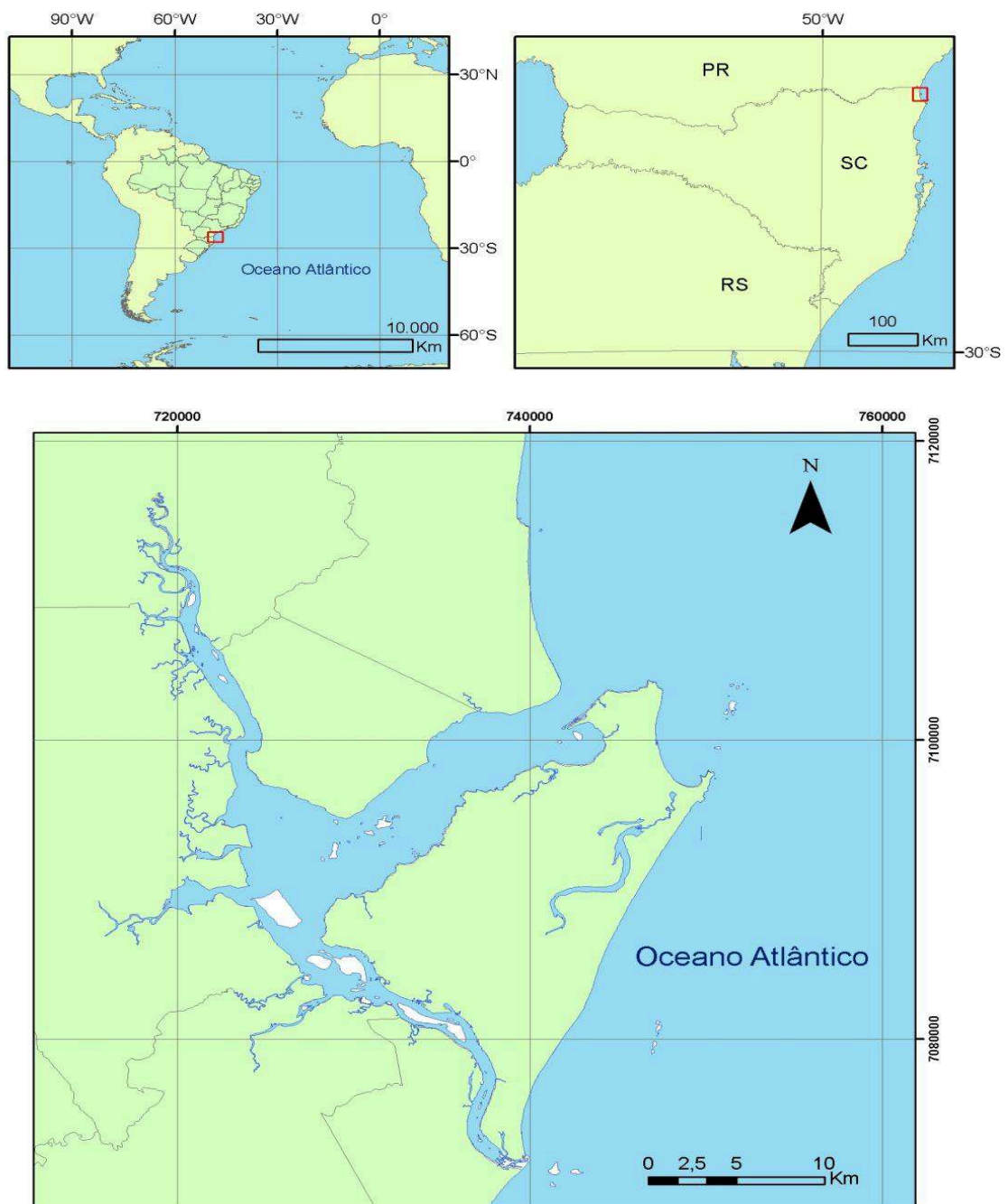


Figura 1 - Mapas da localização de São Francisco do Sul
 Fonte: André Lima -2010

Note-se que São Francisco ocupa uma posição estratégica no litoral brasileiro, que resultou, mais recentemente na sua inserção no roteiro da navegação com fins econômicos e esportivos.

Já as ilustrações que apresento na sequência apresentam uma perspectiva histórica sobre a geografia catarinense em geral e, no detalhe, uma caracterização da posição geográfica francisquense, que ressalta o elemento insular e também o continental (Figuras 2 e 3). No detalhe, a segunda imagem que foi retirada da anterior.

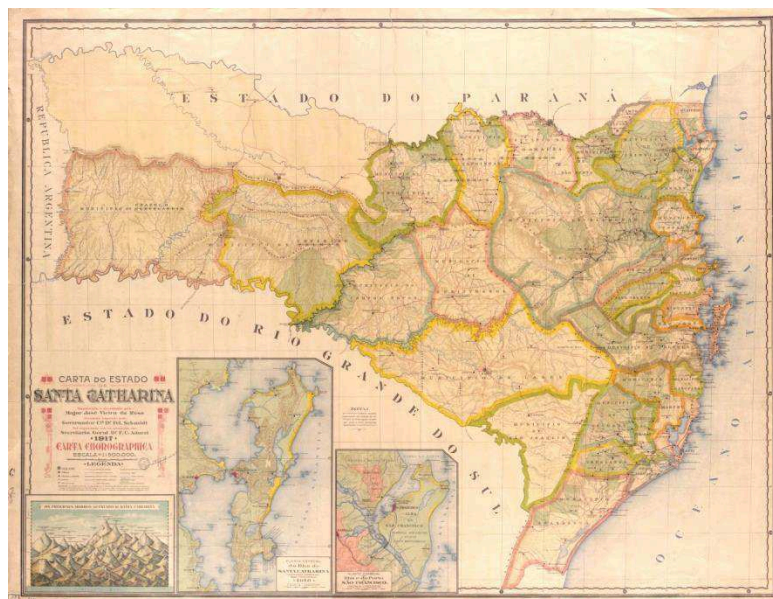


Figura 2 - Carta do Estado de Santa – 1917
 Fonte – Hemeroteca da Biblioteca do Estado de Santa Catarina

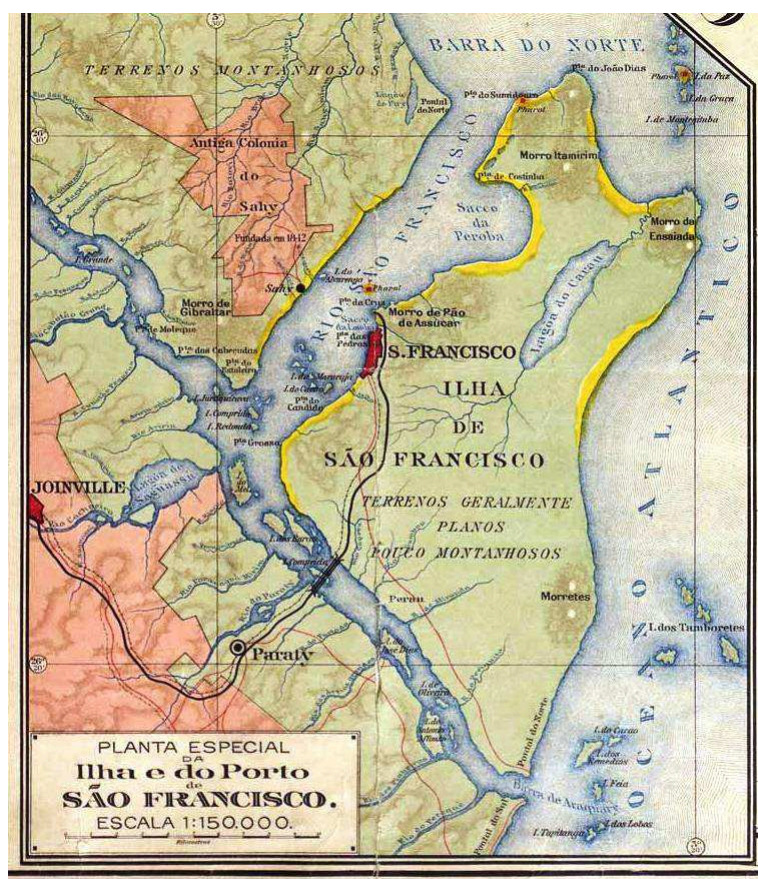


Figura 3 – Planta Especial da Ilha e Porto de São Francisco - Carta do Estado de Santa – Detalhe – 1917
 Fonte – Hemeroteca da Biblioteca do Estado de Santa Catarina

Dada a importância da questão marítima na história e desenvolvimento franciscuense, apresento ainda uma carta náutica que focaliza especificamente a área norte da ilha de São Francisco, mostrando aspectos importantes da geografia, tais como a entrada da barra e o canal de acesso que leva à área do porto.

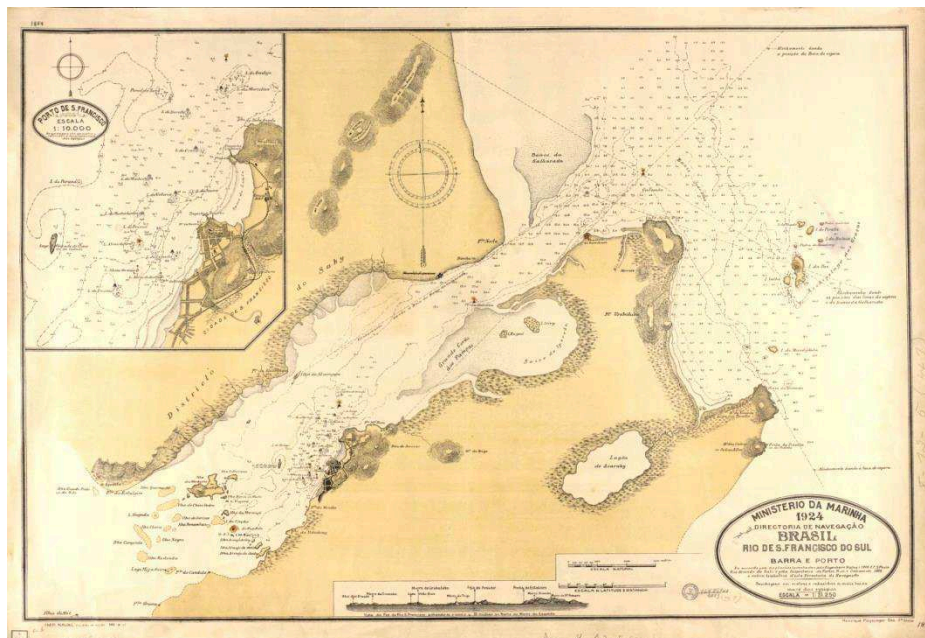


Figura 4 - Carta Náutica com recorte na área Norte da ilha, apresentando a entrada da barra e canal de acesso com recorte da área portuária – 1924

Fonte - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Em São Francisco do Sul, assim como em outros lugares do litoral catarinense, podemos encontrar um grande número de sítios arqueológicos pré-coloniais. São locais onde é possível perceber vestígios da existência de grupos humanos que ocupavam a região antes da chegada dos colonizadores europeus. No entorno da Baía Babilonga já foram registrados mais de 150 sítios arqueológicos. Os mais conhecidos são os denominados sambaquis. O termo sambaqui, no idioma tupi, significa: “amontoado de conchas” (tamba = concha e ki = amontoado). São morros que podem atingir até 25 ou 30 metros de altura e mais de 50 metros de extensão. Alguns pesquisadores, por meio de datações realizadas através de métodos físico-químicos, alegam que os sambaquis catarinenses foram formados a partir de cerca de 5000 anos atrás. Os sambaquis são formados por conchas, ossos de pequenos animais (mamíferos), restos de peixes e ainda por artefatos líticos elaborados a partir de pedras ou ossos; encontram-se também restos de cerâmica modelada com argila. Nos sambaquis também podem ser encontrados os ossos dos próprios sambaquianos, devido aos sepultamentos que eram realizados na mesma área, além de zoólitos, que são pequenas

esculturas representando aves ou animais marinhos como cetáceos ou peixes. Também foram achados adornos, tais como colares feitos de ossos e conchas.

Além dos sambaquis, existe na região uma grande quantidade do que os arqueólogos chamam de oficinas líticas. Geralmente encontradas nas proximidades dos sambaquis, são sulcos e depressões produzidas nas superfícies rochosas localizadas nos costões ou beira de rios e lagos, provocados pela fricção e misturadas com água e areia para preparo de artefatos líticos. Esses lugares são conhecidos também como bacias de amolar, onde eram produzidas lâminas de machados, talhadeiras e raspadores.

O fato é que esse patrimônio arqueológico, que compõe a paisagem de São Francisco do Sul, nos aponta a importância de preservar esses espaços, para tentarmos compreender melhor quem eram e como viviam os sambaquianos, considerados os primeiros habitantes desse lugar.

Posteriormente, quando os primeiros navegadores chegaram a São Francisco, é sabido que ela já era habitada pelos nativos da etnia tupi-guarani denominados “carijós”. Segundo registros, um dos primeiros navegadores a aportar por aqui, o normando Binot Paulmier de Gonneville, ao regressar à França fez uma Declaração de viagem em que descreveu a região como sendo uma terra fértil, abundante em animais, aves e peixes, bem como repleta de árvores.

Naquela Declaração ele menciona que os nativos que aqui viviam sobreviviam da caça, da pesca e de uma rudimentar agricultura, que consistia no plantio da mandioca, do milho e de alguns tubérculos. Os carijós andavam seminus, tinham a pele acobreada, sendo que se cobriam, parcialmente, com roupas feitas de pelos e penas. As mulheres ostentavam adereços feitos de ossos e conchas. Os homens exibiam os cabelos compridos e soltos, ornados com cocares feitos de lindas penas. Existiam também na composição dos adereços muitos trançados feitos de fibras vegetais. As armas usadas eram o arco e flecha. Uma representação desses índios, entre outras, é apresentada na edição do livro *Le Voyage de Gonneville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil* (Figura 5).

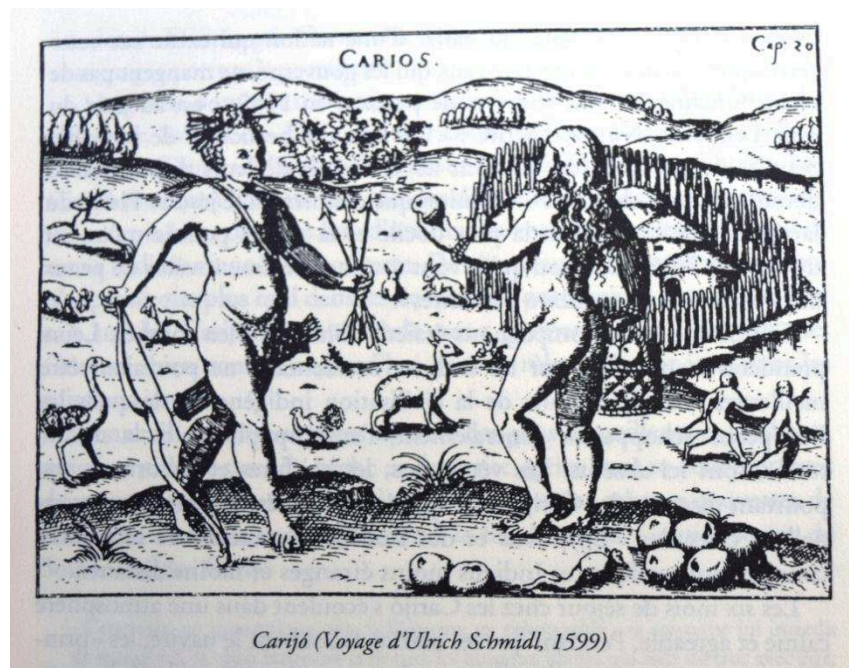


Figura 5 – Carijó
Fonte: Perrone-Moisés, 1995, p.60.

As notícias históricas nos dizem que os carijós não receberam os europeus como inimigos, mas deram a eles ótimo tratamento. Esses habitantes das margens da Babitonga eram cordiais e, por isso, possivelmente não sofreram hostilidades por parte dos visitantes e povoadores europeus. Percebem-se, ainda hoje, as influências de seus costumes e conhecimentos, como pode ser visto na tradição alimentar, por meio da fabricação da farinha e de outros derivados da mandioca como a coruja (uma espécie de pamonha feita de mandioca, cozida envolta na folha da bananeira) e o piçalho (mistura feita de farinha de milho e também cozida em folha de bananeira). Dos carijós herdamos também técnicas de confecção de instrumentos, como os cestos conhecidos como “tipitis”, em que se espreme a mandioca para extrair-lhe a substância tóxica, os “covos”, que são cestos usados para capturar os peixes, ou ainda as esteiras feitas de taboa (uma planta de regiões alagadiças).

Foram eles também que deram à nossa Baía o nome Babitonga, como descreveu Saint-Hilaire (1936, p.72): “Ao que parece os índios chamavam a entrada norte – Babitonga ou Bapitanga (possivelmente do Guarany – mbopi, morcego e tang, tenro)”.

Já o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire passou por São Francisco no ano de 1820 e relatou sobre a geografia, a hidrografia, a fauna e a flora do lugar em seu livro “Viagem à Província de Santa Catarina”, onde citou a presença dos Carijós.

Os Carijós, segundo Cunha (1992, p. 476), pertenciam à grande nação Tupi Guarani, “Conhecidos na época como Carijó ou Cario. A maior parte dos grupos locais encontravam-se

nas florestas tropicais e subtropicais ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná –Paraguai.”

A constituição humana e societária de São Francisco do Sul também deve uma parte de sua história às expedições espanholas. Consta que os espanhóis tinham grande interesse mercantil nas minas de prata localizadas nos Andes e, por conta disso, a região meridional do Brasil era um ponto estratégico, pois São Francisco do Sul era um lugar de parada, onde as expedições poderiam abastecer seus navios. Uma das expedições espanholas que passou por aqui foi a de Juan Diaz de Solís, que segundo Pereira (1984, p. 35), deu nome ao lugar: “Assim parece estar demonstrado que a denominação São Francisco é de autoria espanhola e, por conseguinte, só poderia ser dada pela expedição de Solís, em 1515”. Estima-se, ainda, que a chegada de Solís teria sido no dia de São Francisco de Assis, derivando daí a denominação São Francisco.

Ainda de acordo com Pereira (1984), existem indícios de que Solís, após aportar aqui, tenha prosseguido com sua expedição mais ao Sul do continente e que teria sido capturado e devorado pelos índios Charruas, na região do Rio da Prata (atual Argentina). Depois da tragédia ocorrida com Solís, o restante da expedição resolveu voltar para a Espanha, mas uma das embarcações naufragou, sendo que apenas onze tripulantes conseguiram chegar à terra firme. Um deles era Aleixo Garcia. Acredita-se que Aleixo, que era português, tenha descoberto o Paraguai em 1524 e que saiu de Santa Catarina com uma expedição, realizando uma longa caminhada, passando pelo atual Paraná, seguindo o Rio Paraguai e chegando à atual Bolívia. Estima-se ainda, que ele tenha sido o primeiro europeu a utilizar o caminho do Peabiru, uma extensa rede de caminhos construída pelos Incas, que ligava a região dos Andes à Costa Atlântica.

Quando esses fatos chegaram ao conhecimento das coroas espanhola e portuguesa, a disputa pela região Sul do Brasil aumentou, incentivando a procura pela ligação interoceânica, que vai ser mais tarde revelada pelo português Fernando de Magalhães, em 1520, quando este circumnavegou o globo. O fato é que a coroa espanhola tinha interesse em tomar posse da costa Sul e, por conta disso, enviou várias expedições, entre elas a de Dom Álvaro Nunez Cabeza de Vaca, que passou em São Francisco entre 1540 e 1541. É sabido que ele também aportou na Ilha de Santa Catarina, em março de 1541, continuando sua empreitada e chegando à Assunção em 1542, onde se tornou governador da Província do Rio da Prata. Porém, mais tarde, foi destituído do cargo, voltando à Espanha em 1545.

A Espanha tinha também o interesse de chegar às Índias Orientais através do estreito de Magalhães, e em função disso, enviou outra expedição, desta vez comandada por Sebastião

Caboto. Contudo, as inúmeras notícias das fabulosas riquezas da Serra da Prata levaram-no à Ilha de Santa Catarina à procura de mais informações. Como São Francisco era passagem, o navegador aportou por aqui por volta de 1526.

De acordo com Bezerra (1976) e Oliveira (2004), mais tarde, em 1547, o espanhol Juan de Sanabria foi nomeado pelo Rei Carlos V da Espanha, o substituto de Cabeza de Vaca, para governar a Província do Rio da Prata, mas veio a falecer antes mesmo de sair da Espanha, sendo substituído por seu filho Diogo de Sanabria, que se torna responsável por duas missões importantes: governar o Rio da Prata e povoar a costa Sul do Brasil, começando por São Francisco. Após os preparativos para a viagem, a expedição saiu da Espanha em três navios comandados por Juan Salazar de Espinoza. A travessia não foi fácil, sendo que somente dois navios chegaram à Santa Catarina, isso entre 1549 e 1550. Salazar aportou em São Francisco, carregou o navio com mantimentos e tentou seguir viagem mais para o sul. No entanto, seu navio naufragou e ele foi obrigado a ficar na região por mais dois anos. Após esse fato, decidiu dividir seus homens em dois grupos e partir para o atual Paraguai, mas as dificuldades fizeram com que um dos grupos permanecesse em São Francisco até 1553.

Ainda em conformidade com os estudos do historiador Carlos da Costa Pereira (1937), detalhados no livro “O nascimento de Frei Fernando Trejo Y Sanabria em São Francisco”, nesse período nasceu aqui um menino que foi considerado o primeiro filho ilustre de São Francisco, chamado Hernando de Trejo e Sanabria, filho de Hernando de Trejo e de Maria Sanabria, filha de Dona Mencia Caldéron de Sanabria, viúva de Juan de Sanabria. Mais tarde esse menino seguiu a carreira eclesiástica, tornando-se bispo de Tucumã e fundador da Universidade de Córdoba, na Argentina.

Por sua vez, no ano de 1555, Dona Mencia Caldéron de Sanabria, juntamente com o que sobrara da expedição - já que o grupo havia se dividido -, resolveu seguir pelo caminho do Peabiru, como já haviam feito Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca. Apesar das dificuldades que enfrentaram, já que a expedição era formada em sua maioria por mulheres e crianças e, ainda, devido ao fato de que no caminho encontraram todo tipo de animais e insetos, bem como tinha de suportar, muito calor, continuaram a marchar em direção às terras paraguaias. Segundo Soares (2006, p.49) “Cinco longos meses se passaram desde que abandonaram o porto de São Francisco. A coluna voltou a marchar e Assunção estava muito perto”. Finalmente o grupo acabou chegando à Assunção. Mencia Calderón de Sanabria faleceu naquelas paragens, possivelmente em 1584.

Vale lembrar que num dos navios da expedição de Sanabria estava o cronista alemão Hans Staden, que tinha como intenção chegar às Índias. Porém, acabou efetuando duas

viagens ao Brasil, uma delas em companhia dos espanhóis, viajando do Bergantim, comandado pelo capitão Becerra. As crônicas de viagem de Staden se tornaram conhecidas devido às muitas aventuras pelas quais passou, relatadas em sua obra “Duas viagens ao Brasil – 1547 e 1555”. Desse modo, percebe-se que o período da passagem dos espanhóis por São Francisco foi importante para a história de toda a região.

Para detalhar um pouco mais sobre os primórdios do povoamento de São Francisco, acrescento novos dados, apoiada pelos autores Oliveira (2004), Bezerra (1976) e Pereira (1986; 1937), com base nos quais parafraseamos a historiografia elaborada. Segundo esses estudiosos, no ano de 1642 o bandeirante Antônio Fernandes conseguiu a concessão de uma sesmaria para vir povoar a Vila que seria fundada em São Francisco, lugar de onde já se tinha notícia de uma capela. Apesar disso, o feito da povoação é atribuído ao português Manoel Lourenço de Andrade, que vindo de São Vicente, trouxe consigo sua mulher, Maria Coqueiro, os filhos e o genro Luiz Rodrigues Cavalinho, além de escravos e agregados. Transportou consigo também gado, instrumentos agrícolas e ferramentas para a exploração de minas.

Conforme Oliveira (2004, p.36): “Supõe-se que o povoado tenha sido reconhecido em 1658 e que tenha sido elevado à categoria de Vila em 1660, passando a receber a denominação de Vila Nossa Senhora da Graça do rio São Francisco”; já em 1665, a Vila é reconhecida como Paróquia Nossa Senhora da Graça. Por sua vez, Pereira (1984, p.43) explica que:

[...] não foi no local onde hoje está situada a cidade, que assentaram os primeiros fundamentos da povoação. Só depois de conhecidos os inconvenientes que ofereciam os pontos em que tentaram localizar-se num afluente do rio Parati, próximo ao morro denominado Paranaguá-mirim; depois à margem fronteira desse mesmo afluente, e mais tarde na ponta do Itacolomi, é que se transferiram para o local em que se fixaram definitivamente.

Com a morte de Manoel Lourenço de Andrade, algum tempo depois o comando da Vila ficou por conta de Domingos Francisco Francisques, que era conhecido pelo povo como “Cabecinha”. Segunda consta, com o tempo Cabecinha se tornou autoritário e cometeu diversos crimes, ficando conhecido por suas maldades (OLIVEIRA, 2004).

Outros administradores como Agostinho Alves Marinho, Antônio de Oliveira Cercal e Sebastião Fernandes Camacho administraram a Vila entre os anos de 1711 e 1733. A Vila foi evoluindo até ser elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 249, em Abril de 1847, sendo a denominação São Francisco do Sul oficializada em 1943.

De acordo com Oliveira (2004, p.38), diferentes povos contribuíram para a formação de São Francisco: ratifica que a povoação foi realizada principalmente por portugueses, que

anteriormente já haviam se instalado na região de São Vicente (São Paulo), mas acrescenta que outros portugueses, vindos dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, também se acomodaram na região, mesmo que em número menor e em período posterior ao início da povoação. De fato, há registros de que casais de açorianos e madeirenses chegaram ao litoral catarinense entre 1748 e 1756, com o objetivo de povoar a calha Sul do litoral brasileiro.

Segundo Santos (1999, p. 59), a coroa portuguesa deu instruções ao governador do Rio de Janeiro, por meio de uma provisão régia datada de 1747, determinando que os casais idos da Madeira e dos Açores “deveriam ser instalados no Brasil, entre São Francisco do Sul e o Morro de S. Miguel”. Este argumento norteia o entendimento de que a região da Babitonga tenha recebido também portugueses originários daquelas ilhas e não somente de Portugal continental.

Considerando que o Porto de São Francisco consistia numa das principais portas de entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, há também vários registros da chegada de navios com alemães que se estabeleceram em São Francisco do Sul ou rumaram para o interior catarinense, para os vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul. À imigração alemã são associadas diversas atividades econômicas que auxiliaram no desenvolvimento econômico e social local. Também há registros de que no início do século XX aportaram turcos sírio-libaneses, entre outros.

Lembro os registros da presença de africanos, trazidos no período escravocrata para São Francisco e região. Nesse sentido, cabe sublinhar que boa parte da atividade de estivagem - mão de obra ligada ao porto no período áureo de desenvolvimento econômico da cidade, que compreendeu o final do século XIX e início do século XX -, foi muito provavelmente composta por africanos e seus descendentes. Esses sujeitos contribuíram significativamente com a cidade, pois foi com o seu trabalho movimentaram os engenhos de farinha, as lavouras de cana-de-açúcar que abasteciam os alambiques de cachaça e os engenhos de pilar arroz. Além disso, sua atividade possibilitou que construções importantes como a Igreja Matriz e o Mercado Municipal fossem concluídas. Contribuíram também para a composição da diversidade cultural da região, por meio de suas manifestações presentes até hoje na religiosidade, na música e em desdobramentos como o carnaval, jogos e brincadeiras.

De fato, a diversidade da composição populacional historicamente construída em São Francisco do Sul gerou um patrimônio cultural rico e plural. Conforme destacou Oliveira (2012, p.18), numa obra em que pretendeu discutir a importância da tradição oral francisquense, há um enorme repertório cultural local que, tendo em conta a formação histórica, permite que “[...] se possa compreender o contexto histórico e sócio cultural no qual

estamos inseridos, considerando a presença dentro da contemporaneidade de outras identidades além da indígena, africana e portuguesa”. Segundo essa pesquisadora, São Francisco do Sul tem um rico folclore, cheio de cor e alegria, que por meio do empenho de nossa comunidade e do poder público ainda pode ser percebido. São conhecimentos e manifestações populares que, em meio a simbologias, representam parte da cultura.

Dentre essas manifestações Oliveira (2012) cita: as lendas com personagens fantásticas como bruxas, lobisomens, diabos, sereias ou almas penadas, retratadas em narrativas como A Sereia do Milharal, a Lenda do Morro do Canta Galo, a Lenda da escrava Maria e A bruxa que virou mariposa; vários provérbios ou ditos populares, que exemplificamos com “Farinha pouca, meu quinhão primeiro” e “Mulher na janela, nem costura e nem panela”; credices, entre as quais destacamos aquelas que afirmam que “não presta”, por exemplo, “Quem tem nome de Maria, pentear os cabelos na sexta-feira da paixão” e “Passar vassoura nos pés de alguém”, entre inúmeras outras; os versos da Ratoeira, que pode ser descrita como uma dança ou brincadeira de roda onde as canções entoadas nos remetem ao universo dos galanteios e disputas amorosas, que era praticada quase que somente por mulheres, onde a temática das canções demonstrava alegria e simpatia ao seu amado; os versos de Pão-por-Deus, um cartão feito em papel de seda rendilhado ou picotado por uma tesoura de ponta fina, no centro do qual se encontra o verso rimado; os benzimentos, manifestação resultante do sincretismo religioso presente na interação das bases culturais brasileiras, indígena, africana e portuguesa; a Dança de São Gonçalo, de origem portuguesa; o Terno de Reis, festejo de origem ibérica ligado às comemorações do culto católico natalino; o Vilão, folguedo que apresenta influência africana, que chegou a São Francisco do Sul por volta de 1920; o Boi-de-Mamão e o Pau-de-Fita.

Conforme a mesma autora, a gastronomia local também é uma expressão da riqueza cultural de São Francisco do Sul. Segundo os poucos dados bibliográficos e alguns relatos orais, nos tempos passados os moradores tinham uma alimentação baseada no consumo de peixes, de frutas como a banana e a laranja, além de raízes como o aipim, o cará e o inhame, além da farinha de mandioca. Para Oliveira (2012), os primeiros colonizadores portugueses sofreram influência da cultura indígena, sendo que seus hábitos alimentares foram adaptados à realidade local. A preparação da Cambira, que é o peixe escalado e defumado, do Piçalho e da Coruja, que eram feitos à base de farinha, da Chicova, que era a prática de cortar a tampinha da laranja, cavando um espaço em seu miolo para preencher de farinha, são exemplos claros disso. Outrossim, o engenho de farinha também pode ser compreendido

como resultado do aperfeiçoamento da técnica rudimentar de fazer farinha que era praticada pelos índios.

Segundo o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire que esteve na Vila de São Francisco no ano de 1820 e registrou suas impressões em livro publicado em 1851, a Vila “recebia de Curitiba carne seca, mate e toucinho [...]”. Estima-se que isso se devia ao fato de não existirem grandes áreas de pastagem, o que ainda é uma realidade.

Nos dias atuais, é fácil encontrar nas casas, assim como nos restaurantes locais, pratos feitos à base de frutos do mar. Alguns desses podem ser considerados típicos, como é o caso do marisco cozido só no tempero com arroz que é conhecido como lambe-lambe ou lambreta, da tainha recheada, além de outros preparados como o peixe frito acompanhado de ensopado de camarão, o camarão ensopado com chuchu, ou a cambira que é o peixe defumado.

Outro viajante que descreveu aspectos de São Francisco foi Robert Avé-Lallemant, que tendo passado pela região em 1858, registrou suas impressões sobre o lugar em seu livro *Viagem pelo Sul do Brasil*, publicado na Alemanha no ano seguinte. De acordo com Avé-Lallemant (1859, p. 175-176), o desleixo e a insignificância eram traços próprios da localidade;

A Ilha de São Francisco é geralmente bem cultivada, logo que a gente se afasta do terreno pantanoso, surgem pequenas plantações, uma ao lado da outra, quase ininterruptamente, embora todas não pareçam prósperas. Aqui e ali se encontra uma estância mais vistosa; aliás para o lado norte, onde fica a cidade, as colônias demonstram certa abundância. Escureceu porém e só posso dizer que me regoziquei quando alcançávamos a cidade de São Francisco e num hotel local encontramos abrigo perfeitamente confortável. Ali logo encontramos diversos alemães até conhecidos, pois conheço metade do mundo alemão no Brasil. Desgostou-me fosse alemão, um homem bêbado que estava na casa. Não podem os alemães deixar de beber, bebem eles em todas as terras do senhor. Muito me surpreendeu a situação de São Francisco; não se vê o mar aberto, mas soberbo e largo braço de mar, semelhante a um grande rio, separa a ilha de montuoso continente, cujas serranias claras e límpidas se elevam no céu azul e longe, ao oeste se apoiam na serra principal. Tão larga e tão profunda é a baía que grandes navios mesmo fragatas, podem nela penetrar e consideráveis embarcações comerciais, mesmo de 500 toneladas podem navegar até à extremidade superior do golfo. [...]. Entretanto, apesar de antiga sua fundação, São Francisco não é mais do que um lugar insignificante. Apenas se pode falar de algumas ruas, mas há muitas casas grandes e aprazíveis, [...], mas aqui se nota, como em toda a província, verdadeiro desleixo em tudo o que pertence ao público, à administração. Observa-se a sujeira e a desordem em toda a cidade.

A exemplo do que aconteceu em praticamente todo o Brasil, a configuração da população de São Francisco do Sul é marcada pela diversidade étnica. Numericamente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), censo de 2010, a população de São Francisco era de 42.520 habitantes, sendo que 21.182 mulheres e 21.338 homens. Naquele momento, a população rural era de 3.030 pessoas.

Do ponto de vista da formação cultural da gente de Santa Catarina, pode-se afirmar que são muitos os fatos e registros que apresentam e certificam São Francisco do Sul como um dos berços da história catarinense. Do ponto de vista do patrimônio arquitetônico, uma das áreas mais atraentes da cidade é o Centro Histórico, tombado como Patrimônio Nacional em 1987, por meio da Lei federal nº 25 de 1937, que compõe uma bela paisagem com os antigos casarões, suas paredes de pedra e suas ruelas centenárias (Figura 6).



Figura 6 – Conjunto arquitetônico do Centro Histórico (detalhe) – Foto: Armando Magalhães
Fonte: www.guiaviajarmelhor.com.br

Nesse caso, para efeito do tombamento, foi considerado o conjunto arquitetônico, por este apresentar características construtivas de valor histórico e artístico, além da bela paisagem cultural e da participação na história econômica da região por meio da atividade portuária. No Centro Histórico podemos encontrar: casario luso-brasileiro, paredes constituídas com pedras e uma argamassa feita com areia e conchas e óleo de baleia, casas feitas com a técnica de construção conhecida como taipa, além de construções em estilos, moderno e eclético. A referida área foi classificada como Sítio Histórico Urbano Nacional (SHUN) de média abrangência, que contempla o núcleo original da cidade e as elevações que o envolvem, além de uma faixa ao longo da orla marítima. Dentro deste perímetro, estão significativas construções como a Igreja Matriz (1665) e outros exemplares datados dos séculos XVIII e XIX. Na área ainda habitam algumas famílias, além de existirem alguns comércios e prestadoras de serviços.

Com o tombamento por Lei Federal, tal área passou por uma série de ações preservacionistas, que foram regulamentadas pela Prefeitura de São Francisco do Sul, pelo poder Estadual e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dentre

essas ações é possível citar a criação do Museu Histórico Prefeito José Schmidt, no ano de 1985, que foi idealizado durante os estudos para o tombamento do Centro Histórico e que contou com o efetivo apoio da Delegacia da Capitania dos Portos da cidade por meio de apoio institucional. Fundamental citar também a criação, pelo Decreto Estadual nº 615, do Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras, realizada no ano de 1991. Posteriormente, houve a idealização e criação do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, anexo à Igreja Matriz e inaugurado no ano de 2013.

Do século XVIII ao início do século XX, a produção de farinha impulsionava a economia de São Francisco, em função dos engenhos que foram aprimorados e mantidos pelos portugueses e seus descendentes. Já na metade do século XIX, chegou ao porto de São Francisco do Sul um grupo de franceses, que veio fundar um “falanstério” na Península do Saí. Nessa mesma época, aportaram alemães, suíços, dinamarqueses e noruegueses, que impelidos pelo desemprego, pobreza e falta de perspectivas em sua terra natal, acabaram investindo na utopia de uma vida melhor no Novo Mundo. Neste contexto, imigrantes alemães foram os responsáveis pela fundação da colônia Blumenau, em 1850, e da colônia Dona Francisca, no ano de 1851, essa que mais tarde se tornaria o município de Joinville, o maior e um dos mais importantes de Santa Catarina. Quer dizer que a Baía Babitonga serviu como porta de entrada para inúmeros imigrantes que foram levados por barcas para o interior ou prosseguiram viagem, usando carroças, com destino ao Planalto Norte do Estado, em alguns casos, chegando até regiões do atual estado do Paraná.

A navegação marítima entre os portos de São Francisco do Sul e Joinville foi intensa até o final da década de 1950, existindo desde o século XIX um grande tráfego de embarcações. O cenário econômico da região, naquele contexto histórico, também era de intensa conexão comercial entre Joinville e o Planalto Norte do Estado, havendo o escoamento de produtos como a erva-mate e a madeira, que eram trazidas para o porto fluvial no Rio Cachoeira, na cidade de Joinville, por meio de força animal e, posteriormente, embarcadas em chatas³, que eram puxadas por rebocadores até a Baía Babitonga. Parte das cargas eram embarcadas no Cais Conde D’Eu, localizado na região do Bucareim, em Joinville e também eram rebocadas, depois descarregadas nos armazéns e, em seguida, chegavam os navios em São Francisco do Sul. Do porto de São Francisco do Sul as cargas eram transferidas para embarcações maiores e levadas para outros estados, como o Rio de Janeiro, e para países como Argentina e Uruguai. As chatas, ao descarregarem no porto de São Francisco

³ A chata é uma espécie de balsa, que serve para o transporte de cargas, sendo puxada por um rebocador.

do Sul, voltavam carregadas com trigo proveniente da Argentina, para serem descarregadas no antigo Moinho SAMRIG – Sociedade Anônima Moinhos Riograndense, que mais tarde se tornou Moinho Santista em Joinville e hoje, é parte do grupo Bunge.

Também existia o transporte de passageiros entre Joinville e São Francisco do Sul, que era intenso e feito por meio dos vapores. No ano de 1903, a Empresa de Navegação Carl Hoepcke & Cia, instalou uma filial na cidade de São Francisco do Sul, dedicando-se especialmente ao agenciamento de cargas para portos na Europa, África e América do Norte. A empresa também mantinha uma linha de passageiros entre São Francisco do Sul e o Rio de Janeiro.

A movimentação de cargas foi intensificada com a presença de uma linha férrea na região. Desse modo, a navegação na Baía Babitonga, juntamente com a utilização da linha férrea inaugurada em 1906, possibilitou o maior trânsito de produtos. Tem-se, assim, a intensificação da atividade portuária e uma maior necessidade de fiscalização.

Ademais, a história do Porto Público de São Francisco do Sul está ligada à existência da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que recebeu, em 1912, permissão para implantar uma estação marítima na Babitonga para fins comerciais de importação e exportação. Mas a pedra fundamental que marcou o início do projeto das obras da construção do porto foi lançada em 1920, quando o prefeito de São Francisco do Sul era Manoel Deodoro de Carvalho. Acontece que, somente em 1941, com o decreto nº 6.912, é que o projeto foi reativado com uma nova concessão ao Governo de Santa Catarina, por um período de setenta anos. Já em 1944, o 17º Distrito do departamento de Portos, Rios e Canais apresentou um novo projeto para a construção do porto. O Governo do estado então firmou, por meio de contrato, a execução das obras com a Cia. Construtora Nacional S/A, que era conhecida por realizar grandes obras no Estado de São Paulo. Segundo Seibel (2010, p. 103), “O contrato compreendia a construção de seiscentos metros de cais em forma de L, aterro, dragagem, dique de enrocamento e fechamento de terraplanagem”. As obras foram finalmente iniciadas no primeiro semestre de 1945. A inauguração oficial do porto foi em 1º de julho de 1955. Ele então contava com 550 metros de cais e com dois armazéns com quatro mil metros quadrados cada um.

Na atualidade a Baía Babitonga continua sendo um importante ponto de encontro comercial, por onde o transporte de mercadorias é cada vez mais intensificado através dos Portos de São Francisco do Sul (público e privado) e pelo Porto de Itapoá.

Considerando-se a natureza e o volume da atividade econômica resultante da movimentação portuária, é natural que São Francisco do Sul viesse a abrigar uma alfândega.

Segundo informações levantadas, já existia em São Francisco do Sul, na primeira metade de 1800, uma Mesa de Rendas, que em 28 de março de 1868 foi elevada à categoria de Alfândega, pelo Decreto n. 4.130.

Segundo pesquisa realizada no Livro ATA da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, datado do ano de 1868, quando a presidência da Câmara era responsabilidade do Sr. Joaquim Fernandes Dias, constatou-se na ata que se encontra na folha de número 16, redigida e lavrada pelo secretário João Ricardo Pereira, a seguinte informação:

Seção extraordinária de 16 de dezembro de 1868 – foi lido em seção o ofício de Francisco Mathias de carvalho datado de 12 do corrente mês, comunicando ter sido no mesmo dia instalada a Alfândega nesta cidade. Ela foi creada pelo Decreto de número 4.130 de 28 de Março de 1868. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1868, fl. 16).

Entretanto, em 12 de agosto de 1868, a Decisão n. 304, instrui que não seja, até ulterior deliberação do governo, instalada a alfândega de São Francisco, na Província de Santa Catarina. Tal determinação logo foi revogada, pois em 11 de novembro desse mesmo ano, a Decisão n. 486 definiu que fosse instalada a alfândega de São Francisco, bem como designou os empregados que nela viriam trabalhar. Todavia, essa veio a ser substituída novamente por uma Mesa de Rendas, por determinação do Decreto n. 6.272, de 2 de agosto de 1876. Porém, na data de 13 de novembro de 1907, o Decreto n. 1.771 restabeleceu a Alfândega de São Francisco do Sul. Destaco que considere aqui, para efeito histórico, o primeiro decreto, datado do ano de 1868, que eleva a Mesa de Rendas à categoria de Alfândega.

Tem-se notícia de que, possivelmente, a primeira sede da Alfândega de São Francisco do Sul teria sido já nas imediações da antiga rua da Praia, atual rua Babitonga, em prédio anexo ao Clube XXIV de Janeiro. Na mesma rua ficava também a capatazia, o armazenamento de mercadorias importadas e também das bagagens de passageiros. Havia também a Guardamoria, uma repartição da Alfândega, cuja função era o policiamento e a vistoria dos navios e das mercadorias.

Era grande a movimentação de navios no porto de São Francisco do Sul já no século XIX, como verificamos em notícia encontrada no Jornal BABITONGA, datado de 16 de abril de 1885, onde se observa uma coluna, na página 2, comentando a movimentação portuária com a seguinte descrição: “ Movimentação do Porto – navios Nacionais: 09 a vapor, com 3.462 ton. E 228 pessoas de equipagem; 07 a vela, com 178 ton e 17 pessoas de equipagem; Sahiram : 09 a vapor, com 3462 ton. E 228 pessoas de equipagem” (BABITONGA, 16 abr. 1885, p.2). Mencionamos que o ancoradouro, atual trapiche Lauro Carneiro de Loyola, já era utilizado na época utilizado e pertencia à Alfândega. E para efeito

de contextualização, registramos que no dia 13 de dezembro de 1987 foi inaugurado o prédio próprio da Receita Federal, atualmente responsável pelas atividades alfandegárias.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE – ALGUNS ASPECTOS

Neste capítulo apresento alguns aspectos da história da educação brasileira e catarinense, tendo como fio condutor os eventos de maior expressão que nos possibilitam a compreensão dos contextos no qual se inserem.

O movimento iniciado a partir do Concílio de Trento (1545-1563), que combatia por meio da Contrarreforma Católica, a Reforma Protestante que teve em Martinho Lutero um dos grandes articuladores com suas noventa e cinco teses que criticavam vários pontos da doutrina católica, foi responsável também pela criação de ordens religiosas, entre elas a Companhia de Jesus, fundada em 1534, pelo Padre espanhol Inácio de Loyola.

A procura e a descoberta do caminho marítimo para as Índias Orientais, a inquietação dos portugueses, além de todo cenário de demanda econômica, levou-os além do mar, a terras distantes, com culturas distintas, onde se falavam outras línguas. O fato é que foram os portugueses colonizadores de muitas terras e, quando falamos em língua portuguesa e História da Educação jesuítica no contexto português e brasileiro, não se podem resumir os fatos somente à Europa e à América; é necessário estender-se a outros continentes.

Onde os lusitanos chegavam para colonizar impunham a fé e a língua. Em territórios da África, por exemplo, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, colônias dos séculos XV e XVI até 1974/1975, possuem como idioma oficial o português. Na Ásia regiões como Goa (Índia), Malaca (Malásia), Macau (China) e Timor Leste, que hoje é um país independente, mas fez parte da Indonésia, também foram territórios sob domínio português. Em Malaca casavam-se os marinheiros com as nativas para fortalecer o jugo e, mesmo tendo deixado de ser território de domínio português já há muito tempo, ainda é possível reconhecer marcas deixadas pela cultura lusitana. Lá, ainda se fala a língua portuguesa com características próprias, bem específicas; é o chamado português *kristang*. O idioma tem esse nome em função da forte influência da Igreja Católica Romana naquele lugar.

Com o intuito de ganhar almas para Cristo, a Companhia de Jesus acompanhava os portugueses descobridores.

Foram os Jesuítas os que implantaram as primeiras escolas no Brasil. Com a Reforma Protestante, segundo Carvalho, (1995,p.138) “Identificados com essa política colonizadora, iniciaram os Jesuítas o seu trabalho de catequese e ensino.”

Inicialmente, pode-se dizer que as características da colônia eram baseadas em latifúndio, escravidão e monocultura, sendo os indígenas catequizados para se tornarem dóceis e instruídos no ensino da doutrina cristã e a ler e escrever. Posteriormente, aos indígenas foi reservado o ensino agrícola e aos filhos dos colonos, o ensino da gramática, já que em alguns casos, tinham a oportunidade de continuar os estudos na Europa. Com o passar do tempo ainda, a instrução passou a ser direcionada aos filhos dos colonos para a formação de padres que iriam atuar nos diferentes pontos da colônia.

Sobre a ideia da construção de um colégio, considerando as letras como “suporte da fé”, no Brasil colônia, como nos aponta Paiva, (2004, p. 84), “a construção de um colégio seria como a de casas de moradia, de igreja para o culto, de fortes para a defesa, etc. Por isto, pensando na organização da missão.” O que significava também pensar o colégio como um instrumento para a religião.

Bahia e São Vicente são os primeiros pontos de povoação e onde foram localizadas as primeiras escolas de ler e escrever. Mais tarde em 1554, com a conquista e entrada mais ao interior, foi instalada nos campos de Paratininga uma casa que serviria também de escola. A criação desta escola que mais tarde viria a ser um Colégio é o que dá início à cidade de São Paulo. Nos anos seguintes seria construído o primeiro colégio no Rio de Janeiro.

Carvalho,(1995) nos mostra que a política colonizadora foi ao mesmo tempo religiosa e regalista e que nos primeiros anos o padre Manuel da Nóbrega (um dos primeiros padres jesuítas que chegou ao Brasil),procurou desenvolver uma política de posse da terra e de escravos para que houvesse uma sustentação econômica para a continuidade dos esforços empreendidos pelos Jesuítas. Nóbrega atendia inicialmente uma população específica, entre filhos de colonos, mestiços, filhos de caciques e órfãos.

Considerando a manutenção dos colégios, foi criado o padrão de “Redízima” que era um imposto de 10% sobre as transações econômicas estabelecidas na colônia.

Educar para os Jesuítas acima de tudo era formar na fé e pela fé. No Brasil colonial se mantinham os princípios da religiosidade portuguesa jesuítica formando para os bons costumes, para a virtude, bondade e piedade. Segundo Paiva, (2004, p. 86), “O ensino das letras estava atrelado ao ensino dos bons costumes, por isso a função primordial dos colégios Jesuíticos, mais do que o ensino das ciências, era o ensino das virtudes para a formação digna do cristão.”

A organização e desenvolvimento das atividades nos colégios fundados e dirigidos pela Companhia de Jesus eram pautados por um código máximo de ensino, um Plano

chamado de *Ratio Studiorum* que foi implantado pelo fundador da Companhia, Inácio de Loyola em 1586.

Como nos esclarece Leonel Franca (um sacerdote da Companhia de Jesus e doutor em Teologia que viveu entre os anos de 1893 e 1948), em *O Método Pedagógico dos Jesuítas – “O Ratio Studiorum”* publicado no ano de 1952, o *Ratio* é “um código de Leis, indispensável no processo educativo. Um texto autorizado e imperativo, elaborado por uma experiência amadurecida, cortaria pelas tentativas infrutíferas dos que ensaiavam as primeiras armas nas lides do magistério.”

No *Ratio Studiorum* o ensino abrangia três cursos Humanidades (retórica e gramática latina e grega); Filosofia (Lógica, Cosmologia, Matemática, Metafísica, Ética e Ciências); e Teologia (estudos baseados na Escolástica de São Tomás de Aquino e nas Sagradas escrituras com interpretação embasada pelos dogmas da igreja).

Pode-se dizer que a educação Jesuítica foi marcada por uma forte rigidez na maneira de pensar e de interpretar a realidade. Um fator constitutivo na prática jesuítica era o treinamento e tempo necessário para ser um professor, além de um extremo rigor com a manutenção da tradição. A partir da introdução do *Ratio Studiorum* no Brasil colônia, apenas os filhos dos colonos passaram a ser instruídos e os índios, apenas catequizados.

Outro ponto de análise que pode ser aqui considerado é a diferença educacional existente entre os colégios e as Missões.

As Missões, conhecidas como Reduções, foram aldeamentos que integravam o processo evangelizador e educacional no Brasil colônia. Existiam no Norte incluindo a região Amazônica, no Nordeste, no Sudeste e no Sul. Nas Missões, os jesuítas estavam amparados por Regimento próprio e a educação se efetuava por meio da música, teatro e liturgia católica. O trabalho evangelizador desenvolvido nas Missões apresentava maior sintonia com o ambiente e com os saberes dos indígenas, considerando a criação de animais, o cultivo de cereais, a extração de vegetais da floresta, sendo a produção de instrumentos musicais, de tecelagem e de cerâmica fatores importantes. Mas no processo evangelizador nas Missões, os jesuítas buscavam combater costumes indígenas como poligamia e antropofagia. Tais combates nos remetem juntamente com todo o projeto de amplitude espiritual religioso, ao conceito antropológico e sociológico de “aculturação”, onde acontece uma fusão de elementos pertencentes a duas ou mais culturas, geralmente com a submissão ou, até mesmo, com a extinção de práticas culturais de uma das partes.

Durante tal dinâmica de “aculturação”, são construídas, processualmente, mudanças culturais e sociais como o aprendizado de novos costumes, de uma nova língua e do abandono de antigas crenças ligadas à cosmologia original.

Os Jesuítas foram responsáveis por processos de aculturação e pela organização educacional da Colônia e até 1759 quando da Reforma Pombalina. Esta que foi na verdade, uma série de reformas encampadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Ministro da Fazenda do Rei D. José I de 1750 a 1777. As reformas ocorreram, contra a nobreza e a Companhia de Jesus, que representavam uma ameaça ao poder absoluto do rei. Segundo Coelho; (2009, p. 196), “Pombal acreditava que a pobreza e o atraso português estavam atados à cultura jesuítica.” o autor esclarece na mesma página, que a companhia de Jesus havia se tornado uma importante e poderosa ordem religiosa que comandava não somente a questão espiritual, mas sobretudo a dinâmica política/administrativa voltada à economia na colônia acrescentando: “Os jesuítas amealharam muita riqueza – na Ilha de Marajó e outros lugares na Província do Grão-Pará por exemplo, foram proprietários de mais de 1000 mil cabeças de gado, possuíam propriedades rurais, e muitos escravos; possuíam engenhos e escravos em outras partes da colônia e relutavam em pagar os impostos e taxas alfandegárias, ou isentavam-se de pagá-los.” Porém no ano de 1759, foi decretada expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império; no Brasil ordenaram-se a prisão de padres jesuítas e o sequestro de seus bens.

Franca (1952) aponta ainda que o *Ratio Studiorum* foi utilizada por dois séculos, até a supressão da ordem. Considerando esses fatos, observa-se que a educação no Brasil colônia era incipiente, pois atendia a elite branca, e que com a expulsão dos jesuítas, tornou-se ainda mais precária e tardia em substituição ao “sistema jesuítico”, foi feita

Posteriormente a contratação de professores que seriam pagos via arrecadação do Subsídio Literário instituído pelo Alvará Régio de 10 de novembro de 1772, que abrangia a metrópole e a colônia. Eram as “aulas régias”, pouquíssimas e mal distribuídas, abrangendo poucas disciplinas.

Posteriormente, o Papa Pio VII, em 1814, restaurou a ordem e no Brasil teremos o início de uma segunda parte da História educacional relacionada aos Jesuítas.

Considerando tais fatos, deve-se observar que foram muitas as contribuições dos Jesuítas no processo educacional no Brasil. Mas, vale destacar como nos mostra Werebe (1995) que:

Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, a obra que pretendiam realizar estava praticamente consolidada; o país estava unido em torno de uma mesma fé, sob uma mesma coroa.

Contudo as consequências de sua expulsão foram, de imediato, desastrosas no campo educacional: suprimiu-se um ensino pouco eficiente que não foi substituído por um outro melhor organizado. Portugal, que jamais gastara um real com o desenvolvimento e a manutenção do ensino na colônia, manteve a mesma política em relação a educação brasileira. (WEBERE, 1995, p. 366)

Temos, que, a partir de 1759, em Portugal e no Brasil, que com a instituição das denominadas Aulas Régias, que podem ser encaradas como uma proposta de sistema educacional controlado pelo Estado, tornava-se a educação leiga, isentando-a das influências religiosas até então hegemônicas.

Conforme Cardoso, (1999, p. 107), “É interessante notar que a denominação Aulas Régias para as escolas predominou entre 1759 e 1822, quando passaram a ser chamadas de Aulas Públicas, sendo também utilizada a denominação de Escola Nacional em documentos posteriores a 1827.” O que nos leva a pensar sobre os desdobramentos das Revoluções Industrial e Francesa em final do século XVIII, como também nos movimentos de nacionalização ocorridos na Europa e nos reflexos presentes no Brasil, haja vista que na Europa naquele contexto histórico já se vivia a mudança de paradigma do pensamento religioso para o científico ao qual Portugal pretendia aderir. Por consequência tal atitude política-ideológica era impressa também no Brasil. A partir deste fato, percebe-se a intenção do progresso científico e de um maior interesse na difusão do saber, o que resultou na Reforma dos Estudos. Tal reforma se deu em duas fases, a primeira relacionada aos estudos menores, que eram os estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades, que se prolongou até 1771. E a segunda relacionada aos Estudos Maiores, quando os estudos nas Universidades portuguesas são reformulados, a partir de 1772.

Os Estudos Menores inicialmente eram constituídos pelas aulas de ler, escrever e contar, também conhecidas como aulas de primeiras letras. As aulas de humanidades também faziam parte deste currículo e previam as cadeiras de gramática latina, retórica e poética, língua grega e hebraica. Posteriormente foram agregadas também as cadeiras de filosofia moral e racional. As aulas de Primeiras Letras e as aulas de Humanidades constitutivas dos Ensinos Menores representaram as Aulas Régias e se referiam à instrução primária e secundária.

Ainda segundo Cardoso (2004, p. 187), as Aulas Régias iniciaram em 1759 e perduraram até 1834. Nas palavras da autora:

Trata-se, portanto de um longo período que abarca diferentes conjunturas, durante o qual o sistema de ensino público, inaugurado com as *Aulas Régias*, se manteve quase inalterado em suas características essenciais: o caráter centralizador, a falta de autonomia pedagógica, a existência de dois níveis de ensino – estudos

Menores e estudos Maiores – e o acesso a educação restrito a uma parcela da população.

No ano de 1834, as Aulas Régias foram substituídas por um sistema de ensino caracterizado pela descentralização, onde a formação inicial, o ensino de ler, escrever e contar, e mais o ensino das humanidades, ficaram a cargo das Províncias. Cabia ao poder maior promover apenas educação de nível superior.

A mudança do período colonial para o imperial, na história do Brasil representado pela proclamação da Independência em 1822, não apresentou grandes rupturas na ordem institucional brasileira, onde a realidade do ensino elementar ou primário era precária, por conta da própria configuração econômica da época, considerando-se que sob a responsabilidade exclusiva das províncias, as atividades de ensino ficavam limitadas à base de um orçamento geralmente pobre. Neste contexto, os professores eram mal remunerados e os espaços utilizados para as instituições escolares não eram adequados. Segundo Aranha (2006, p. 222): “A situação era bastante caótica, [...]. Além do que os professores não possuíam formação adequada. A falta de valorização do ensino das “primeiras letras” é fruto de uma visão elitista da educação”.

As escolas de ensino primário e secundário geralmente funcionavam nas cidades maiores, raramente existindo escolas nas cidades do interior, até mesmo porque tínhamos uma realidade em que a maioria da população morava no campo. Por conseguinte:

Só com a Lei de 15 de outubro de 1827, que tornou obrigatória a instalação de escolas primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império brasileiro, o governo imperial sinaliza com uma preocupação em ampliar o acesso escolar. Entretanto a educação ainda não era obrigatória e conforme o artigo 179, § 32 da Constituição de 1824, destinava-se apenas aos cidadãos livres. (Cardoso, 2004. p.186).

Dado que a escola primária era responsabilidade de cada província, considero o levantamento feito com relação às pesquisas e estudos realizados até o ano de 2011 sobre a educação na Província de Santa Catarina no século XIX, em que se constatou que “Grande parte das fontes disponíveis sobre a educação no século XIX são os relatórios do presidente da província, do diretor geral de Instrução Pública e do diretor do Liceu Provincial [...] (SCHMIDT, 2011, p.428)”. Tal resultado nos alertou, ainda, para a importância da adoção de uma metodologia de investigação que incluísse a análise de Relatórios de Presidente de Província.

Ainda segundo Schmidt (2011, p.431), inicialmente a criação e organização de escolas de Primeiras Letras em Santa Catarina se deu embasada pelas Leis imperiais editadas em

1827. E, posteriormente, a partir de 1834, é que a instrução primária e secundária passou a ser de responsabilidade das províncias. Assim sendo, na província catarinense, os dirigentes seguiram os passos legais para a caracterização do que deveria prever a escola naquele momento. De fato, em Santa Catarina, a primeira Lei Provincial sobre instrução primária data do ano de 1835, mas apresenta, em certos aspectos, a reprodução de alguns dos artigos da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

Ao pesquisar no Ementário da Legislação do Ensino de Estado de Santa Catarina de 1835 a 1979, uma publicação do Governo do Estado (1980), observou-se, com base no texto Notícia histórico-informativa, de autoria de Olívia da Maia Mazzolli, quem Santa Catarina no período entre 1515 e 1834, devido à lei de 15 de outubro de 1827 aconteceu uma reforma no sistema escolar primário e também a regulamentação da carreira do magistério (SANTA CATARINA, 1980, p.9). Acrescenta que a partir de 26 de abril de 1828, afixavam-se editais na capital da província, pondo em concurso o preenchimento das cadeiras de primeiras letras no Desterro e nas vilas de Laguna, São Francisco e Lages, como também para a escola de meninas na capital (SANTA CATARINA, 1980, p.17).

Por meio dos estudos de Fiori (1991), que apresentam uma análise dos contextos históricos que situam os “primeiros caminhos percorridos pelo ensino público catarinense, nos períodos imperial e republicano”, foi possível perceber as diferentes concepções políticas pelas quais passou a Província e depois o Estado de Santa Catarina, bem como questões sociológicas e disputas culturais. Fiori (1991, p.28), esclarece que, a partir dos empreendimentos coloniais em Santa Catarina, acontece a ocupação do território por grupos pertencentes a outras etnias de ascendência européia, que não a lusitana, explicando que: “O começo dessa ação colonizadora deu-se no ano de 1828 por 523 alemães que vieram formar a colônia de São Pedro de Alcântara. Os grandes empreendimentos coloniais em Santa Catarina foram levados a efeito por imigrantes alemães e italianos”. Tal fato possibilitou a povoação de áreas da Província ainda não ocupadas, como também apresentou um novo público a ser letrado.

A realidade educacional no Brasil, em linhas gerais, foi sendo notadamente alterada a partir da denominada Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas, após a derrota nas urnas, lidera um golpe que o conduz ao governo, mesmo que provisoriamente. Uma das primeiras iniciativas do governo de 1930, no campo da educação, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde e das Secretarias de Educação Estaduais. Já em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foram apresentadas propostas para a reorganização da educação brasileira que, aos poucos, foram sendo aplicadas. Nesse contexto, a educação passou a ser

vista como essencial para a reconstrução da democracia no Brasil e a ser defendida sob as bandeiras de seu caráter público, gratuito e obrigatório e sem permitir segregação de sexo.

A Constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, frisando pontos importantes, como a educação sendo um direito de todos e a existência da obrigatoriedade de frequência ao ensino primário integral. A União passou a ter obrigações quanto à integração e planejamento global da educação brasileira, como também no que dizia respeito a fixar o Plano Nacional de Educação.

Mas, no final da Primeira República a realidade educacional no Brasil era ainda preocupante, pois boa parte das práticas educacionais ainda se espelhavam naquelas produzidas no Período Imperial, apesar dos ideais agora pautados na ordem científica. Nesse sentido, Piletti (1996, p. 175) afirma que, pouca coisa havia avançado, que realmente continuávamos sem um sistema nacional de educação e que o “Governo Federal nada fazia em termos de ensino primário, que ficava ao encargo dos recursos dos Estados”, apesar disso, é possível afirmar que os desdobramentos provenientes da década de 1930 trouxeram novos sentidos para a educação brasileira. Em 1932, o que de alguma forma acabou influenciando, em maior ou menor medida, reformas nos estados da federação, encontramos discursos e ecos de uma educação renovada no Brasil de forma que se pleitiava, leiga, obrigatória e gratuita.

Especificamente no Estado de Santa Catarina, no ano de 1935 são percebidas alterações na filosofia e política educacional por conta da nova Reforma do Ensino Público, em que foi estabelecida uma reorganização efetuada sob a égide intelectual do professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, então que responsável pela antiga Diretoria de Instrução Pública. Na busca por sintonizar-se com as instituições federais, o Estado de Santa Catarina, mediante o decreto n. 2.991 de 28 de abril de 1944 determina que as práticas e significações vinculadas a algumas expressões do escolanovismo, fossem colocadas em prática pelos professores no estado, visando a renovação pedagógica. Nesta ambiência, a década de 1940 apresenta um novo cenário educacional no Estado de Santa Catarina pautado por suas políticas educacionais e pela requisição de renovação.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM SÃO FRANCISCO DO SUL: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

Neste capítulo apresento a organização de dados obtidos quanto ao processo histórico de institucionalização escolar no município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Foi adotada uma subdivisão, considerando critérios cronológicos e uma tipologia referente às escolas criadas. Diante dessa escolha, demonstro inicialmente questões que contextualizam a criação de escolas e as nomeações de professores na segunda metade do século XIX, para depois dedicar-me à Escola do Mestre Quincas e a duas escolas para meninas, todas, voltadas ao ensino elementar. Seguindo o critério cronológico, defini uma subseção intitulada Instituições no Alvorecer do Século XX. Nesse panorama, identifico a instalação de uma instituição confessional, o Colégio Stella Matutina, do Grupo Escolar Felipe Schmidt, de uma Escola Alemã, do Asilo Joaquim S. Thiago – instituição peculiar, mas cujas finalidades foram se modificando com o tempo-, chegando às escolas das Colônias de Pescadores. Posteriormente, trato de uma segunda escola confessional, que é a Escola Primária Adventista de São Francisco do Sul, instalada na cidade no ano de 1935 e se firmando no cenário local no decorrer da década de 1940.

Após a apresentação desse mosaico institucional, trago ainda dois itens dedicados à análise dos mecanismos de funcionamento da administração municipal francisquense no que diz respeito ao financiamento para a criação e atividades de escolas, sob a égide da municipalidade, na década de 1930 e meados da década de 1940.

3.1 ESCOLAS DO FINAL DO SÉCULO XIX

De modo a estabelecer alguns parâmetros para a análise do processo de criação de escolas públicas e privadas de instrução elementar em Santa Catarina, inicialmente apresento uma sistematização de dados obtidos por meio de pesquisa documental nos Relatórios de Presidente de Província (RPP) – por vezes denominados como FALLAS apresentadas pelos Presidentes à Assembleia Legislativa na Província de Santa Catarina.

Antes disso, em diálogos com os estudos de Faria (2004, p.15), observa-se que no município de São Francisco do Sul, por exemplo, somente treze anos após a Proclamação da

Independência do Brasil é que foi autorizada a criação de uma escola para o sexo feminino, oficializada por documento expedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, datado de 14 de maio de 1835.

Tendo em mente a questão da educação feminina, localizei no Relatório de Presidente de Província do ano de 1841, Antero José Ferreira de Brito, texto que declara, na demonstração de despesas com a Instrução Pública, a contratação de três mestras de meninas para o município de São Francisco, ao valor de 150\$000 Réis cada uma (SANTA CATARINA, 1841).

Agora tendo como referência o relatório do ano de 1850, apresentado pelo vice-presidente Amorim do Valle, pode-se conhecer algo sobre o cenário da instrução pública da época, descrito como lamentável e tendo o problema da formação e remuneração docente como central:

A Instrução Pública na Província poucos melhoramentos tem tido, e o seu estado é lamentável, o que não é para admirar, por que alguns obstáculos existem [...]. O primeiro consiste na falta de cazas com os utensis necessários para o estabelecimento das aulas, mesmo as da capital acham-se pessimamente colocadas e desprovidas. Outro obstáculo ainda maior consiste sem duvida alguma na incapacidade dos Professores de Primeiras Letras [...], como também a insuficiência de ordenados que não convidam os homens mais capazes de dedicarem-se a esta profissão.(SANTA CATARINA, 1850, p.6)

Já de acordo com minhas investigações, a primeira notícia que se tem a respeito de edital para subvenção de professores na cidade de São Francisco foi publicada pela Presidência da Província referindo-se ao Sr. Amaro José Pereira, em 14 de agosto de 1861, tratando do provimento de um professor para a cadeira de primeiras letras do sexo masculino:

A camara municipal d'esta cidade faz saber que por virtude de ordem de S. Exc. O Sr. Presidente da província proferida em officio de 8 do corrente mez, tem de ser definitivamente provida a cadeira de 1^{as} letras do sexo masculino na cidade de São Francisco, com ordenado de 40\$0000 rs. Anual, e gratificação da 5^a parte concedida pelo artigo 2^o da Resolução Provincial nº 462 de 29 de março de 1859; e que o exame dos pretendentes terá lugar no dia 21 de outubro próximo futuro pelas 11 horas da manhã n'uma das sallas do Palacio da presidência devendo os pretendentes apresentar os seus requerimentos preparados até o dia 29 do mesmo mez, e provar legalmente serem maiores de 21 annos, cidadãos brasileiros e que profissão a religião do Estado. (A ESTRELA, 22 de agosto de 1861, p. 4).

Ainda sobre o cenário da instrução pública no Estado de Santa Catarina e no município de São Francisco do Sul, apresento um recorte do manuscrito autobiográfico (memórias não publicadas e não datadas) de um professor já falecido chamado Damázio Carlos Maciel.

Em meio aos achados da pesquisa, surpreendeu-me tal material, um pequeno livreto escurecido, um pouco judiado e marcado pelo tempo. O livreto faz parte do acervo histórico que se encontra no arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro em São Francisco do Sul.

Escrito a mão e carregado de sensibilidade, nele Damázio nos mostra as dificuldades encontradas para que pudesse adentrar ao mundo letrado e da tamanha importância que isso teve em sua vida. As distâncias, o trabalho na roça e a impossibilidade de estar matriculado por conta de não haver escola em sua comunidade, são questões apontadas por Damázio.

Damázio nasceu em 1874 na beira da Lagoa do Acaraí, uma das comunidades mais retiradas do centro da cidade de São Francisco do Sul e que apresenta ainda hoje aspectos tradicionais e peculiares. No texto de abertura, o autor esclarece que os escritos se referem à suas memórias em um determinado recorte temporal, com a seguinte explicação: “Minhas recordações e lembranças de minha infância e juventude, isto é da idade de 4 anos a 22, desde 1878 a 1900; e mesmo modo de falar nesse tempo.” BIBLIOTECA PÚBLICA AUGUSTO JOSÉ RIBEIRO[n.d.].

Sobre aprender a ler e escrever no contexto de sua infância, Damázio Carlos Maciel escreveu:

Nesse tempo em toda essa zona que nós habitávamos, não tinha só uma pessoa que soubesse ler. Mesmo os fazendeiros, os homens de escravaturas não sabiam, nem seus filhos. Quando por acaso recebiam uma carta de outros lugares, eram obrigados a ir à cidade para mandar ler aquela carta. Se tinha que assinar qualquer documento, como seja de compra ou venda de um negro, tinham que ir à cidade pedir quem assinassem a rogo. MACIEL

Considerando a época a qual se refere Damázio, “nesse tempo” corresponde ao final do século XIX, em que ainda tínhamos pouquíssimas escolas no município de São Francisco e em que a zona onde ele habitava era ainda mais difícil de acessar, pode-se compreender que existiam dificuldades para obter os conhecimentos necessários para a decodificação e interpretação dos signos. O mundo letrado naquele contexto histórico ainda não estava acessível a todos. Mas vejamos como o menino conseguiu romper com as barreiras então existentes, de modo que, mais tarde, veio a ser professor:

Eu já pensava em saber ler. Um dia lá na roça perguntei pra minha mãe, como se aprendia a ler. Ela me respondeu assim: meu filho para os pobres é grande dificuldade, só os ricos e quem podem ensinar os filhos a ler e escrever; porque eles têm recurso disponível. Podem por os filhos nas cidades e vilas que é justamente onde tem escolas.

E os pobres não podem fazer isso.

Com esta resposta, fiquei triste. [...], Aí ela me animou: Se tens esse pensamento e interesse em saber ler, Deus há de nos ajudar e haver maneira de você aprender um pouco. Parece que Deus estava lá no algodoeiro escutando esta conversa, porque logo, em poucos tempos apareceu na nossa vizinhança, um

homem já velho, que quanto me parece era daqueles que andou na guerra do Paraguai. E este homem sabia ler e escrever.

Como ele parava em nossa vizinhança, minha mãe e meu pai falaram-lhe se era possível ele me ensinar a ler, que assim eles lhe pagariam por mês.

O dito homem aceitou e trataram o pagamento de três patacas por mês. Assim lá fui eu aprender a ler e escrever.

O mestre ensinava muito bem e com a boa vontade que eu tive, logo estava soletrando, aprendi também os algarismos, e estava lendo pedaços de jornais, almanaques e copiando livros. Tanto que de onze a vinte anos, eu por essa maneira fiquei sendo um Lente.

Alguns homens da cidade souberam que eu sabia ler e escrever e me chamaram para atestar-me ser um Lente.

Com 21 anos tirei meu título de eleitor, o qual para mim e para minha família foi uma grande coisa. [...]. Não demorou muito fui nomeado professor de uma escola municipal ganhando um ordenado de 25.000 [RÉIS] por mês e descontavam 1.800 de selos e pagava 8.000 [RÉIS] pelo aluguel da casa da escola.

Eu era um Lente, um professor, um empregado público. Eu tinha minha escola com uns 15 alunos, todos os dias era aquele barulho – B.L.A=BLA, B.L.O=BLO, C.L.A=CLA, C.L.E=CLE, Cantando a tabuada e mandando multiplicar. A escola durou uns 16 anos.MACIEL

Por meio do relato do pioneiro e sonhador Damázio pode-se observar a dificuldade encontrada para se tornar um “Lente”,⁴ um letrado e a importância que isso tinha como possibilidade de transcender as dificuldades e de alcançar certo prestígio social.

Segundo S. Thiago (1953, p.12), um funcionário público em São Francisco e que se autointitulava jornalista e historiador diletante, tinha-se notícia de duas instituições destinadas ao atendimento de meninas. Uma delas regida pela professora Clara Almeida de S. Thiago (cujo nome de solteira era Clara Porfírio de Almeida) por um intervalo de trinta anos, num período em torno de 1876. A segunda unidade, conhecida como Escola das “Mestrinhas”, que era também particular, foi regida pela professora Júlia Tovar e Albuquerque, teria iniciado seu funcionamento na década de 1880, tendo funcionado por mais de trinta anos, estando situada num sobrado próximo à carioca (uma fonte de água) do Centro Histórico.

Mediante o escopo de apresentar uma sistematização dos dados referentes à institucionalização escolar em São Francisco do Sul, objeto deste estudo, optei pela organização de um quadro, em que são apresentados dados relevantes acerca dos relatórios estudados, que também contribuem para a compreensão da organização da instrução Pública na Província de Santa Catarina à época, ou seja, durante o século XIX (Quadro 1).

⁴Lente: A princípio o título de “Lente” era dado ao professor na Universidade de Coimbra. Correspondente ao de catedrático, aquele responsável por uma cátedra.. Posteriormente o sentido foi alargado, aplicando-se àquele que ensina, que leciona.

Ano do RPP e página	Informações referentes ao município de São Francisco
1851, p.8	Relatório apresentado por José Coutinho – sobre despesas com a instrução pública; Foi jubilado o Professor de Primeiras Letras Manoel Joaquim Pinheiro na cidade de São Francisco com a importância de 315\$000 Réis.
1865, p.10	Relatório apresentado por Alexandre Rodrigues da Silva Chaves – sobre a instrução pública. Neste ano consta a existência de 8 escolas no município de São Francisco, sendo 6 para o sexo masculino, com 174 alunos e 2 para o sexo feminino contando com 125 alunas.
1875, p.52	Relatório apresentado por João Thomé da Silva – “Conta o município de São Francisco com trez freguesias, com uma população de 13.500 almas aproximadamente e 6 escolas de ensino primário. [...]. Segundo informa o Inspector Geral da Província, não há no município escola alguma particular. Frequentarão as aulas no ano findo, 148 alunos, sendo do sexo masculino 113 e do feminino 35. Dos alunos 9 foram apresentados à exame, sendo que foram aprovados 2.”
1876, p.3	Relatório apresentado por João Capistrano Bandeira de Mello – possui a Província, 136 escolas de instrução primária, sendo públicas 104 e particulares 32. No Sahy, districto da Freguezia de Nossa Senhora da Graça no município de São Francisco Xavier do Sul, foram créadas duas escolas, uma para cada sexo.
1884, p.4	Relatório apresentado por Antero Ferreira de Brito - Tendo-se aberto na Capital a Escola Modelo de instrução primária que créara a Lei nº 136, correram a habilitar-se n’ella os Professores effectivos e interinos da laguna, S. José, Enseada de Brito, Canasvieiras, Rio Vermelho, Imaruy, Itapocoroy, Itajahi e Tubarão. Deixando de frequentar por serem idosos os de São Francisco [...].
1887, p.9	Relatório apresentado por Francisco José da Rocha – Foram nomeados como subvencionados os Professores Joaquim Antonio de São Thiago para reger a escola do sexo masculino na cidade de São Francisco com a subvenção annual de 700\$,000 Réis e D. Clara Almeida de S. Thiago para a escola do sexo feminino e Joaquim de Paula Alves para Nossa Senhora da Glória do Sahy. (anexo 04)

Quadro 1 – Instrução no município de São Francisco no século XIX
Fonte: A autora.

No período Imperial ainda não havia uma política de educação sistemática e planejada, podendo-se considerar que existia uma educação elitista, preocupada em priorizar o ensino superior em detrimento dos ensinos primário e secundário. As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos, sem percebê-los na totalidade.

Durante a pesquisa em jornais da época, realizada em conjunto com a análise dos Relatórios de Presidente de Província, foi percebido, ainda, que o tema instrução pública era apresentado e discutido como uma necessidade para o desenvolvimento do país, implicando as possibilidades de organização e civilidade. Num exemplar do jornal *Babitonga*, por exemplo, editado em São Francisco do Sul e datado de 14 de março de 1885, analise sua primeira edição, estruturada em quatro páginas, constando uma seção de avisos, a parte de registro geral, reclamações, a seção literária, a seção livre, os anúncios e, ainda uma coluna dedicada a referências históricas sobre a cidade. Intitulado como “*Babitonga - Órgão Imparcial Literário e Noticioso*”, de propriedade e redação de Benjamim Carvalho, este um professor de primeiras letras e de música, intelectual conhecido na região como Carvoliva, o periódico se apresenta com a seguinte descrição quanto ao seu ideal e objetivo:

Na onda vivificante de um impulso prosperador, levanta-se de seu berço o *Babitonga* à justa proteção do bondoso público em que sabe-se os paladinos do bem, embora ou não de equabilidade em comícios, a honra encarecem da bandeira que desfaldamos. A precisão nesta cidade de uma folha neutral, que tendo por diviza o bem comum, possa, satisfactoriamente utilizar ao publico, sem peso de conveniência ou côr política partidária, lembrou-nos o cometimento desta empresa, para a qual esperamos a favorável concorrência dos apóstolos do progresso, dos nossos compatriotas dos amigos de nossa terra. Eis o nosso jornal. (BABITONGA, 14 de mar. 1885, p.1).

E traz, na edição nº03, ainda do ano 1, de 16 de Abril de 1885, na primeira página, uma coluna intitulada Instrução Pública, na qual Benjamim Carvalho escreve sobre a necessidade de escolarização, a situação dos professores e o contexto educacional geral na província. Nesse primeiro texto sobre o tema, no segundo parágrafo, Carvoliva escreveu:

Um dos meios mais eficazes para promover o desenvolvimento moral e material de um paiz é, sem dúvida alguma a educação. Nela consiste não somente a cultura das faculdades intellectuais, como também a perfeita direção a todas as outra que no homem são nativas.

Grandes pensadores tem exuberantemente provado que a grandeza dos estados, está na razão directa da civilização dos povos. (BABITONGA, 16 abr. 1885, p.1).

No escrito fica clara a promoção, por parte do autor, da educação como um instrumento dos mais importantes para o que ele compreende como adequação moral e civilizatória.

Noutro momento, na coluna do dia 23 de abril do mesmo ano, no texto II, parágrafo 1º, ele continua, defendendo o potencial cultural dos brasileiros:

O Brazil já está um gigante adolescente de mais de três e meio séculos de idade... Tem luzes, tem gênios, tem homens que por sua capacidade artística, literária, científica ou diplomática, podem competir com os melhores da culta Europa, a acabar-se de uma vez com a mania de sem ser a bem da receita do estado dos interesses vitais do povo. (BABITONGA, 23 abr.1885, p.2).

Ao comentar sobre os investimentos referentes à instrução pública na Província e sobre o pagamento aos professores, no fascículo de número 11, de 18 de junho de 1885, no texto IV o redator expressa sua insatisfação quanto à quantia de subvenção para professores em Santa Catarina:

Não se deve lamentar o dinheiro gasto com a instrução pública, por maior que seja a quantia; mas o resultado não satisfactorio d'esse dispêndio. Infelizmente, em nossa província, dá-se o avesso disto; não falta quem não veja que há uma verba de contos voltada pela assembléa para o primeiro ramo de civilização entre nós, como que achando-a bastante e mesmo muita, comparativamente ao resultado de sua aplicação; como si ela estivesse em relação com a magnitude de seu fim e fossem relativos a missão do professorado os minguados vencimentos, que para mais justiça, nem são-lhe quais sempre em tempo e *in totum* devidamente pagos. (BABITONGA, 18 jun. 1885, p.2)

E ao escrever em defesa do ensino obrigatório, na edição do dia 9 de julho de 1885 (Anno 01 – Nº 13), Carvoliva evidencia a esperança na educação como ponto de legitimação para o desenvolvimento e para uma boa colheita:

Sabem que o regulamento da Instrução Pública de 21 de fevereiro de 1881 dispõe que seja suprimida a escola que não for habitualmente frequentada por 10 alunos. Venha o ensino obrigatório pois o dispêndio com a instrução do povo é como a semente que se atira à terra. (BABITONGA, 9 jul. 1885, p.2).

Percebe-se nos textos referentes à instrução pública publicados no jornal Babitonga,, as nuances do espírito daquele tempo, onde a escolarização era percebida como uma alavanca para o progresso e para a conquista das qualidades requisitadas para que um país fosse considerado desenvolvido.

Durante o percurso da investigação, foi encontrado um Livro de Assentamentos onde eram registradas as nomeações de professores com o termo de abertura datado de 07 de março de 1889, foi preservado no Arquivo Público do Estado e nele lê-se: Livro de assentamentos dos Professores Públicos desta Província. Ali foi possível, constatar algumas nomeações de professores para São Francisco do Sul e Parati⁵ entre os anos de 1894 e 1918.

⁵Parati: que já se chamou Paranaguá-Mirim, que foi uma freguesia e posteriormente Vila, tendo sido desmembrada de São Francisco do Sul pela lei Provincial nº 797 no ano de 1876, retornando a integrar o município de São Francisco do Sul e anos mais tarde, em 1925, por Lei estadual passa a ser denominado, autônomo denominado Araquari.

Apresento a seguir um quadro com os nomes dos professores nomeados, as datas de nomeações as localidades para onde foram nomeados e as respectivas folhas de registro do ato. Note-se a presença tanto de indivíduos do sexo masculino como do feminino.

Nome do Professor	Localidade	Data	Folha
Manoel Pereira de Miranda	Escola mixta de Laranjeiras	05/11/1894	23
Manoel Fernando Alves	Districto do Sahy	01/04/1895	40
Alda Adelina Heleno	Escola restaurada do Districto do Sahy – Batovi	27/03/1899	22
Francisco Anselmo Corrêa	Escola mixta de Laranjeiras	05/01/1909	80
João Alfredo Duarte Moreira	Escola mixta na Vila de Paraty	22/06/1905	[s.d.]
Maria Julia Pereira de Albuquerque	Escola do sexo feminino em São Francisco	09/09/1907	17
Castorina Lobo S. Thiago	Escola na Vila de Paraty	06/05/1909	181
Castorina Lobo S. Thiago	Grupo Escolar Felipe Schmidt	22/07/1918	181

Quadro 2 – Nomeações de professores para o município de São Francisco do Sul entre os anos de 1894 e 1918
Fonte: A autora.

Ainda sobre as primeiras escolas de São Francisco do Sul e seus primeiros professores (as), registra a presença no ano de 1905, de uma escola intitulada Escola Evangélica de Primeiras Letras, segundo informações obtidas por uma nota no Jornal O Mensageiro - Anno I – Nº 01 - São Francisco do Sul de 01 de Setembro de 1905. O referido Jornal era um órgão cristão de publicação mensal e distribuição gratuita organizado por colaboradores e participantes da Igreja Presbiteriana no ano em questão.

Os arquivos da Igreja Presbiteriana Independente foram consultados, mas nenhuma outra informação pertinente sobre o assunto foi encontrada. Segundo o pastor responsável pela igreja nos dias atuais, era comum na prática presbiteriana que anexo à igreja fosse possível manter uma classe para alfabetização dos fiéis e assim proporcionar a expansão da obra. O mesmo informou ainda que possivelmente esses arquivos teriam sido queimados em um incêndio ocorrido na secretaria da igreja há alguns anos.

O anúncio está a seguir, nele constando: “Escola Evangélica de Ensino Primário para ambos os sexos. Professora D. Escolástica Alves Ferreira. Funciona no salão ao fundo do

templo Sydonal. Rua Fernando Machado”JORNAL O MENSAGEIRO (Anno I – Nº 01 - São Francisco do Sul de 01 de Setembro de 1905, p.02).

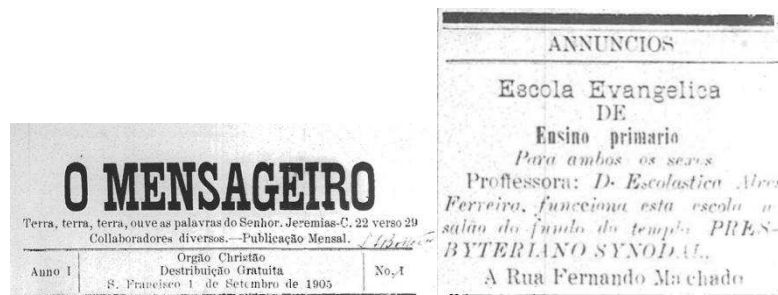


Figura 7 – Imagem Jornal O Mensageiro –Nota - 1905
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca do Estado de Santa Catarina

3.1.1 A ESCOLA DO MESTRE QUINCAS E AS ESCOLAS PARA MENINAS: ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS

A Proclamação da República, em 1889, anunciou novos rumos, mas não rompeu definitivamente com a herança imperial, já que os interesses das antigas oligarquias ainda eram preservados, garantindo privilégios econômicos e políticos.

Referentes ao período entre 1889 e 1930, conhecido como Primeira República ou República Velha, existem registros bibliográficos de que, em São Francisco do Sul, existia uma escola para o sexo masculino denominada Escola do Mestre Quincas, uma primeira escola para o sexo feminino da professora Clara e, ainda, uma segunda instituição também instalada para atender meninas, regida pela professora Júlia Tovar e Albuquerque conhecida como Escola das Mestrinhas (S. THIAGO, 1953). Essas três escolas teriam permanecido em exercício por mais de trinta anos e, nesse período, os professores eram subvencionados pelo Estado. Consta, ainda, que a Escola do Mestre Quincas, que atendia às crianças do sexo masculino, levava esse nome por ser regida pelo professor Joaquim Antônio de S. Thiago, que lecionava na sua própria residência. Ali também funcionava a escola para meninas regida pela professora Clara Almeida de S. Thiago, sua esposa.

Joaquim Antônio S. Thiago, que devido à sua atividade docente ficou conhecido como Mestre Quincas, nasceu no ano de 1857 em Desterro e era filho de Peregrino Servita de Santiago, um dos primeiros inspetores da Alfândega em São Francisco do Sul, e de Maria Augusta Servita Santiago. Morreu em São Francisco do Sul no ano de 1916 (NASCIMENTO, 1996, p. 150).

Foi professor em uma escola pública na antiga Desterro, retornando a São Francisco do Sul para assumir a regência de uma escola pública na Freguesia da Glória do Saí, permanecendo nesta por um ano. No ano seguinte, 1882, foi transferido para a escola no centro da cidade de São Francisco. Escola esta que, segundo S. Thiago (1953, p.106), estava em funcionamento desde 1848,

Conforme se vê pelos registros de exames, e que vinha sendo regida por vários professores: João José Machado da Costa, de 1848 a 1855, Antônio Carlos Machado de Oliveira, de 1856 a 1863, Manoel Bento Santana, de 1864 a 1871 e, mais tarde, de 1879 a 1883, figurando no interregno o professor José Paulo Arantes, época em que meu pai frequentou, como aluno. (S. THIAGO 1953, p. 106)

Sobre o registro de exames citado por S. Thiago (1953), e transcrito em seu livro, é datado de 5 de dezembro de 1848 e foi assinado pelo Padre Benjamin Carvalho de Oliveira, então Diretor Municipal. Estas afirmações nos levam a questionar se não teria sido esta a primeira instituição escolar organizada em São Francisco, como Escola de Primeiras Letras.

Interessante observar que além de ser professor, Mestre Quincas foi também deputado da Assembleia Constituinte Estadual de 1891 a 1893, patrono da Academia Catarinense de Letras, secretário e um dos fundadores do Partido Republicano em São Francisco do Sul e escreveu peças teatrais e textos para jornais. Sobre a figura humana do Mestre Quincas, Pereira (1978, p.3) relata: “Alto magro, cabelos grisalhos, barba e bigode ruivos, olhos azuis, tudo nele inspirava simpatia e respeito”. Durante trinta e seis anos ele exerceu o ofício de professor em São Francisco e desempenhou um importante papel na história da educação da cidade, atingindo o merecido reconhecimento. Sobre sua trajetória intelectual, S. Thiago (1953, p. 102), comentou que foi marcada por várias atividades intelectuais, além da docência:

Autodidata, tornou-se meu pai um dos homens mais ilustrados do seu tempo, no meio provinciano, escrevendo, como jornalista, muitos trabalhos de valor nos jornais da época e como dramaturgo, três peças teatrais, cuja representação lhe valeu assinalados aplausos: Vicentina, A Engeitada e A Órfã. Além de uma obra didática intitulada “Educação Moral para as crianças” que mereceu elogioso parecer do antigo Conselho Superior da Instrução Pública de Santa Catarina [...].

Quanto à Clara Almeida de S.Thiago, o livro de S. Thiago (1953), intitulado Memórias de um franciscano, explica que aquela foi nomeada como professora, pelo presidente da província, para atuar na escola de meninas em São Francisco em 27 de junho de 1876, com caráter interino, até haver concurso. Posteriormente, por vir a ser habilitada por concurso regulamentar, foi efetivada no cargo em 9 de maio de 1883. Como já dito, a escola de meninas funcionava no mesmo edifício em que o casal S. Thiago residia, porém, em um espaço diferente daquele dedicado à escola do sexo masculino. Segundo S. Thiago (1953,

p.104) e Nascimento (1996, p.150), Clara era natural da Vila de Paraíba do Sul, na Província do Rio de Janeiro, tendo vindo morar em São Francisco com seus pais, onde contraiu matrimônio com Joaquim Antônio S. Thiago, o Mestre Quincas, no ano de 1881; além de professora, Clara era também pianista e compositora.

Sobre a Escola do Mestre Quincas e a escola para meninas, Arnaldo S. Thiago (1953) apresenta uma descrição, rica em detalhes, entre eles sobre a organização espacial.

Na escola da minha mãe era eu contado na classe das de menor idade. Em 1892, época a que estou me referindo, meus pais, ambos professores públicos, tinham as escolas bem próximo uma da outra, de cada lado da casa de nossa residência, uma grande casa, com espaçosa sala de visitas, enormes dormitórios, extenso corredor que ia desde a porta de entrada até a porta do quintal, plantado de árvores frutíferas, que se alcançava descendo uma pequena escada de pedras. Situada no ângulo direito da praça da matriz, destacava-se das demais casas adjacentes, pelas suas quatro amplas janelas envidraçadas e alta porta de almofadas, emoldurada por grossos portais de madeira fechadas em arco.

[...] A escola regida pelo meu pai ficava em um grande salão de 8 metros de frente por 12 de fundos, ao lado esquerdo da casa de nossa residência. [...]. No amplo salão da escola estavam dispostas umas dezoito carteiras ou bancos pesados, de uns três metros de comprimento, com 5 furos abertos no tampo, ao alto para os tinteiros. Daí o tampo descia em declive suave para o peito do aluno, constituindo a parte superior do extenso gavetão onde se guardavam os objetos escolares. Cada banco podia acomodar de 5 a 6 alunos e tempo houve em que se acharam superlotados, pois a escola do sexo masculino, única na localidade, chegou a contar com 109 alunos, sendo meu pai auxiliado por um adjunto, de nomeação do governo. Os decuriões também eram auxiliares do ensino, escolhidos dentre os alunos mais adiantados e de melhor comportamento. A escola do sexo feminino, regida por minha mãe, ficava do lado oposto, isto é a direita da casa residencial. S. THIAGO (1953, P. 9, 10)

Pode-se ratificar, pelo relato de S. Thiago, que as escolas estavam mesmo organizadas num único prédio, que era também reservado para a moradia do casal. Eram bem localizadas, no centro da cidade, próxima à igreja matriz e estima-se que atendiam as crianças que habitavam nas proximidades. Todavia, existem indícios de que a escola do Mestre Quincas teria, mais tarde, funcionado em outro prédio, como escreveu Pereira (1978, p.4), em seu livro *Riscos e Traços*: “Uma casa simples, de três janelas e uma porta, entre um muro e um chalé, na Rua Marechal Floriano”. Ainda ao descrever a escola, traz suas impressões pessoais sobre elementos da materialidade das instalações da época:

Foi ali a escola em que andei deletreando os livros de leitura e depois papagueando a gramática do Barão de Macaúbas. Como eu achava grande nas suas quatro paredes brancas e nuas!...No meio, uma coluna de madeira, onde seu Correia, o adjunto, pendurava o chapéu. De cada lado, em duas filas, as carteiras, a que chamávamos classes, - compridas, para dez alunos cada uma, e cobertas e recobertas de baixos-relevos feitos á ponta de canivete e em que se misturavam iniciais, quadrilongos, triângulos, círculos, setas, ramos de flores, navios, bandeiras e uma infinidade de figurinhas grotescas, atestando a passagem por ali, da nossa geração e das gerações que nos haviam antecedido. Na frente, do lado direito, a mesa do mestre e, encostado à parede, o quadro negro. No fundo, a um canto, um pote d'água e um caneco. (PEREIRA, 1978, p.4).

O relato apresenta uma memória afetiva em relação à escola, pois pela descrição se percebem a organização do espaço, o mobiliário e outras marcas sedimentadas. Já na página seguinte, Pereira (1978, p.5), explica que quando alguma falta era cometida, o castigo “era ficar de joelhos no espaço defronte as classes.”

Considerando que o professor Joaquim Antônio S. Thiago – Mestre Quincas -, se aposentou no ano de 1916, acredita-se que a escola teria funcionado até esse mesmo momento. Para Pereira (1978, p.5): “Depois que inauguraram o Grupo Escolar, a casa da escola, ela teria sido marcenaria, depósito, venda, torrefação de café. Agora é sala de orações da comunidade sabatista.” Uma nova configuração na história educacional de São Francisco do Sul surge, dando espaço para novas dinâmicas e novos protagonistas.

3.2 INSTITUIÇÕES NO ALVORECER DO SÉCULO XX

O período que denomino como referente ao “alvorecer do século XX”, corresponde, em boa medida, ao âmbito cronológico referente à Primeira República (1889-1930). Um tratamento das questões educacionais nesse período é apresentado por Nagle (1997), no texto intitulado A Educação na Primeira República. Nessa escrita percebo que Nagle traz para o debate aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, os quais nos ajudam na compreensão das permanências e modificações no âmbito de políticas e práticas escolares concernentes àquela época. As teses de Nagle sublinham a penetração das ideias da Escola Nova, por meio de uma abordagem do que foi denominado como “entusiasmo pela educação” e como “otimismo pedagógico”, acrescida de análises sobre o nacionalismo. Para esse estudioso, todas essas questões podem ser vistas como expressões de um caráter regenerador da educação.

O entusiasmo pela educação foi considerado como uma primeira fase do escolanovismo no Brasil, matizada por esforços políticos na difusão de uma escola para todos, aumentando seu número; por sua vez, o otimismo pedagógico tinha foco na questão pedagógica, defendendo uma transformação de base técnica do ensino, ou seja, a troca de um modelo preexistente por outro, sendo localizado temporalmente a partir da década de 1920, que corresponde a uma segunda fase do processo (NAGLE, 1997, pp.262; 264; 282-3). Ou seja, o “entusiasmo” foi expresso principalmente por ideias, pelo planejamento e pela busca de soluções que se pretendeu implementar; por sua vez, o “otimismo” foi cunhado por

reformas educacionais nos Estados da federação brasileira. Outrossim, tomo como fundante outro elemento relacionado aos argumentos de Nagle: “Duas tendências precisam ser ainda mencionadas a respeito da escola primária e da escola normal: a da nacionalização e a da regionalização e ruralização” (NAGLE, 1997, p.271).

Consideradas tais premissas teórico-metodológicas, essa parte de nossos estudos é dedicada a instituições que emergiram em São Francisco do Sul no período correspondente à Primeira República, num movimento histórico possivelmente impulsionado pelos ventos de renovação e regeneração educacional que agiam no panorama nacional e tiveram reflexos na cena catarinense.

As instituições estudadas são o Colégio Stella Matutina, de origem confessional, o Grupo Escolar Felipe Schmidt, a Escola Alemã (*Deutsche Schule*), o Asilo Joaquim S. Thiago e as Escolas da Colônia Z-2 Nossa Senhora da Graça, entre elas a Escola de Laranjeiras e a Escola, Adventista de São Francisco do Sul, também de origem confessional.

3.2.1 COLÉGIO STELLA MATUTINA: PRESENÇA CONFSSIONAL

O Colégio Stella Matutina era dirigido pelas irmãs da Congregação da Divina Providência e iniciou suas atividades em março de 1915, começando a funcionar, segundo Octávio da Silveira (1965), [s.d.], “nas proximidades da Praia do Mota, na antiga Rua Laguna tendo posteriormente, em 05 de agosto de 1918 inaugurou prédio próprio na rua Vigário Benjamin Carvalho onde se encontra até nossos dias”. A primeira diretora teria sido a Irmã Natalis.

No Jornal/revista Vozes da Juventude, ano 01 nº 01 de abril de 1947, redigido, editado e distribuído por jovens estudantes em São Francisco do Sul, sob a direção da Professora Claurenice Vieira Caldeira, encontrei sua edição comemorativa ao centenário de São Francisco do Sul, a publicação de uma entrevista com a Irmã Joaquina Busarello, uma das religiosas que vivenciou a instalação do colégio Stela Matutina na cidade, da qual reproduzou trecho onde ela evidencia aspectos da instalação, localização e outras características institucionais.

Impulsionados pelas intenções confessadas, tomamos logo a iniciativa de alguma coisa colher sobre a criação do colégio Stella Matutina, ou melhor sobre a chegada das Revmas, irmãs educadoras a esta cidade. Aconteceu porém que não mais nenhuma freira dos primitivos tempos, permanecia no atual educandário, a não ser, com muita felicidade, a irmã Joaquina, encarregada das plantações (pequeno pátio agrícola), já veterana, idosa, com 30 anos de trabalhos nesta boa terra, chegando aqui ainda no tempo do colégio antigo que funcionava no prolongamento da Rua

Coronel Carvalho lá pelo ano de 1917, poucos anos após a chegada das primeiras irmãs em 1915. [...]. Ela começou a falar-nos do colégio antigo. “O nosso saudoso colégio, era na atual rua da cadeia. Haviam três classes letivas. O corpo docente era formado pelas irmãs Livina, Bertília, Bárbara, Cordolina e eu.”, Ao perguntarmos sobre os alunos ela disse-nos: “Rubens Bompeixe (o nosso maestro Vicentino), os filhos Souza Lima, Francisco Lenz, Acylino Souza, são os que minha memória acusa.” E voltou a falar-nos do colégio antigo: “havia um pateo, capelinha, horta pequena, pois as poucas irmãs não podiam com mais. O resto do terreno tinha mato. Também não contávamos com dormitórios para todas, de modo que à noite transformávamos as classes em dormitórios. De manhã bem cedinho, arrumávamos bem ligeiro as salas para deixa-las livres dos vestígios do improvisado dormitório. Levei apenas um mês no colégio antigo, em 07 de julho de 2018 até agosto quando então foi inaugurado o novo.(JORNAL VOZES DA JUVENTUDE, 1947,p.38).

Pode-se entender a instalação, em São Francisco, de um colégio confessional vinculado a uma congregação católica feminina,tendo como base o movimento histórico de sua entrada no Brasil, caracterizado por Leonardi (2011) como intenso, iniciado em 1849 e que prosseguiu durante o século XX. Segundo essa autora, “Essas congregações anunciavam ter como finalidade principal a educação” e, com base nisso, numa nota do artigo “Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux”, a pesquisadora elenca dezenas de congregações religiosas femininas que afirmavam ter como finalidade o trabalho na educação, entre elas as Irmãs da Divina Providência; explicando-nos, ainda, que “A bibliografia aponta para a inexistência de colégios femininos mantidos por ordens e congregações católicas antes da República (Moura, 2000), com exceção do já conhecido estudo sobre as Irmãs de São José de Chambéry (Manoel, 1996)” (LEONARDI, 2011, p.105-6).

Acrescento, ainda, que além da criação do Colégio Stella Matutina, as irmãs da Divina Providência atuaram junto ao Hospital de Caridade e Maternidade, compondo no cenário de atenção humana em São Francisco do Sul. Foram encontrados registros, nas leis orçamentárias das décadas de 1920 e 1930, de subvenção municipal tanto ao Colégio e ao Curso Complementar anexo como também ao Hospital, o que põe em evidência a relevância social e o reconhecimento da atividade da congregação religiosa na cena local.

Por meio de uma imagem publicada n’ O Vicentino, nº 25 de 1939, um jornal publicado mensalmente pelo Círculo Vicentino ligado à igreja católica em São Francisco do Sul,sob a direção de João E. da Silveira e diversos colaboradores, percebe-se que o Colégio Stela Matutina era formado por dois prédios, ambosde considerável volumetria, imponentes e espaçosos(O VICENTINO, 1939, p. 03). Na figura abaixo, os dois prédios maiores, ao fundo, correspondem às instalações daquela escola, na época.



Figura 8 - Imagem dos Prédios do Colégio Stella Matutina
Fonte – Hemeroteca da Biblioteca do Estado de Santa Catarina

Na mesma edição do jornal foi apresentada a seguinte nota, que enaltece os serviços prestados por essa instituição escolar:

As abnegadas irmãs do Collegio Stella Matutina e do Hospital de Caridade, apresentamos respeitosos cumprimentos pela passagem da grande data religiosa – 19 de julho – dia de São Vicente de Paula. Este modelar estabelecimento de ensino que tem à sua Direção a digna irmã Gonzaga, tem correspondido perfeitamente a confiança publica, não somente pelo critério de sua administração como ainda pelo zelo dos ensinamentos nelle ministrados.(O VICENTINO, 1939, ed. 25, p. 3).

A ilustração que segue apresenta crianças e adolescentes do corpo discente dessa instituição, então composto por rapazes e moças, acompanhados de uma das religiosas (Fig. 9).



Figura 9 – Discentes do Colégio Stella Matutina acompanhado de irmã da congregação – [s.d.]
Fonte: Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Observa-se ainda, num outro fascículo do Vicentino (1939), uma nota a respeito de uma exposição de trabalhos manuais desenvolvida pelas alunas do Colégio e organizada pelas professoras, onde foram apresentados trabalhos feitos em toalhas, almofadas e tapetes, como também trabalhos em pintura. No contexto em questão, é possível observar ainda a relevância dada ao fato, considerando tais conhecimentos aplicados no currículo escolar, tidos como indispensáveis à formação de donas de casa: “Em tudo podemos observar o grande esforço das distintas professoras, no sentido de dotar as alunas dos conhecimentos indispensáveis as futuras donas de casa” (O VICENTINO, 1939, p. 1).

Considerando a presença das exposições e comemorações cívico-religiosas nos colégios confessionais ou não, nesse período, observa-se que o Colégio Stella Matutina espelha o ambiente ritualístico da época. Nesse sentido, a respeito de ritualismo em escolas catarinenses, Santos (2018, p. 220) explica:

À medida que solicita uma série de ações levadas a efeito nas instituições escolares, o ritual tem um alto valor simbólico. Ao expressar crenças, buscar despertar emoções e conformar identidades, o ritualismo pode ser usado como estratégia para a introdução e manutenção de relações sociais que se deseja construir, ao mesmo tempo que pretende gerar uma desejada integração dos indivíduos nos contextos mais amplos, embora escamoteando o seu real e intrínseco significado. Na instituição educativa, a constante repetição dos rituais almeja conseguir, por meio da impregnação dos símbolos do campo cultural dominante, a adaptação dos atores escolares a uma realidade apresentada como organizada e desejável. (SANTOS, 2018, p.220).

Estima-se que tais rituais, constituídos e difundidos no ambiente educacional da instituição confessional, contribuíram para a construção ideológica da preparação social da mulher, pautada na representação da docilidade, do recato, na preparação para o casamento, para a atuação como esposa, mãe e dona do lar. Segundo Vechia e Pereira, (2013, p.1), “Os colégios confessionais católicos vieram desempenhar um importante papel como instituições escolares que se dedicavam à formação de meninas cristãs para exercer o papel de mãe e esposa na sociedade”. As autoras esclarecem ainda que os colégios de freiras eram considerados sinônimos de requinte e sofisticação, onde as meninas e jovens podiam aprender outro idioma, como o francês, e também o conjunto de hábitos necessários que poderiam garantir o bom desempenho do papel feminino na época (Figura 9). A imagem traz uma representação que associa a menina-moça aos valores religiosos e morais próprios e, mais que isso, desejáveis no contexto de então, e por isso materializa para a história uma específica perspectiva de formação.



Figura 10 – Estudantes do Colégio Stella Matutina – [s.d.]
Fonte - Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

No decurso da história institucional, por meio do decreto nº. 463/34, o Coronel Aristiliano Ramos, interventor do Estado de Santa Catarina no ano de 1934, torna equiparado às Escolas Complementares, o curso complementar do Colégio Stela Matutina.

Cabe destacar na cena social e cultural de São Francisco do Sul, o Colégio Stella Matutina foi considerado um dos estabelecimentos educacionais mais bem conceituados e tradicionais da região, exercendo suas atividades até o início da década de 1970.

Um ex-aluno do Colégio Stela Matutina, Sr. Carlos Alberto de Oliveira, também conhecido como Zera, que estudou no colégio na década de 1950, relata em suas memórias publicadas por Oliveira (2015) um pouco do cotidiano escolar; evidencia o fato de quando foi chamado por sua professora para auxiliar outros alunos. Fato que lhe traz uma memória positiva a respeito de sua relação com a escola;

Eu lembro bem das irmãs, em especial da irmã Joaquina Busarello que já era bem velhinha, e trabalhava na horta, e da irmã Ismália com quem convivi mais de perto no cotidiano escolar por ser esta minha professora. Em uma ocasião, como eu era bom em cálculos, fui chamado pela professora Ismália para ajudar os alunos fracos da turma da tarde. Eu fiquei feliz.
O ambiente era rígido, elas eram severas, mas era muito bom estudar lá. OLIVEIRA, (2015, p.5)

Em meados da década de 1970 o colégio foi vendido para a família Possamai, que utilizando o prédio principal, fundou ali o Colégio Francisquense, ainda atuante na cidade e pautado nas metodologias de ensino vinculadas ao Sistema Positivo de Ensino.

3.2.2 GRUPO ESCOLAR FELIPE SCHMIDT

A partir do início do século XX, considerando as novas propostas educacionais do governo republicano, pautadas em ideais modernizadores e de renovação que contribuíssem para o desenvolvimento do cidadão e para com o progresso do país, entendia-se como necessário empreender medidas nessa direção. Alinhada a essa perspectiva, buscou-se um novo modelo arquitetônico e de funcionamento para as escolas, pautado na imponência e monumentalização, que viessem a atender a importância dos ajustes educacionais emergentes.

O grupo escolar foi o modelo escolhido para a formação do novo sujeito, que bem preparado, estaria a serviço da pátria. Segundo Teive e Dallabrida (2011, p. 17), a instituição dos grupos escolares em Santa Catarina se deu a partir de 1911, com a criação de unidades nas principais cidades catarinenses em meados do século passado, “[...] afinando a modernização do seu ensino primário com o modelo de escola graduada em circulação no mundo ocidental desde a segunda metade do século XIX”.

Ainda conforme Teive e Dallabrida (2011, p.35), a estratégia de utilização do novo modelo estava conjugada à aprovação do Congresso Representativo da lei n.846 de 1910, que autorizava a reorganização da instrução pública catarinense e a contratação do professor Orestes Guimarães para coordená-la.

Tal reorganização passava pela diminuição das despesas, por agregar um maior número de alunos em um mesmo estabelecimento e, assim, atender a demanda da educação em massa, considerando os preceitos higienistas da época e possibilitando a organização educacional urbana, contribuindo e alavancando o progresso necessário à nação.

O novo modelo imprimia singularidade, mas cabe compreender, como nos mostra Santos (2018, p. 201), que:

[...] em Santa Catarina, foram inaugurados apenas sete grupos escolares, que, descentralizados na geografia estadual e instalados no ambiente urbano das cidades-polo da época, acabaram por atender a uma pequena parcela da população estudantil. Portanto, às centenas de pequenas escolas primárias rurais cabia seguir atuando.

Posteriormente, foram construídos outros Grupos Escolares em diferentes pontos do estado catarinense. Além da estratégia de criação dos Grupos Escolares, podem ser observadas duas outras formas de escolarização implantadas durante a Reforma Orestes Guimarães: a Escola Complementar e a Escola Reunida. As Escolas Complementares estavam localizadas nos grandes centros e possibilitavam a continuidade dos estudos pós-curso preliminar. As Escolas Reunidas poderiam ser criadas nos lugares em que, considerando-se a

densidade populacional, houvesse mais de duas escolas isoladas. Atendiam de forma dividida, em um período os não alfabetizados e, em outro, os maiores de 2º e 3º ano. Teive e Dallabrida (2011, p. 71) explicam que “[...] os egressos das escolas isoladas e reunidas, com três anos de duração, poderiam matricular-se no 4º ano do Grupo Escolar e os concluintes destes nas escolas complementares, cujos egressos tinham matrícula assegurada no 3º ano da Escola Normal, sediada na capital.”

É nesse contexto que, no ano de 1917, foi iniciada a construção do Grupo Escolar Felipe Schmidt em São Francisco, com recursos provenientes do Governo do Estado, sendo inaugurado em 28 de Setembro de 1918. Construído com financiamento estadual, foi um marco na história da cidade, por significar, segundo relatos nos jornais da época, um exemplo de avanço educacional.

Fato é que, no período em questão, os grupos escolares eram concebidos e construídos como monumentos que idealizavam os preceitos necessários para destacar o espaço como apropriado à educação brasileira. O prédio próprio, naquele contexto histórico, como esclarecem Vidal e Faria Filho (2005, p. 54), era um marco e símbolo do novo período:

A arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé direito, as dimensões grandiosa de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica construída pelas luzes da República.

Incrustado no cenário da ilha de São Francisco do Sul, a edificação do Grupo Escolar Felipe Schmidt chamava a atenção, como se verifica nas ilustrações que seguem (Figura 11).

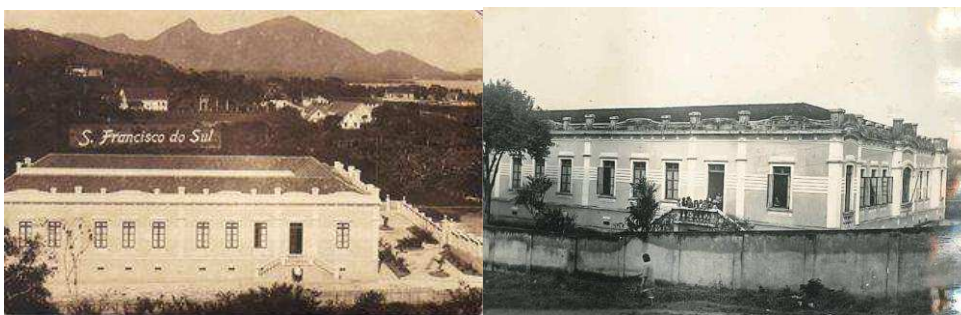


Figura 11 – Vistas do edifício do Grupo Escolar Felipe Schmidt
Fonte: Acervo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

O jornal *O Mensageiro*, do ano de 1916, ao noticiar a vinda do Grupo Escolar para São Francisco do Sul, sinaliza as inspirações e expectativas da época em relação ao desejado progresso, possível por meio da educação formal. No texto encontrado o redator enfatiza:

[...] nos sentimos alegres e felizes com a certeza da vinda do Grupo Escolar para nossa cidade. Será isto um marco indelével, [...] porque com a vinda do Grupo Escolar, São Francisco do Sul dará um passo gigantesco ao progresso, pois esse

templo de instrução, que espanca as trevas ignominiosas do analfabetismo, prepara sabiamente os futuros homens que regerão os destinos desta terra e que cooperarão para o levantamento cada vez mais alto do critério da nacionalidade que compõe o povo da terra altiva que foi vista pela vez primeira por Alvares Cabral. (O MENSAGEIRO, 1916, p. 2)

Observa-se que existia uma expectativa em relação à vinda do Grupo Escolar, para que se concretizasse, em terras francisquenses, o ideal intelectual e preparatório da gente local, de modo que a cidade pudesse figurar como um lugar em pleno desenvolvimento, que atingiria o progresso devido.

No mesmo jornal O Mensageiro (1917, p.6), encontra-se uma nota registrando o bom andamento das obras do Grupo Escolar, considerando-a uma empreitada de grande importância, que “Como ornamento para a cidade, o edifício é muito digno, pois ainda em osso, denuncia uma bella estrutura esthetica. Como templo de educação ainda mais se realça.”

Posteriormente, n’O Mensageiro (1918, p. 3), tem-se a notícia da tão esperada inauguração do Grupo Escolar Felipe Schmidt: “Grupo Escolar Felipe Schmidt - Em 28 de setembro p.p. foi inaugurado esse estabelecimento de ensino nesta cidade. Nós que fomos daqueles que batalharam pela sua criação, exultamos por esse facto.”

Por sua vez, Octávio da Silveira, em artigo não publicado e não datado, porém disponível nos arquivos da Biblioteca Augusto José Ribeiro: “Na ocasião da inauguração, o primeiro diretor nomeado para esse estabelecimento de ensino foi o professor Marcílio S. Thiago e o corpo docente era formado por: Amélia da Costa Pereira, Zilá Margarida da Costa, Castorina Lobo S. Thiago e João Nepomuceno”. Localizamos uma fotografia que apresenta homens e mulheres professores da instituição, entre os quais consta um professor negro (Fig. 11).



Figura 12 – Corpo docente do Grupo Escolar Felipe Schmidt em 1918
Fonte: Acervo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Já segundo o edital de matrícula, que explicava os procedimentos para que uma criança fosse matriculada no Grupo Escolar, publicado no Jornal A Razão de 15 de julho de 1918, são apresentados alguns aspectos que fazem parte do contexto histórico, como as exigências para as matrículas e quanto ao funcionamento da instituição à época.

Não serão matriculadas as crianças de notórios maus costumes; de idade inferior a 6 anos ou superior a 15 anos completos; as que padecerem de moléstias contagiosas ou repugnantes; as imbecis; e as que, por defeito orgânico forem incapazes de receber instrução no estabelecimento. O funcionamento do Grupo é das 9 às 14 horas. Os alunos podem frequentar as aulas calçados ou descalços. (A RAZÃO, 15 jul. 1918).

Mostra-se que a abertura de um Grupo Escolar, agora em São Francisco do Sul, vinha ao encontro da nova proposta educacional do início do século XX, embasada na modernização, na influência escolanovista e em preceitos vinculados à higienização, esta necessária para garantir a saúde e a aprendizagem.

Dois anos após a inauguração do Felipe Schmidt, foi noticiado no jornal A Razão Nº 71, de 27 de março de 1920, a instalação do Curso Complementar, que passaria a funcionar junto ao Grupo Escolar: “Foram realizadas no ultimo dia 27 do corrente, as cerimônias para a instalação do Curso Complementar que estará em funcionamento no Grupo Escolar Felipe Schmidt. O referido curso trará incontestáveis benefícios à mocidade estudiosa de São Francisco do Sul.”

Observa-se, com essa notícia, a importância da instalação do Curso Complementar junto ao Grupo Escolar, por vir suprir a lacuna da escolarização complementar – responsável também pela formação de professores para a escola primária -, que não havia antes na cidade.

Mais tarde, a instituição mudou de denominação, passando a ser nominada por Colégio Estadual Felipe Schmidt.

Chamo a atenção para a fotografia que segue, convidando a interrogar quanto à diversidade da clientela que o Grupo Escolar Felipe Schmidt de São Francisco do Sul foi atendendo, ao longo do tempo (Figura 13). Embora haja prevalência numérica dos meninos, vê-se algumas meninas maiores ao fundo, próximas do professor. É possível afirmar, observados os aspectos fenotípicos, sobre a presença de vários alunos negros. Nas fileiras de crianças em primeiro plano, percebe-se a ausência de uniforme, as calças curtas e os pés descalços.



Figura 13 – Solenidade cívica no Grupo Escolar Felipe Schmidt – Década de 1920
Fonte: Acervo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Alberto Luiz da Silva e Maia, em seu livro *São Chico e nossas histórias* (2019), ao comentar sobre sua passagem como aluno na década de 1940 pelo Grupo Escolar Felipe Schmidt explica; “A importância dessa escola não se restringia apenas a um setor da vida da cidade, mas sim a toda a comunidade, pois foi sua primeira escola pública de porte”(MAIA, 2019, p. 205).

A escola tem um papel importante na construção das identidades e das memórias. Por meio da rememoração acessamos momentos singulares, o que nos faz pensar a respeito do sentido de uma consciência histórica de fazer parte de um tempo, de um contexto histórico onde estamos e somos sujeitos em um processo educacional. Conforme Otto (2012, p. 24), “O ser humano, individualmente, ou no grupo social, não é somente portador de memórias, também as significa. Os sentidos atribuídos à memória decorrem de suas experiências

interconectadas ao tempo e ao espaço, tanto do presente quanto do passado.” É por meio da memória, das recordações que o passado ressurge, mas em que se constitui uma memória? Em imagens? Em sentidos?

As significações atribuídas a uma determinada memória estão relacionadas, com as experiências em um determinado espaço e tempo, onde a materialidade de uma existência nos faz testemunhos e agentes da história. A memória, em seu sentido mais amplo, nos permite compreender o mapa onde estamos alicerçados.

Segundo tal perspectiva, entendo que Maia (2019) ao compartilhar suas memórias de estudante, nos apresenta um relato rico em detalhes, que nos possibilita compreender as dinâmicas e as práticas escolares de seu tempo. Em uma passagem de suas memórias, nos traz um registro sobre a rivalidade e competição que existia entre os alunos do Grupo Escolar Felipe Schmidt e do Colégio Stela Matutina em dias de desfile cívico, além de descrever como eram os uniformes das duas instituições apresentando também características sócioeconômicas das mesmas;

Havia o colégio das irmãs, o Colégio Stela Matutina, que abrigava como escola particular os filhos das famílias mais endinheiradas ou daquelas que pensavam sê-lo, mas o grosso da população não podia contar com ele, por não ter recurso para pagamento das mensalidades. Era o nosso grande rival, nosso inimigo mesmo.

Nos desfiles de 7 de setembro, criávamos em nossas cabeças uma grande disputa entre as duas escolas, que ao término sempre teve dois vencedores, pois nós, do Grupo, achávamos que tínhamos nos apresentado melhor e “eles” se declaravam vencedores.

O Colégio tinha até uniforme de gala, era totalmente branco: calça, camisa, tênis e meias, além de um gorro semelhante ao do corpo de Fuzileiros Navais. Realmente formava um belo conjunto, todo de branco, e nós, desprezivelmente, dizíamos que eles tinham caído no leite.

Já o Felipe Schmidt desfilava com seu uniforme diário: calça azul, camisa branca, tênis (caprichosamente limpos e branqueados com alvaiade, que era o apelido do óxido de zinco) e meias brancas; depois, também apareceu um gorro igual ao do colégio. Mais ainda, como a grande maioria era paupérrima, alguns alunos eram assistidos pela Caixa Escolar e o desfile era feito com o único uniforme que possuíam, mesmo desbotado ou remendado que fosse, o que devia nos dar um aspecto de tropa decadente, mas, diante de nossos olhos e de nossos pais, era um desfile primoroso. (MAIA, 2019, p. 205-6).

Por meio das memórias de um ex-aluno pode-se adentrar em cenas cotidianas de um passado longínquo. Significa ainda, acessar informações e impressões com base na perspectiva de quem participou diretamente da história, de quem a viveu. Ao recordar de suas ex-professoras no Grupo Felipe Schmidt, Maia (2019) cita os nomes de algumas delas e nos apresenta algumas características e situações do cotidiano escolar:

Minha professora do primeiro ano foi Dona Norma Corrêa [...], querendo mostrar o seu trabalho, me chamou para que eu lesse uma frase que estava no quadro da sala vizinha, onde a outra professora estava muito irritada com sua turma, porque eles

não conseguiam ler. Ela achava que eu já estava alfabetizado. [...] constrangido não consegui decifrar a dita frase para desespero da minha mestra e gozação da turma. No segundo ano, a professora era Dona Orlandina que foi substituída pela Dona Odete Oliveira, que depois deixou o magistério para ser funcionária do IAPETEC, até se aposentar. No terceiro ano o meu encontro foi com a Dona Aurora Furtado, famosa pela sua brabeza [...]. Era autoritária e a gente não a via sorrir nunca. Boa professora apesar dos pesares. Só não era mais braba que a Dona Maria da Paz, de quem graças a Deus, eu nunca fui aluno. No quarto ano minha professora foi Dona Hilda [...], que entrou de licença de gestante e foi substituída por Dona Marina, provocando uma queda na qualidade de ensino da turma. A propósito, quando Dona Marina assumiu quis saber quem era o primeiro aluno da turma, a resposta de meus colegas foi dirigir o indicador a mim acusando-me. Eu sempre fui um aluno muito aplicado, na medida em que, não confiava na minha precária inteligência [...], mas fui o maior dos relaxados, sendo os meus cadernos um insulto até a própria higiene. Pois não é que Dona Marina pede justamente para ver o caderno do acusado, e eu tive que mostrar. Quando ela olhou para o caderno, cheio de borrões e de orelhas de burro, uma letra que era um acinte ao trabalho das professoras, não se conteve e me passou a maior descompostura que eu levei na minha vida. Dona Hilda, a que havia pego licença de gestante foi uma das professoras que me deixou saudades. Muitos dias ela estava braba, principalmente no dia em que vinha com o vestido amarelo, ficava terrível. Mas rotineiramente ela era suave, muito competente e bonita. MAIA (2019, p. 209,210,211)

Ao recordar sobre outros funcionários do estabelecimento, que atuavam diretamente nos afazeres relacionados à limpeza, alimentação e jardinagem, Maia (2019) relata:

É importante lembrar, também das figurinhas mais humildes do nosso grupo. Eram apenas três os trabalhadores que davam conta da limpeza, da merenda e ajudavam a disciplina: Dona Dalvina, Darcílio e Dona Olívia. [...]. Dona Dalvina já era uma senhora de idade bem avançada, viúva, e cuja função era a de servente, cabendo-lhe além da limpeza, a tarefa de encher os tinteiros de cada carteira, para que os alunos dispusessem de tinta para as suas canetas de pena, e também a de tocar o sino para o início e final das aulas. Interessante notar, para mostrar o grau de disciplina que nos era imposta, é que para o início das aulas eram dados dois toques no sino. Ao primeiro sinal, os alunos deviam cessar toda a atividade e ficar imóveis onde estivessem; ao segundo, então, deveriam se deslocar, em silêncio, para o local de formatura, de onde seriam conduzidos pelas professoras para as salas de aula. O Darcílio cuidava mais da parte dos jardins e dos pátios. Dona Olívia era a cozinheira e veio para o Felipe Schmidt depois que criaram a merenda escolar, que naquele tempo constava apenas de uma sopa. MAIA, (2019, p. 213).

Pelos bancos do Grupo Escolar Felipe Schmidt passaram muitos alunos. Po exemplo, em suas memórias Maia (2019), afirma sua felicidade ao citar que seus pais lá haviam estudado, bem como ele e seus filhos.

No final do ano de 2017- justamente pela ocasião das preparações para a comemoração do centenário da instituição, o Grupo Escolar Felipe Schmidt foi fechado, sendo seus alunos e professores realocados em outras unidades escolares estaduais. O fato ocorreu por conta de uma política de economia justificada pelo governo do estado na ocasião, o que trouxe acalorada discussão na comunidade francisquense, dados a finalidade social do grupo escolar e significado histórico que tal estabelecimento imprimiu na memória coletiva local. O fato repercutiu nas redes sociais, havendo mobilizações, passeatas e atos de protesto e

repúdio, organizados pela Associação de Pais e Professores (APP). O prédio encontra-se atualmente em reforma à espera da decisão da Secretaria Estadual de Educação quanto às possibilidades de uma nova utilização das instalações, agora sem finalidade de atendimento escolar (Fig. 14).



Figura 14—Manifestação contra o fechamento do Grupo Felipe Schimdt diante da Prefeitura de São Francisco do Sul.

Fonte: arquivo privado - 2017

Apesar disso, o imponente prédio do extinto Grupo Escolar resta, em silêncio, observando o movimento dos transeuntes no seu antigo endereço. Atualmente há debates e algumas providências sobre a destinação de sua estrutura, que provavelmente abrigará a secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul -(Fig. 15).



Figura 15 – Aspecto atual do Grupo Escolar Felipe Schmidt
Fonte: Arquivo privado - 2018

3.2.3 A *DEUSTCHE SCHULE* – ESCOLA ALEMÃ

A história da presença alemã em São Francisco do Sul está diretamente ligada ao movimento de imigração alemã para o Brasil e para o estado de Santa Catarina, por meio das colônias organizadas por companhias de imigração. De forma subsequente, existe uma relação com a história da Comunidade de Confissão Luterana na cidade. Sobre a questão do protestantismo luterano no Brasil e sua relação com a concretização da imigração alemã por meio dos projetos colonizadores, Santos e Cecchetti (2018, p. 286) esclarecem:

A história da chegada do protestantismo luterano ao Brasil está estreitamente relacionada à imigração alemã que ocorreu com mais intensidade durante o século XIX e meados do século XX. Inicialmente, uma política de atração de imigrantes alemães foi criada no Império. Do lado brasileiro, o trânsito de pessoas foi incentivado principalmente por motivos de ordem econômica, uma vez que havia a pretensão de substituir a mão de obra escrava, que até 1888 era predominante. Mas também foi alimentado pela ideia de que os alemães seriam bons colonizadores, civilizados cidadãos e até mesmo úteis soldados. Já da parte dos imigrantes, a possibilidade de que viessem a possuir pedaços de terra dentro do território brasileiro e de prosperar foram fatores que, entre outros, motivaram a sua vinda ao Novo Mundo.

Considerando-se também os aspectos econômicos que incluíam a necessidade de substituição da mão de obra escrava pela do imigrante, potencializaram-se no período do Império os empreendimentos coloniais. Ainda sobre o tema, Fiori (1991, p. 28) esclarece que aconteceu a ocupação do território por grupos pertencentes a outras etnias que não a lusitana,

explicando: “O começo dessa ação colonizadora deu-se no ano de 1828 por 523 alemães que vieram formar a colônia de São Pedro de Alcântara. Os grandes empreendimentos coloniais em Santa Catarina foram levados a efeito por imigrantes alemães e italianos.”

O porto de São Francisco do Sul serviu de porta de entrada para inúmeros imigrantes que eram transportados pela barca Colón até a Colônia Dona Francisca, atual Joinville. Referindo-se a esse assunto, Böbel e S.Thiago (2001, p.11) trazem dados quantitativos quando ao movimento imigratório:

Em janeiro de 1851 saiu de Hamburgo o veleiro Colón, que chegou a São Francisco do Sul no dia 9 de março de 1851, transportando 125 imigrantes. [...], Em mais de 200 viagens subsequentes, no período de 1851 a 1902, mais de 20.000 imigrantes chegaram a Colônia Dona Francisca. Predominantemente alemães e suíços. [...] a maioria de religião protestante.

A sede da Colônia Dona Francisca passou a denominar-se Joinville em homenagem ao Príncipe de Joinville em 1852. Já São Francisco do Sul, como cidade da região, acabou absorvendo parte desses imigrantes, que encontraram na cidade acolhimento e condições de subsistência. Sobre a presença alemã na cidade e a conseqüente criação de uma escola étnica, Oliveira (2004, p.40) explica que, considerando a formação da colônia Dona Francisca, a partir de 1851, bem como a grande movimentação portuária nas décadas seguintes, muitos alemães se estabeleceram na região e em São Francisco do Sul.

De acordo com informações constantes em cópias de um documento elaborado por membros da Comunidade Evangélica Luterana de São Francisco e afixadas nas paredes da igreja atual, a imigração está na raiz da criação da comunidade e do associativismo engendrado historicamente:

Nos anos após a primeira guerra mundial ocorreu uma afluência regular de alemães que procuravam em São Francisco do Sul um local para seu futuro. Novamente, o interesse dos pastores de Joinville voltou-se para esta nossa cidadezinha. A gente hesitava ainda em constituir uma comunidade oficial. Primeiro não havia garantia que estas poucas pessoas permaneceriam aqui. Apenas em 1925 pegamos confiança, pois cada vez mais novos imigrantes chegaram e queriam ficar. Assim, no dia 14 de Junho de 1925, chegou-se então a uma inauguração de uma Comunidade Evangélica Luterana em São Francisco do Sul na presença do P. K. Mueller. Numa Comunidade autônoma com sede pastoral própria ainda não dava para pensar, mesmo que este era o desejo da comunidade e de alguns Pastores. Nós lemos no Livro de Atas: “O P. Buehler relata que no dia 24 de junho de 1925 foi fundada uma Comunidade Evangélica Luterana em São Francisco do Sul, mas com uma manifestação da mesma de que ela própria não poderia manter um Obreiro/Pastor e que seria servida pela Comunidade de Joinville, ou seja, uma vez por mês” (IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2018).

O teor do relato constante nos documentos afixados na igreja luterana local e exibidos publicamente como que segue adiante, persistindo historicamente, mostrando a dinâmica de constituição da comunidade religiosa em São Francisco. Segundo o documento da Igreja

Luterana de São Francisco do Sul, intitulado A Igreja Luterana no Brasil – 1898 - 1905-1955, traduzido do alemão pelo Pastor Ari Knebelkamp (2015), a comunidade Luterana foi organizada no ano de 1925 devido ao crescente número de imigrantes e descendentes alemães que passaram a residir na cidade nesse período, sendo alguns procedentes da Colônia Dona Francisca, outros do Planalto Norte Catarinense.

Tal documento contextualiza a leitura de Atas que estão arquivadas na sede regional do Sínodo Rio-grandense, hoje localizado na cidade de Joinville. Apresentamos aqui um trecho do documento, que reconta sobre a continuidade do movimento histórico de conformação comunitária, que culminou com a instalação de uma escola própria:

Assim, São Francisco do Sul tornou-se uma Comunidade autônoma. O tempo de duração do primeiro Pastor foi curta, apenas 15 meses. Como sucessor veio o Pastor Meier. Aí foi comprada uma área de terra com uma ampla casa, a qual servia de Casa Pastoral, Escola e Internato. O P. Meier, sua esposa e uma Professora davam as aulas. (IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2018).

Percebe-se que existe importância quanto à instalação da escola dentro da Comunidade Evangélica Luterana, considerando as concepções religiosas que embasam a doutrina e fé dentro do luteranismo. Conforme Santos e Cecchetti (2018, p. 295), a criação de um sistema de escolas nas comunidades de imigrantes alemães luteranos que se instalaram no Sul do Brasil pode ser justificada no seu embasamento em concepções de Lutero: “A obra de fundação de uma escola é fruto da fé” e a educação não poderia ser negligenciada, uma vez que o “analfabetismo não poderia conviver com o luteranismo.”

O documento traduzido por Knebelkamp (2015), que se encontra na igreja Luterana em São Francisco do Sul, relata ainda que como não havia sido construído o templo para os cultos até aquele momento, os cultos aconteciam em uma casa à beira-mar, que pertencia à Comunidade Presbiteriana Sinodal e havia sido colocada à disposição da Comunidade Evangélica Luterana.

Sobre a casa pastoral, onde posteriormente veio a ser instalada o que seria a Escola Alemã de São Francisco, Seibel (2004, p. 165) argumenta que se pode afirmar, segundo pesquisa realizada em registros de imóveis no cartório local, que “Em 1933 a comunidade Luterana comprou a parte do imóvel sob o domínio de Leônidas Branco. E em julho de 1934, adquiriu também a parte pertencente a Antônio Alves de Carvalho e Maria Virgínia de Carvalho.”

Já o relato de Erika Bach Kampchem, que estudou na escola da década de 1920 a meados da década de 1930, entrevistada em 12 de setembro de 2003, traz memórias sobre o

bucólico ambiente escolar e o professor: “No terreno da escola havia um grande pomar, um belo jardim, as aulas eram ministradas na língua alemã e portuguesa. O pastor veio da Alemanha para dirigir a escola e a comunidade luterana e se chamava Hans Meier” OLIVEIRA(2004).

Segundo a entrevistada, as aulas eram ministradas em língua alemã e também na língua portuguesa, o que nos leva a indagar sobre o contexto didático pedagógico onde, possivelmente, a língua alemã reafirmava a centralidade do elemento de comunicação para manter a identidade linguística e dos referenciais culturais étnicos de base germânica. Neste sentido, Santos (2014), apresenta, em seus estudos sobre as escolas alemãs em Santa Catarina, uma análise histórica a respeito das transformações das escolas alemãs para teuto-brasileiras, possibilitando uma compreensão sobre tal designação ao afirmar o caráter de ambiguidade étnico-cultural que foi “matizando” as instituições nas áreas de colonização de imigrantes alemães na região Sul do país. Ele nos mostra que o contexto histórico da nacionalização imprimiu marcas profundas no funcionamento de tais escolas. Pois havia naquele período, uma crescente tentativa de modificar a essência constitutiva das escolas, marcadas pela etnicidade germânica.

Durante o processo de pesquisa, foi encontrado um livro utilizado na *Deutsche Schule* de São Francisco do Sul para alfabetização. Tal material didático, uma cartilha de Alfabetização no idioma alemão, apresenta em sua capa a seguinte inscrição: *MACHET AUF DAS TOR ERSTES LESEBUCH FÜR MAGDEBURGER KINDER* (abra a porta. Primeiro livro de leitura para crianças de Magdeburg — tradução minha. Na imagem é possível observar uma porta (ou portão) entre duas torres encimada por uma mulher que traz em uma das mãos um círculo erguido ao ar, semelhante a uma coroa de louros. Símbolo que representa o brasão da cidade de Magdeburg. Defronte da porta, duas crianças – uma menina e um menino, estão a brincar, entrelaçando as mãos com os braços elevados à frente. A imagem nos traz referências simbólicas, possivelmente relacionada aos portões da cidade de Magdeburg e aos portões do saber.

A referida cartilha foi cedida para análise pela família de uma ex-aluna, da Escola Alemã, Sra. Waltrude Baggenstoss, que estudou na escola na década de 1930.

Segundo o site alemão *antiquarisch.de*, a primeira edição da cartilha é de organização de Otto Zimmermann junto da associação de professores de Magdeburgo, com 103 páginas que contêm mais de 100 ilustrações coloridas (Figs. 16, 17 e 18).



Figura 16 – Cartilha na língua alemã utilizada na Escola Alemã de São Francisco do Sul
Fonte – arquivo da família Baggenstoss [s.d.]



Figura 17 – Cartilha para alfabetização em língua alemã
Fonte – arquivo da família Baggenstoss [s.d.]



Figura 18 - Cartilha para alfabetização em língua alemã
 Fonte – arquivo da família Baggenstoss [s.d.]

Por meio da análise do material, nota-se que está escrito em língua alemã, sem haver qualquer tradução para o a língua portuguesa. É ilustrado, de capa dura e de boa qualidade. Na última página da cartilha aparece uma referência de que foi produzida na cidade alemã de Magdeburg, que está localizada no Estado da Saxônia, mas o material não está datado.

Apresenta cenas da cultura alemã, de aspectos econômicos da cidade de Magdeburg e ainda histórias de contos de fadas como a do Gato de Botas (Fig – 19)

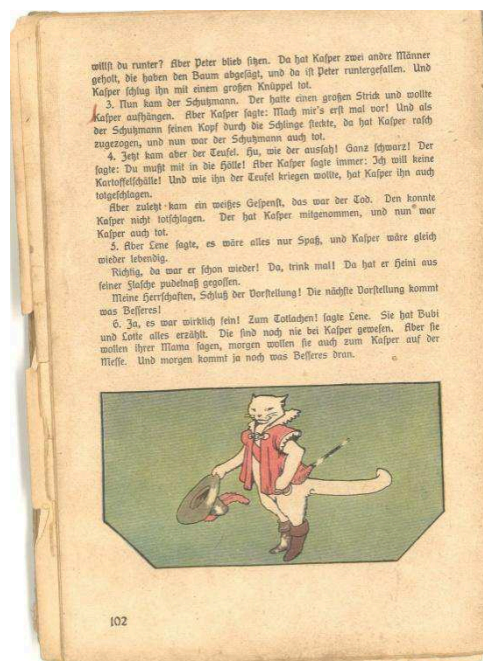


Figura 19 – Conto do Gato de Botas na cartilha em língua alemã
 Fonte – arquivo da família Baggenstoss [s.d.]

Outrossim, nos arquivos da Biblioteca Augusto José Ribeiro foi possível localizar um boletim escolar de um ex-aluno da escola alemã, datado de 18 de dezembro de 1935. No documento, pode-se observar a lista de disciplinas, ou seja, a grade curricular para a classe 4 ou 4ª série, sendo que aquelas se diferenciam. Algumas estão identificadas em língua alemã e outras em português. Entre algumas das identificadas em língua alemã estão: religião, gramática, contar, ler, escrever, cantar, história natural (tradução minha).

Naquele documento identificamos a professora responsável era Lelia Malucher e que o diretor da escola que também assina, Hans Meier. (Fig 20)

Schulzeugniss
COLEGIO „VENCESLAU BUENO“
DEUTSCHE SCHULE
 S. Francisco do Sul

IAHRGANG 1935
 KLASSE 4
 SCHÜLER Omir Bezerra

Fleiß *sehr gut*
 Betragen *sehr gut*

HAUPTNOTE: Sehr gut.

DEUTSCH	GRADUATION	PORTUGUÊS
Religion	5	5
Rechtschreiben	5	5
Schönschreiben	5	5
Sprachlehre	5	5
Aufsatz	5	5
Rechnen	5	5
Lesen	5	5
Geschichte	4-5	5
Geografie	4-5	5
Naturkunde	4-5	5
Mathematik	4	5
Leibesübung	4	5
Singen	5	5
Zeichnen	5	5
Handarbeit	5	5
	Media Geral	5

São Francisco do Sul, den 18. Dezember 1935

Der Klassenlehrer *Hans Meier, p.p.* A Professora *Lelia Malucher*
 Der Schulleiter *Hans Meier, p.p.*

Bemerkungen:
Mit diesem Zeugnis wird der Schüler Omir Bezerra von der 4. in die 5. Klasse versetzt. In der sehr guten Fortschritte im Deutschunterricht gemacht und war der beste Schüler seiner Klasse.

Figura 20 – Boletim escolar – Deutsche Schule , Colégio Venceslau Bueno – 1935
 Fonte – arquivo da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro

Sobre a casa que abrigava a escola, vale destacar que a mesma está localizada na Avenida Dr. Nereu Ramos, esquina com a Alameda Ypiranga, sendo, até os dias atuais conhecida como o casarão vermelho das palmeiras (Fig.21).



Figura 21 – Edificação que abrigou a Escola Alemã - 2018
Fonte: Arquivo Privado

Mais tarde, a Escola Alemã passou a ser designada com o nome Escola Wenceslau Bueno, vindo a aparecer listada, juntamente com outras escolas, para o recebimento de subvenção municipal, no exercício administrativo sob a gestão de José Alves de Carvalho Filho, referente ao ano de 1936: “10) Subvenção á Escola Venceslau Bueno 600\$000”(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1936, p.23).

É que com a campanha da nacionalização, instituída por Getúlio Vargas, e a proibição do uso das língua alemã no território nacional, a escola Alemã fechou suas portas, encerrando suas atividades que eram marcadas por elementos culturais de germanidade. A propriedade vendida à família Rhinow. Conforme Santos (2015), naquele contexto estavam presentes elementos das campanhas de nacionalização com foco no ensino:

Em 1938, as escolas alemãs foram proibidas por leis federais: o Decreto n° 868, de 18 de novembro de 1938, criou a Comissão Nacional de Ensino Primário com responsabilização quanto à nacionalização do ensino; o de n° 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, estabelecia que fossem concretizadas, por meio do Conselho de Imigração e Colonização, as necessárias medidas para assimilação dos colonos e a pretensa nacionalização dos filhos de estrangeiros. SANTOS (2015 P 336)



Figura 22 – Propriedade em que funcionou a Escola Alemã já em poder da família Rhinow – década de 1940
Fonte - arquivo da família Rhinow

A fotografia acima retrata um momento do passado da *Deutsche Schule*, contudo, naqueles tempos se vivia um período de forte controle político e social, a política nacionalista do Estado Novo imprimindo certa desconfiança contra os de origem estrangeira, principalmente os alemães. E com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em luta contra a Alemanha, entre outras medidas, a obrigatoriedade a respeito da prestação de serviço militar aos jovens descendentes de alemães é intensificada, além da forte atuação para a constituição da escola de acordo com moldes apregoados pela nacionalização.

Atualmente o casarão das palmeiras, antiga Escola Alemã, abriga o instituto cultural Babaétonga que promove oficinas de musicalização, teatro e artes visuais. Em seus jardins acontecem festivais culturais que envolvem as mais diferentes expressões artísticas além de feira de artesanato.

3.2.4 O ASILO JOAQUIM S. THIAGO

O contexto social educacional em São Francisco do Sul como o de outros lugares do Brasil, no início do século XX foi marcado por relações de poder, compadrio e filantropia. Eram comuns os discursos em prol da educação e proteção das crianças para que um projeto civilizatório do país onde todos fossem incluídos como cidadãos se concretizasse. Como nos

mostra Câmara (2011p.19) havia também a preocupação com uma base científica na organização social:

Em nome da civilização, da ordem e do progresso expurgaram antigas concepções, propugnando o predomínio das ciências naturais, da biologia evolutiva e da antropologia. Construir uma representação física e determinista como suportes a afixar o inofismável valor da ciência na configuração e na organização de instâncias de intervenção sobre o papel a ser desempenhado pela criança na sociedade brasileira de então.

Sendo assim, construir uma representação social da criança significava, naquele contexto, acima de tudo atribuir formas de controle conjugada com preceitos como higienização e ordem. O que significava também constituir um país viável, em consonância com o fluxo do pensamento científico e as condutas médicas e jurídicas.

Para a manutenção da ordem, tornavam-se inevitáveis os aparelhos de fiscalização e controle. A orfandade, os desajustados e as anomalias sociais deveriam ser corrigidas. Com essa perspectiva, o número de orfanatos e de casas de correção aumentou, como forma de acolher, higienizar e corrigir os que estavam à margem social.

Câmara (2011, p. 23) explica que por conta do código criminal de 1890, que fixava normas de recuperação dos infratores por meio da ênfase no trabalho e na disciplina, era tido como normal recolher às prisões e às casas de correção crianças menores de 14 anos de idade. Também se compreendia que, através do pressuposto de inserção social da criança por meio do trabalho, agia-se para que aquela não estivesse à mercê da contaminação da pobreza, do abandono e da vagabundagem. Nesse contexto, temos como exemplo uma iniciativa em Curitiba, no Paraná, onde, as irmãs de São José fundaram, em 1919, o Asilo São Luiz, com o objetivo de atender os órfãos da gripe espanhola. Para a inserção na sociedade, criaram cursos profissionalizantes, onde os órfãos podiam aprender um ofício e estarem aptos ao trabalho.(BERTUCCI;SILVA;2014).

De fato, várias instituições surgem no início do século XX dedicadas à proteção da infância e à educação sob a inspiração da caridade.Outro exemplo, está na organização de base da obra e da caridade espírita no Brasil, em que escolas, asilos, orfanatos, abrigos e até hospitais foram implantados. Na obra “O espiritismo no Brasil – ecos de uma viagem”, Santos (1960), mostra um percurso profícuo de assistência social baseado na fé e na caridade espírita. Relata que em muitos municípios brasileiros foram organizadas instituições para assistência dos desvalidos.

Há estômagos vazios? Além está a Sopa. Há desamparados? Lá está o Lar ou Albergue. Há muito analfabeto? Mas cada Centro tem a sua escola. Há mães que não podem levar os filhos para o trabalho? Os berçários resolvem a questão. Há mulheres

que a sociedade repudiou? As casas transitórias estão prontas a recebê-las. Há loucos sem abrigo? O Espiritismo construiu sanatórios e hospitais. (SANTOS, 1960, p.98)

Em São Francisco do Sul, identificamos algumas características próprias em sua história educacional relacionadas à e de assistência às crianças, órfãos e idosos. Parto da premissa de que tal fato esteve relacionado à própria sustentabilidade econômica da região e às suas relações e interfaces dentro do contexto social e cultural envolvido.

Uma questão relevante percebida durante o processo de pesquisa, foi o envolvimento de alguns protagonistas do Centro Espírita Caridade de Jesus, uma instituição fundada na cidade de São Francisco do Sul no ano de 1895, com a idealização e instituição do asilo e orfanato Joaquim S. Thiago. Na verdade, um projeto tecido por diferentes denominações religiosas.

A idealização do asilo e orfanato Joaquim S. Thiago teve início ainda em 1918, quando foi assinado o armistício relativo ao final da primeira guerra mundial na Europa. Na cidade de São Francisco do Sul, realizou-se uma solenidade cívico-religiosa, onde foi lançada a ideia da construção de um abrigo que atendesse a órfãos e idosos. Contudo, o mesmo somente foi inaugurado no dia 24 de maio de 1932. E conforme matéria do jornal Defesa, em referência à inauguração: “Asylo Joaquim S. Thiago - inaugura-se hoje o asylo Joaquim S. Thiago a rua barão do Rio Branco. Pelo que sabemos, irá revestir-se de grande regozijo a solenidade da inauguração daquele filantropo estabelecimento. Defesa cumprimenta a diretoria do humanitário refúgio”(DEFESA, 1932).

Outro jornal da cidade, o Vanguarda, edição de nº 59, de 1º. de junho de 1933, também fez referência à inauguração e deu outras informações, referindo-se à finalidade social da instituição:

O Asilo Joaquim S'Thiago foi inaugurado no dia 24 de maio de 1932. Construído em terreno doado pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, o edifício que serve de abrigo a um número apreciável de crianças e velhos, que recebem ali os cuidados dos seus dedicados dirigentes, é de feição moderna, tanto exterior como internamente. (VANGUARDA, 1º. jun. 1933).

A figura 23 nos apresenta a arquitetura do edifício construído em São Francisco, que põe em evidência a dupla finalidade de atendimento por meio das inscrições nas fachadas frontais que serviam para identificar a instituição, mas também revelam a clientela atendida, possivelmente em alas separadas: “ORPHÃOS” e “VELHOS”.



Figura 23 – Lembrança do Asylo “Joaquim S. Thiago”
Fonte: Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro [s.d]

O asilo e o orfanato estiveram sempre associados à assistência e caracterizados pela junção de diferentes campos religiosos. O terreno foi doado por uma instituição católica, a Venerável Ordem Terceira, que àquele tempo regia o Hospital de Caridade juntamente com as irmãs da Divina Providência. Já seu maior idealizador, Arnaldo Claro de S. Thiago, participou da fundação do Centro Espírita Caridade de Jesus em São Francisco e era ativo na militância pela doutrina espírita. Havia também o envolvimento da loja maçônica Paz e Amor nº 5, haja vista que no relato de S. Thiago (1953, p. 121), se destaca que a idealização do asilo e orfanato iniciou em 1918, com os influxos vinculados ao armistício e com a percepção de que era necessário exercer a caridade e socorrer os desvalidos. Em seu relato, destaca ainda que a ideia se fortaleceu anos depois, mais precisamente em 1925, em uma reunião na loja maçônica, em que o pastor da igreja luterana também veio integrar o grupo que trabalhou para a construção do prédio e na manutenção do projeto. Percebe-se que uma força tarefa foi organizada para a construção do asilo e orfanato e que seus colaboradores não mediram esforços para tal realização.

No prefácio do livro *Fagulhas – versos de Arnaldo S. Thiago* publicado em 1927, S. Thiago (1927, p. 13) esclarece: “Bem diverso é o meu escopo, mas a publicação deste livro em si, tem por fim auxiliar com os recursos que sua venda produzir possa, a construção de um asylo de órfãos e da velhice desamparada.” (Fig 24).

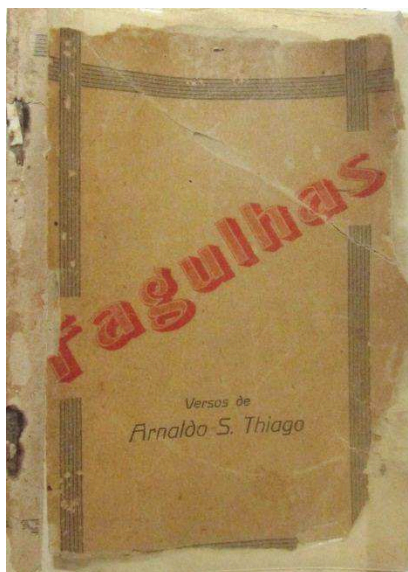


Figura 24 – Capa do livro Fagulhas - 1927
Fonte: arquivo pessoal

Ainda sobre tais esforços para a finalização da construção do asilo, no arquivo da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro, em uma pasta de documentos referentes ao Asylo, pode-se consultar a cópia de um ofício expedido pela Associação Beneficente Joaquim S. Thiago fundada em 24 de maio de 1925. O referido ofício datado, de 12 de novembro de 1930 foi enviado à Loja maçônica Amizade ao Cruzeiro do Sul de Joinville solicitando que o mesmo fosse repassado a outras lojas no Estado de Santa Catarina como também a algumas lojas do estado vizinho, Paraná. O teor do ofício refere-se à solicitação da associação, sob a autorização da Loja maçônica Paz e Amor de São Francisco do Sul, para que os irmãos da maçonaria comprassem exemplares da peça de teatro “A engeitada”oferecidos pelo Sr. Arnaldo Claro de S. Thiago para serem vendidos em benefício do Asylo.

Percebe-se que após a finalização da construção do prédio, a Associação Beneficente Joaquim S. Thiago ficou responsável pela administração do asylo e orfanato, e que por meio dos inúmeros ofícios, solicita ajuda das empresas da cidade e de cidades vizinhas como também a políticos e a outras instituições, para a manutenção do prédio e o atendimento aos necessitados. Percebe-se que o asilo que passa por extremas dificuldades e se mantinha a duras penas.

Não foram encontrados dados precisos referentes ao número de crianças ou de idosos assistidos no asilo durante os anos em que a Associação esteve atuante. Mas, em um texto encontrado no Jornal O Liberal de 1938, no qual é apresentada uma descrição de como decorreu o natal no asilo no ano anterior, encontra-se uma listagem dos asilados como também

uma breve referência a quais escolas eles frequentavam. A seguir reproduzo a nota do Jornal O Liberal, Ano VIII, n.366, p. 02, datado de 1º de janeiro de 1938.

Por iniciativa da Sra. Laura Cerqueira do Cabo, progenitora do Comandante Álvaro Pereira do Cabo e de sua filha Miralda, organizou-se no ultimo dia 25 de dezembro o natal dos asilados. Dona Laura enviou previamente para aquele estabelecimento, tudo o que de melhor se pode reunir em uma mesa fartamente aparelhada; doces finos, bolos, nozes, avelãs, amêndoas, bebidas e muitos presentes. A mesa estava assim organizada na sala de jantar do Asylo, enquanto na sala de visitas uma linda árvore erguia-se enfeitada e iluminada. As 20:00 horas achavam-se presentes o presidente do Asylo Sr. Arnaldo S. Thiago em companhia de sua filha Maria Amélia. [...], além da administradora do Asylo, Dona Alina e os asilados. Dando ali entrada o Comandante Cabo, sua progenitora e sua irmã que foram recebidos com vivas expressões de cordialidade. Achavam-se na ocasião os seguintes asilados: Germana, Isabel, Antônia Cercal, Júlia, Maria Fernandes e Rosa, Adultas; José Lourenço de Braga, Carlos Fernandes de Oliveira, Deirimar Reichnorr, Esmeraldo Lopes dos Santos, Edalis Braga, Dací Maria, Ana Otília, Orbélia de Souza, Odorico Maia, Libania Vivencia, Maria de Lourdes Braga, Pedro Gomes, Milton, Nadir de Lima, Maria Adelina de Lima, Nadir Sanchez, Dinolga dos Santos, José dos Santos Gomes, Elifas Fernando de Morais, Salvador de Morais, Alfredo de Morais, Cipriano de França e Dinadir de França.

Após alguns instantes de palestra durante o qual os distintos visitantes procuraram inteirar-se das condições do estabelecimento, foram convidados os asilados a tomarem assento à mesa onde foram servidos pela adorável dona Laura, sua filha e demais senhoritas que se faziam presentes. [...]. Terminada aquela mesada de doces dirigiram-se todos a sala de visitas onde se achava armada a árvore de natal. Ali as crianças apresentaram seus boletins escolares aos presente notando-se que todos obtiveram ótimas notas, quer as que frequentavam a escola normal, quer as que ainda se achavam nas séries preliminares do Grupo Escolar ou da Escola Isolada. [...]. (O LIBERAL, 1938, p. 02)

Observa-se que, pela listagem apresentada na notícia do jornal, naquele contexto, a instituição atendia 29 asilados, dos quais 6 eram adultos e 23 eram crianças. E que as crianças em idade escolar frequentavam a escola normal no Grupo Escolar Felipe Schmdt provavelmente por ser o único existente naquele período, ou uma escola isolada a qual não foi possível identificar.

Por meio de um ofício localizado entre os documentos referentes ao asilo, que estão arquivados na Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro, percebe-se que ele recebia órfãos por determinação do delegado de polícia naquela época. No referido ofício datado de 10 de junho de 1933 e direcionado ao Presidente do asilo, o Sr. Delegado de polícia, Leôncio Paulo da Costa solicita:

Estando o nacional Caetano da Silva a necessitar ser internado no estabelecimento dessa digna direção, pois o mesmo, não tem parentes que por si se interessem, perambula pelas ruas desta cidade, onde dorme as noites nas praças e ruas, pelo que venho rogar a V. S. que se digne ordenar seu recolhimento ao referido Asylo, único meio que se depara e possa dar fim a semelhante estado de penúria. (BIBLIOTECA PÚBLICA AUGUSTO JOSÉ RIBEIRO, 1933).

Foram também encontrados no Jornal O Liberal datado dos anos de 1937 e 1938, anúncios referentes a uma maternidade que teria funcionado no asilo para atender parturientes

indigentes. Mas, onde também eram atendidas parturientes que buscassem atendimento particular e que, desta forma, poderiam pagar pelos atendimentos e pelo quarto, sendo que os valores cobrados eram direcionados à manutenção da beneficência. A maternidade teria funcionado na instituição até o final da década de 1930.

Foi possível constatar ainda, por meio dos ofícios arquivados e de um registro fotográfico que na década de 1940 funcionou também no prédio, concomitantemente ao asilo e ao orfanato, a Escola Primária do Lloyd, que foi organizada e mantida pela Empresa de Navegação Lloyd Brasileiro. Até este momento da investigação, raros são os dados localizados sobre a instituição conhecida por “Escola do Lloyd”. Todavia, tanto a imagem registrada em uma fotografia, assim como o seu verso, onde foi redigido um texto constituindo um documento recolhido junto a uma ex-aluna na instituição que integra o acervo da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro, lançam alguma luz sobre o fato (Fig 25).



Figura 25 – Fotografia e verso, com texto endereçado à aluna Arlete por professora da Escola do Lloyd – 1947

Fonte: Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Identifiquei ainda, em vários documentos da Prefeitura Municipal, entre eles no Relatório referente ao período administrativo de 1927, em 25 de janeiro de 1928, pelo Superintendente Municipal de São Francisco do sul, Manoel Deodoro de Carvalho, que a instituição sempre recebeu apoio. Esse documento se refere à construção do Asylo de Orphãos e Velhice Desamparada “Joaquim S. Thiago”:

[...] registro, com sincera satisfação, o início da construção do edifício destinado ao Asylo de Orphãos e Velhice Desamparada “Joaquim S. Thiago”, mercendo essa importantíssima obra, precioso fructo de uma associação dirigida pelo alto sentimento philantropico do nosso illustre conterrâneo, Sr. Arnaldo S. Thiago, todo o apoio da minha administração, por ser o assumpto em apreço, de grande relevância para o serviço de assistência publica da cidade. (RELATORIO..., 1928).

Já na Lei Orçamentaria para o exercício de 1930, encontra rubrica “Auxilio ao Asylo “Joaquim S. Thiago” 3:000\$000” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO

SUL, 1929, p.6), questão que se repete em outros orçamentos municipais, em que a ajuda ao Asilo aparece entre as despesas.

Têm-se notícias de que o Asilo e orfanato teriam funcionado até a década de 1960, sendo posteriormente demolido o prédio e, no mesmo terreno, construído um centro de atendimento ao cidadão ligado à Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT), sob a responsabilidade do Governo do Estado. Este fato me parece confirmado, uma vez que segundo a Lei Municipal Nº 672, de 3 de maio de 1978, assinada pelo então prefeito Flávio Gameiro de Camargo, foi autorizado ao executivo municipal celebrar convênio com o Governo do Estado, junto à Secretaria de Administração e Trabalho da época, através da FUCAT. Na atualidade, no mesmo terreno está localizado o prédio do quartel da Polícia Militar Estadual. Mas alguns moradores idosos da cidade ainda fazem menção, em suas conversas, ao antigo asilo e orfanato.

3.2.5 – ESCOLAS DAS COLÔNIAS DE PESCADORES

Para o tratamento analítico da história dessas instituições escolares, ao que nos parece peculiares dentro de São Francisco do Sul, dada a sua localização em lugares com características sociais e culturais também próprias devido à população ali residente e marcada pela íntima filiação às atividades de pesca, inicialmente apresento uma breve caracterização histórica desse segmento da economia no Brasil, ambiência em que foram criadas tais escolas.

Depois trato de uma escola específica, localizada na região de Laranjeiras, nomeada pela Colônia de Pesca Z -2 de escola Coronel Oliveira, devido ao fato de ser a única de que, até o momento, foi encontrada quantidade significativa de documentos a respeito da instituição.

Por fim, dada à natureza das fontes que garimpei, construí uma abordagem sobre as instituições existentes em São Francisco nas décadas de 1930 e 1940, tomando como fio condutor dados da administração municipal referentes à gestão da variada tipologia de escolas que então estavam ativas.

3.2.5.1 – Escolas da Colônia Z -2 Nossa Senhora da Graça

Com a intenção de contextualizar o processo histórico de criação de escolas primárias na Colônia de Pescadores Z-2 Nossa Senhora da Graça, apresento um panorama sobre a institucionalização das atividades de pesca no Brasil, ambiente em que emergem as escolas nas Colônias de Pescadores criadas ao longo do litoral brasileiro.

De acordo com Goularti Filho (2016), a regulação e institucionalização das atividades pesqueiras no Brasil podem ser estudadas considerando-se um percurso que inicia em 1846, quando foram aprovadas as primeiras normas legais para a prática da pesca no Brasil Império, por meio do Regulamento das Capitânicas dos Portos. A partir dali, esse pesquisador considera que há três momentos distintos quanto à trajetória da institucionalização da pesca: o primeiro, de 1846 a 1889, diz respeito à regulamentação das atividades pesqueiras durante a monarquia; já o segundo compreende um processo de alargamento das instituições e de aprovação de novos regulamentos para a pesca, isso entre 1889 e 1930, ou seja, durante a denominada Primeira República; por fim, defende que, em decorrência do setor pesqueiro ser definido como estratégico para a economia brasileira, ocorre uma ampla estatização das atividades pesqueiras pós-1930, estendendo-se até 1962, quando foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) com a finalidade de regular a política da pesca no país.

Dado o âmbito cronológico em que é compreendido este estudo, notadamente fazemos referência a aspectos vinculados à pesca referentes ao período da Primeira República, pois;

É nesse cenário que temos que entender o novo enfoque dado às atividades pesqueiras no Brasil. Durante a Primeira República (1889-1930), a exemplo de outros setores no País, a pesca passou a ser mais institucionalizada, com a criação da Inspetoria da Pesca, em 1912, e regulamentada, com a promulgação do Decreto 16.184, de 25 de outubro de 1923, que aprovou o primeiro Regulamento da Pesca. (GOULARTI FILHO, 2016, p.8).

Importante destacar, nesse contexto, que entre as primeiras iniciativas da legislação do período republicano está a criação da Inspetoria da Mata Marítima e Pesca, em 1893, no Rio de Janeiro; já no âmbito federal, a criação de uma inspetoria teria como funções fomentar a indústria da pesca, proteger os pescadores, nacionalizar a pesca, proteger e garantir a reprodução dos peixes, fiscalizar as ações relativas à prática da pesca, garantir que os pescadores façam parte de uma reserva de marinhagem e para a Armada Nacional, e desse modo: “Como resposta às sugestões da comissão da pesca do Ministério da Marinha de 1903, em 1911, o Ministério da Agricultura apresentou a proposta para a criação de uma inspetoria específica para cuidar dos assuntos relativos à pesca” (GOULARTI FILHO, 2016, p.10).

Com o andamento do processo, historicamente temos que: que foram tomadas outras iniciativas concernentes à inspeção e controle da atividade pesqueira:

Por meio do Decreto 9.672, de 17 de julho de 1912, foi criada a Inspetoria da Pesca e aprovado seu estatuto. Com sede na capital, Rio de Janeiro, a Inspetoria seria composta de laboratórios (zoologia, botânica, física e química), museu e escritório central, onde seriam ministrados cursos e realizadas pesquisas. Também ficou definido que o litoral seria dividido em zonas conforme as comunidades pesqueiras já definidas. Foi transferido da Capitania dos Portos para a nova Inspetoria o controle da matrícula dos pescadores por meio da renovação e emissão de novas carteiras. Outra função assumida foi a fiscalização da pesca ilegal, já definida em legislações no século passado, acrescida de novas práticas comuns e nocivas que eram realizadas por embarcações e pescadores artesanais, como a captura de alevinos e a pesca noturna sem sinalização. (GOUALRTI FILHO, 2016, p.11)

A criação da Inspetoria da Pesca significava que o setor recebia uma instituição própria que tinha o papel de fomentar e fiscalizar as atividades de pesca no Brasil, uma vez que houve também a ampliação das exportações de peixes e derivados e a consolidação de empresas destinadas à captura e ao beneficiamento do pescado. Ou seja, configurava-se nas cidades litorâneas uma espécie de “indústria pesqueira”, organizando um capital próprio e exigindo regulação estatal. Porém, segundo Goularti Filho (2016, p.11-2), aquela Inspetoria

[...] teve vida breve, com a criação da Inspetoria de Portos e Costas, em 1914, e os adventos da Primeira Guerra Mundial, que exigiu da Marinha uma maior atuação junto à costa brasileira para aumentar a segurança dos portos, as atividades de regulação e proteção da pesca foram transferidas novamente ao Ministério da Marinha (BRASIL, 1919). O evento foi concretizado por meio do Decreto 14.086, de 3 de março de 1920, que definiu o seguinte no Artigo 1º: “Ficam transferidos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o da Marinha os serviços sobre a pesca”. Sob o comando da Marinha, a pesca deixava de ser vista como um setor econômico para ser pensada como uma atividade que utiliza recursos estratégicos para o País: mar, rios e lagoas.

Quanto à história local, temos que em fins de 1921 aportou em São Francisco do Sul o Cruzador Auxiliar José Bonifácio, um navio da marinha comandado pelo então Capitão de Fragata Frederico Villar. A missão era de organizar os pescadores profissionais em federações, seguindo a política da época, determinada pelo então Presidente da República Epitácio Pessoa, que visava a nacionalização e aperfeiçoamento da pesca no Brasil. Desta forma, questões ligadas às pesquisas oceanográficas, saneamento, pontos de fiscalização, vigilância e defesa da costa nacional seriam mais bem empreendidas.

No que se refere às contribuições da marinha para a organização e atendimento aos pescadores em São Francisco do Sul, S. Thiago (1953, p. 133-134) esclarece que se reuniram a bordo do Cruzador Bonifácio alguns pescadores, o comandante Emílio Neucheffer de Oliveira - prático de profissão -, juntamente com o Capitão Frederico Villar, quando este

explicou sobre a necessidade de organizar uma Colônia de Pesca na cidade, onde os pescadores estivessem cadastrados e recebessem orientações sobre o ofício de pescador profissional, já que daquele período em diante seriam fiscalizados. Após uma conversa inicial, foi mandado chamar o chefe da Guarda-Moria, Sr. Arnaldo S. Thiago, funcionário público capacitado, que poderia ajudar os pescadores no processo de organização de demandas burocráticas pertinentes. Atendendo ao pedido do Capitão Frederico Villar, Arnaldo S. Thiago aceita ser o presidente da colônia, contando com o apoio dos pescadores e do amigo prático. Tem início ali a Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul, que recebe esse nome em homenagem à padroeira da cidade. Nesse período, segundo a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, mais de trinta colônias de pescadores foram criadas no litoral do Estado. A instituição em questão foi fundada no mesmo ano de organização das escolas, ou seja, 1921, e tinha como objetivo contribuir com a política de nacionalização da pesca, além de dar instrução básica aos filhos dos pescadores.

No mesmo contexto histórico, influenciado pelo espírito do projeto civilizatório empreendido pelo Capitão Frederico Villar, representante da Marinha do Brasil, Arnaldo S' Thiago inicia a organização de escolas para filhos de pescadores, que chegaram ao número de quatorze. Cuida também de implementar assistência médica para os pescadores e suas famílias. Um prédio compondo, simultaneamente, um abrigo para os pescadores e escola, foi erguido na Praia do Mota e recebeu o nome de Abrigo Frederico Villar, em homenagem ao Capitão da Marinha (Figura 26). Com base na arquitetura evidenciada na fotografia, percebe-se que a parte inferior do prédio funcionava com abrigo para embarcações dos pescadores que vinham da região do Distrito Saí no continente.

Em artigo comemorativo aos oitenta anos da Colônia de Pescadores Z-2, publicado no jornal Folha do Litoral, um jornal de caráter informativo cultural, de circulação quinzenal, datado de 24 de dezembro de 2001, o museólogo Giovanni Lemos (2001) deixa claro que o abrigo Frederico Villar, foi sede da Colônia de Pescadores Z-2 Nossa Senhora da Graça e estava localizado à Rua da República na Praia do Mota. O escritor destaca:

O amplo edifício inaugurado em 01 de janeiro de 1924, [...], de construção elegante e sóbria, era constituído de um andar térreo que servia de abrigo para os pescadores e do andar superior, dividido do seguinte modo: um amplo salão central de 10m x 8m, no qual funcionavam as escolas reunidas Armando Pinna, duas pequenas salas na frente, uma destinada à sede dos escoteiros do mar e a outra, a secretaria da colônia e mostruário de aparelhos e materiais de pesca; ao fundo dois quartos ocupados pelo zelador do prédio. (JORNAL FOLHA DO LITORAL, 2001)

Quanto às pessoas retratadas, nota-se a presença de adultos e crianças de vários tamanhos, e, possivelmente, de diferentes faixas etárias, meninos e meninas, sendo algumas delas provavelmente pertencentes a famílias negras.

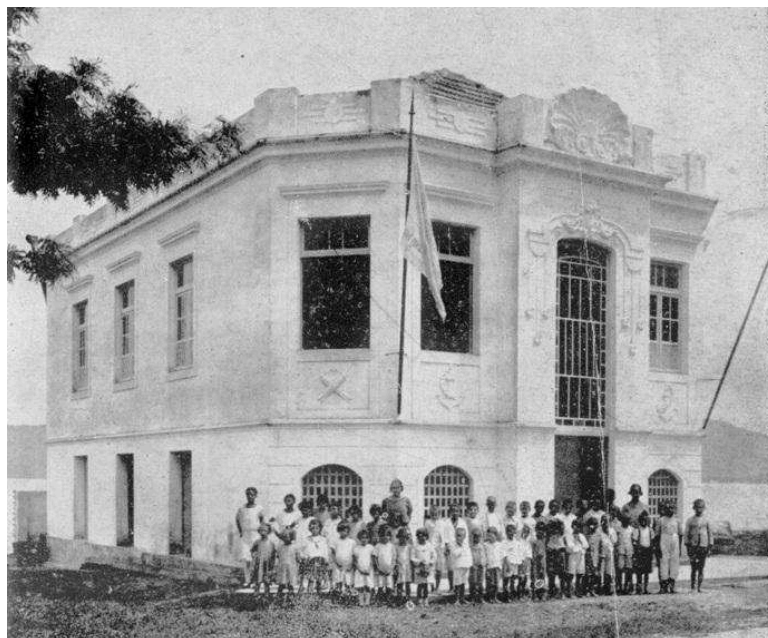


Figura 26 – Escola Armando Pinna localizada no Abrigo Frederico Villar, da Colônia de Pescadores Z-2 – [s.d.]
Fonte: Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Sobre as escolas da Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça, o fundador da colônia e das escolas, S. Thiago (1953), em sua obra memorialística comenta:

A eles me consagrei devotamente, sem um instante de repouso durante três anos, organizando escolas que atingiram o número de 14, [...]. As crianças do interior da ilha e dos outros pontos da faixa fronteira, aprenderam a ler e contar, a conhecer as datas memoráveis de sua Pátria, sendo o *auri verde pendão* desfraldado na fachada das escolas rústicas, é certo, regidas por professores na sua maioria bisonhos, é verdade, mas, [...], aquilo era a semente que germinaria em iniciativas maiores adotadas pelos governos [...]. (S. THIAGO ,1953, p. 133-134)



Figura 27 – Escola Professor Joaquim S. Thiago, da Colônia de Pescadores Z -2 – [s.d.]
 Fonte: Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

A imagem acima identificada por figura 27, apresenta os alunos perfilados defronte da escola Professor Joaquim S. Thiago na localidade de Rocio Grande. Identifiquei que naquela ocasião, os professores que atuavam na escola e que estão presentes na imagem, eram: Jordão Silva e Antônio Silva.

Apresento a seguir, o quadro 3 contendo o demonstrativo das Escolas da Colônia de pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça, organizado com base em um documento encontrado nos arquivos da Colônia de Pesca datado de 29 de junho de 1924. A fonte em questão apresenta uma relação das escolas existentes até a data de 31 de maio de 1924 contendo inclusive o número de alunos matriculados nas respectivas escolas.

<i>Nome da Escola</i>	<i>Localização</i>	<i>Data de criação</i>	<i>Matrículas Sexo masc.</i>	<i>Matrículas Sexo fem.</i>
Tenente Zenithilde	Monte de Trigo	02/01/1922	25	07
Carlos Hoepcke	Ubatuba	02/01/1922	21	16
Prof. Joaquim S. Thiago	Rocio Grande	02/01/1922	22	12
Tenente Nuno	Acarahy	11/04/1922	22	15
Felipe Schmidt	Ilha do Mel	01/05/1922	21	11
Presidente Eptácio	Figueira	01/07/1922	20	08
Hercílio Luz	Enseada	01/06/1922	22	09
Almirante Mascarenhas	Bupeva	01/01/1923	23	11

Presidente Bernardes	Paulas	01/01/1923	22	13
Coronel Oliveira	Laranjeiras	01/10/1923	20	11
Alvim Pessoa	Rocio Pequeno	01/10/1923	32	25
Armando Pinna	Praia do Mota	01/01/1924	40	33
			M - 290	F- 171
		Total Alunos	461	

Quadro 3 – demonstrativo contendo os nomes das escolas da colônia, localização, data de criação e número de matriculados

Fonte – A autora

Com base no mesmo documento que foi assinado pelo secretário da Colônia, Sr. Vicente S. Thiago, também foi possível organizar um quadro com informações sobre os materiais escolares que foram adquiridos pela colônia e direcionados às escolas até aquele ano detalhado abaixo no quadro 4.

Lembro que os artefatos, os vestígios materiais de uma escola não são apenas produtos, mas vetores das relações sociais. Identificar objetos, móveis, estruturas e espaços que constituem a materialidade escolar abarca um fenômeno complexo, no qual a dimensão material da vida social se torna fonte para investigações em ciências sociais, e neste caso, contribui para as investigações em pesquisas em História da educação.

A necessidade e busca pela homogeneidade na base material de ensino por conta de fatores políticos, impulsiona toda uma indústria escolar. Cria-se uma demanda de mercado, onde fornecedores de cadernos, livros, mapas, quadros, lápis, como também móveis e uniformes entram em cena.

Conforme Vidal e Silva (2010, p. 32), “A intenção do Estado em tornar a escola elemento de peso na produção de práticas de governabilidade da população implicou diretamente na instituição e obrigatoriedade escolar, na normatização da profissão docente e na regulamentação do cotidiano escolar.” O que pode ser percebido também em relação a uma cultura material escolar específica, é que ela pode representar uma época, um período. Não apenas para caracterizar uma escola, mas para atender aos fins pedagógicos, os utensílios como quadro negro, mobília escolar, mapas e bandeiras eram necessários. No caso dos materiais relacionados nas escolas da Colônia de Pesca, percebe-se a importância dada ao aspecto da materialidade escolar, principalmente no que se refere ao mobiliário.

Materiais que a Escola dispunha	Escola e localidade
1 quadro negro, 1 bandeira, 6 carteiras grandes;	Escola Tenente Zenithilde – Monte de Trigo
6 carteiras grandes, 1 bandeira;	Escola Carlos Hoepck - Ubatuba
6 carteiras grandes, 1 bandeira, 1 mapa do Estado de Santa Catarina, 2 quadros negros;	Escola Professor Joaquim S. Thiago – Rocio Grande.
5 carteiras grandes;	Escola Tenente Nuno – Estrada do Acarahy
6 carteiras grandes;	Escola Felipe Schmidt – Ilha do Mel
6 carteiras grandes, 1 bandeira;	Escola Presidente Epitácio - Figueira
4 carteiras grandes;	Escola Hercílio Luz - Enseada
4 carteiras grandes;	Escola Almirante Mascarenhas - Bupeva
5 carteiras grandes, 1 quadro negro;	Escola Presidente Bernardes - Paulas
5 carteiras grandes;	Escola Coronel Oliveira - Laranjeiras
9 carteiras grandes, 1 quadro negro, 1 mesa e outros objetos;	Escola Alvim Pessoa – Rocio Pequeno
30 carteiras de madeira de lei envernizadas (typo americana) para dois alunos, 2 quadros negros, 1 mapa do Brasil, 1 dito do Estado, 1 grande tela à óleo da cidade, 1 mesa de imbuia envernizada, 1 dúzia e meia de cadeiras, 1 bandeira da colônia.	Escola Armando Pinna – Praia do Mota, Centro, junto ao Abrigo Frederico Villar.

Quadro 4 – demonstrativo contendo os materiais que cada escola dispunha no ano de 1924 e a localização da escola.

Fonte – A autora

Nos arquivos foi encontrada apenas essa relação de materiais, e percebe-se, considerando o quadro anterior onde apresentamos o número de matriculados até a mesma data, que as escolas Alvim Pessoa na localidade de Rocio Pequeno e a Escola Armando Pinna localizada na Praia do Mota na área central da cidade, dispunham de maior número de carteiras e de outros materiais, por terem um maior número de alunos matriculados.

Com base no mesmo documento, foi possível ainda construir uma relação contendo os nomes dos primeiros professores que atuaram nas escolas da Colônia e por quais escolas estavam responsáveis. Apresento abaixo um quadro demonstrativo;

<i>NOME DO PROFESSOR (A)</i>	<i>ESCOLA NA QUAL ATUAVA/ LOCALIDADE</i>
Antônio Manoel da Silva	Tenente Zenethilde – Monte de Trigo
Leandro Machado da Costa	Tenente Zenethilde – Monte de Trigo
Francisco Paulo Innocencio	Carlos Hoepck - Ubatuba
Jordão Silva	Professor Joaquim S. Thiago – Rocio Grande
Antônio Silva	Professor Joaquim S. Thiago – Rocio Grande
José Cyriaco Vieira	Presidente Epitácio - Figueira
Galdino Antônio dos Santos	Hercílio Luz - Enseada
Antônio Rocha	Hercílio Luz - Enseada
Teothonio da Cruz Pereira	Hercílio Luz - Enseada
Antônio José Fagundes	Almirante Mascarenhas - Bupeva
Maria da Graça Moreira	Tenente Nuno – Estrada do Acarahy
Roza Tavares Baptista	Felipe Schimidt – Ilha do Mel
Leonilda Machado Costa	Felipe Schimidt – Ilha do Mel
Aurea Lydia de Mira	Felipe Schimidt – Ilha do Mel
Laura Paula Maciel	Presidente Epitácio - Figueira
Roza Soares Machado	Presidente Bernardes - Paulas
Cecília da Graça Corrêa	Coronel Oliveira - Laranjeiras
Cynira da Graça Tiriba	Alvim Pessoa – Rocio Pequeno
Aurea Carvalho	Alvim Pessoa – Rocio Pequeno
Rosalia da Costa Pereira	Armando Pinna (abrigo) – Praia do Mota
Regina Pessani da Silva	Armando Pinna (abrigo) – Praia do Mota

Quadro 5 – demonstrativo contendo a listagem dos primeiros professores que atuaram nas escolas da Colônia de Pesca Z – 02 Nossa Senhora da Graça.

Fonte: A autora

Vale esclarecer que os professores que trabalhavam nas escolas da Colônia de pescadores eram professores e professoras formados pela Escola Complementar anexa ao Grupo escolar Felipe Schimidt. Nota-se que estão listados, dez homens e onze mulheres. Professores e professoras a serviço das escolas da Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça. Nota-se ainda que em algumas escolas atuavam dois ou três professores.

Apresento aqui uma imagem de uma das professoras das escolas da Colônia. (Fig 28).



Professora Regina Pessani da Silva
Escola Armando Pinna – Cidade (Abrigo Frederico Villar)

Figura 28 – Imagem da Professora Regina Pessani da Silva que atuava na escola Armando Pinna . [s.d]
Fonte: Arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro

Pode-se supor que, durante a década de 1930, as escolas da Colônia de pesca tenham sido municipalizadas, como aconteceu com a escola Coronel Oliveira de Laranjeiras e algumas posteriormente teriam sido estadualizadas como a escola Alvim Pessoa do Rocio Pequeno. Vale lembrar que tais escolas cumpriram o papel de possibilitar o conhecimento das primeiras letras a muitas crianças de São Francisco do Sul nas primeiras décadas do século XX.

3.2.5.1.1 – A escola de Laranjeiras: caracterizando uma das escolas da Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça

Laranjeiras é a denominação de uma região de São Francisco do Sul situada ao sul da ilha de São Francisco, de frente para a Baía Babitonga. Este núcleo populacional se situa a aproximadamente 10 km da região do Centro Histórico.

A primeira notícia sobre a demanda por escola da população de Laranjeiras que foi encontrada, está em uma edição do jornal Babitonga, editado em São Francisco e datado de 17 de setembro de 1885. Nessa aparece uma nota com o título RECLAMAÇÃO, onde se escreveu:

Aos poderes competentes registramos esta reclamação a pedido dos moradores do lugar Laranjeiras, districto desta cidade, para em tempo opportuno ser logo providenciada a criação de uma escola publica primária ali. Essa necessidade prova-se principalmente pelo numero de 28 meninos maiores de 5 annos e menores de 14, filhos dos seguintes srs. d'ali moradores: Hermelino da Silveira, 4; Francisco V. Leão Carvalho, 4; Martinho Correa, 2; Antonio Pereira, 2; Antonio Dias Bello, 3; João Correa, 2; Antonio Cidral, 1; Joaquim Cidral, 1; Severiano Correa, 2; Joaquim Rodrigues, 1; Emygdio Cidral, 1; Domingos Cidral, 2; Marianna, 1; e 2 ingenuos filhos de Ritta, escrava. (BABITONGA, 1885, p.2).

Note-se que a solicitação inclui também as crianças filhas de uma escrava, descritas como “ingênuas”, além de uma criança que é filha de uma mulher, identificada apenas pelo nome de Marianna. Fica a questão: seria isto devido ao regime patriarcal vigente ou seria Marianna, também, uma escrava?

Fato é que a escola veio a ser instalada. Foram encontrados documentação e registros de seu funcionamento já no século XX, sob o nome de Escola Mixta de Laranjeiras. O documento mais antigo que traz aspectos sobre a organização da escola de Laranjeiras é um livro de Ata de exames realizados entre 1919 e 1947. Sobre os recursos destinados à manutenção da escola, observa-se que, na Lei orçamentária para o exercício de 1923, não existem registros sobre subvenção para esta escola, embora apareça subvenção a outras onze escolas existentes no mesmo período. O que leva a indagar a possibilidade de ter sido a escola de Laranjeiras, em sua fase inicial, instituída com caráter particular ou associativo.

Com a análise dessa fonte foi possível sistematizar alguns dados sobre o modo histórico de configuração das atividades educativas naquela instituição. Sobre os exames de final de ano, comuns à época, consta na folha 3, aqueles realizados em 6 de dezembro de 1919, quando o professor é Francisco Anselmo Corrêa. Registrou-se: “Em virtude do resultado acima, passaram para o 3º. Anno os alunos aprovados no 2º. Ano [que foram 5] , para o 2º. Anno os aprovados do 1º. Anno [que foram 4] e ficaram 25 no primeiro anno” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919). Portanto, à época, a escola atendia 34 crianças, entre meninos e meninas (Figura 29).

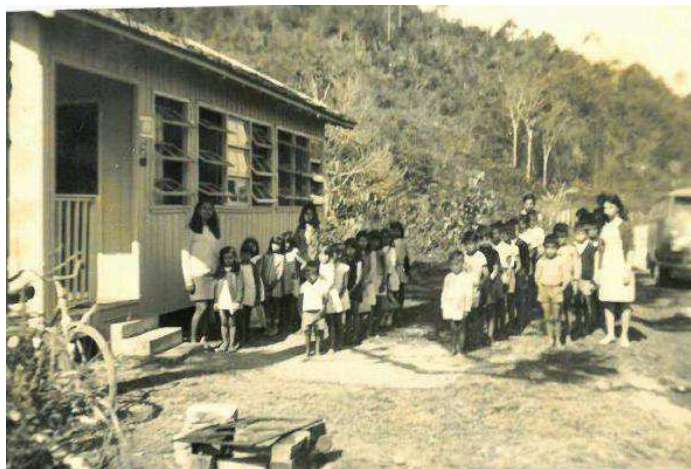


Figura 29 – Escola de Laranjeiras – 1968
Fonte: Oliveira - 2018

Quanto ao espaço escolar, depreende-se dos dados constantes na Ata de exame de 13 de dezembro de 1921, que havia um edifício com finalidade de uso para a escola, pois se registrou que os exames foram realizados “na sala do edifício onde funciona a Escola Isolada Mixta de Laranjeiras” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919). Ainda sobre o edifício, encontra-se no verso da folha 21, datado de 29 de março de 1937, um TERMO DE VISITA – INSPEÇÃO, realizado por Marcio Dias de S. Thiago, com presença de Aristides Waip Cardoso, delegado Escolar, o registro de que a sala de aula é considerada espaçosa e clara. Nesse mesmo documento, observa-se que o inspetor Marcilio Dias de S. Thiago assinala, entre outras, a seguinte recomendação: “veja si consegue que, em torno á casa da escola seja derrubado o mato que a esconde e lhe tira o sol” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919), o que fortalece a compreensão de que existia um prédio próprio para o funcionamento da escola, não sendo ela uma escola doméstica, como em outros casos (Figura 30).

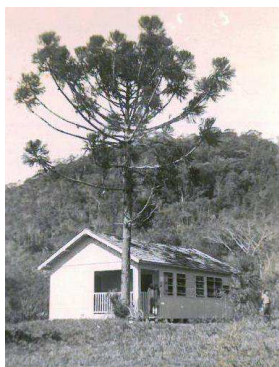


Figura 30 – Escola de Laranjeiras – vista da paisagem do entorno -1968
Fonte: Oliveira - 2018

A respeito dos materiais didático-pedagógicos utilizados, observa-se no mesmo termo de visita de inspeção, na parte da descrição dos dados importantes, no item 4º., a observação de que faltava o seguinte material didático: “quadro-negro, mapa moderno de S. Catarina”(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919), o que nos leva a supor que havia uma precariedade de materiais didáticos na escola e de que, na falta de quadro negro, fosse utilizada de forma constante, por parte do professor, a oralidade, ou que existissem lousas individuais. E de que a falta de um mapa moderno de Santa Catarina implicasse no possível desconhecimento dos limites territoriais do Estado, naquele contexto histórico. Uma fotografia da instituição, embora dos anos 1960, nos mostra aspectos do mobiliário escolar então em uso, apresentando um conjunto de carteiras do lado de fora da escola, além de uma mesa e uma escrivaninha. Naquele momento, a escola passava por um processo de recuperação e limpeza (Figura 31).



Figura 31 – Escola de Laranjeiras – mobiliário -1968
Fonte: Oliveira - 2018

No que diz respeito à quantidade de alunos na Escola Mixta das Laranjeiras, percebe-se, ao examinar a Ata de Exames, que é um livro paginado da folha 3 até a 49, com data de 6 de dezembro de 1919, que a professora examinadora (convidada) foi Maria Fernandes do Nascimento; e que o professor regente era Francisco Anselmo Corrêa; ali temos, ainda, a seguinte informação: “Em virtude do resultado acima, passaram para o 3º. Anno os alunos aprovados no 2º. Ano [que foram 5] , para o 2º. Anno os aprovados do 1º. Anno [que foram 4] e ficaram 25 no primeiro anno” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919, fl. 3). Portanto, à época, a escola atendia 34 crianças.

Em outra Ata de exame, com data de 11 de Dezembro de 1923, na folha 6, encontra-se a descrição da banca examinadora e, posteriormente, os dados relativos ao número de matriculados na escola.

No dia 11 do mês de Dezembro do anno de 1923, na escola publica mixta de Lranjeiras, no município de S. Francisco do Sul, presentes os snrs. Jordão Silva professor publico da escola “Professor Joaquim S. Thiago” da Colonia de Pescadores Z-2 “Nossa Senhora da Graça”, Cecilia da Graça Corrêa, professora da escola de “Larangeiras” (sic), pertencente a referida Colonia e Antonio Silva, convidados para membros da banca examinadora, comigo Francisco Anselmo Corrêa professor da mesma escola, deu-se começo aos exames prescriptos no art. 114 do Regulamento Geral da Instrucção, assumindo a presidência o Sr. Jordão Silva. [...]. Dos alunos matriculados que são um constantes de 43 alunos, dos quais 28 pertenciam ao 1º anno, 4 ao 2º ano e 3 ao 3º ano, tendo faltado 8 alunos do 1º anno. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919, fl. 6).

Noutro TERMO DE VISITA – INSPEÇÃO, de 29 de março de 1937, referente à vista de inspeção realizada por Marcio Dias de S. Thiago, com a presença de Aristides Waip Cardoso, Delegado Escolar, consta que a Escola mista estadual de Laranjeiras era regida pela professora provisória Maria da Glória Carvalho e Silva e “[...] que a matrícula total era de 42 alunos, sendo 30 do 1º , 6 do 2º. E 6 do 3º. Ano” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1919, fl. 21).

Foi evidenciado, com base nos dados coletados, que a Escola de Laranjeiras tinha uma íntima ligação com a comunidade do entorno, seja porque representava a oportunidade de escolarização às crianças que ali residiam, seja porque os atos da escola eram devidamente acompanhados por autoridades constituídas.

Um fato que mostra essa aproximação entre as comunidades escolares e as entidades franciscanas é a realização dos “prontos da faxina” ou “fainas”, que são ações da Marinha do Brasil nas instituições locais. Localizei fotografias que mostram essa atividade dos marinheiros junto à Escola de Laranjeiras, que consistiu em troca de madeiras do assoalho, pintura e roçado das cercanias (Figura 32).



Figura 32 – Faina na Escola de Laranjeiras – 1968
Fonte: Oliveira – 2018

3.2.6 – ESCOLA PRIMÁRIA ADVENTISTA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - UM PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO

Para compreender a institucionalização da escola Primária Adventista em São Francisco do Sul, foi necessário perceber o percurso histórico da IASD – Igreja Adventista do Último Dia, fundadora e mantenedora da Rede Educacional Adventista que está diretamente relacionada com os movimentos religiosos ocorridos no início do século XIX no nordeste dos Estados Unidos da América – EUA, denominados como “Segundo Despertar” onde estão inseridos Mórmons, Testemunhas de Jeová, entre outros. (FERREIRA; SOUZA,2018).

O projeto de educação Adventista no Brasil está relacionado com a chegada da Igreja Adventista do Sétimo Dia ao Brasil, e na América do Sul de forma geral, pode-se dizer ainda que se dá devido as correntes imigratórias europeias durante a empreitada estadunidense de evangelização nas tramas do protestantismo ligado ao interesse de missão e conversão.

Segundo Ferreira e Souza (2018), a preocupação com a educação dos filhos de membros da IASD – Igreja Adventista do Sétimo Dia era eminente, sendo que a primeira escola da IASD foi organizada em 1872, em Battle Creek, Michigan, denominada Battle

Creek College. E tal decisão foi tomada por forte influência da pioneira do movimento, Ellen White, que escreveu, em janeiro daquele mesmo ano a 'Carta constitucional para a educação adventista', pois, "Trata-se de um capítulo intitulado *A devida educação* (White, 2007, p. 52-58), escrita para ajudar a orientar o planejamento da nova escola. Destinada a se tornar modelo, essa escola deveria dar especial relevância à Bíblia, desenvolver em seus estudantes o equilíbrio das faculdades mentais, físicas e espirituais e oferecer uma educação prática, aliando o trabalho físico com o labor acadêmico." (FERREIRA; SOUZA, 2018, p. 5)

Alguns aspectos dessa empreitada de expansão da evangelização previam a criação de instituições educacionais, gráficas e de saúde. Greenleaf, informa que:

As instituições; bem como as igrejas, ajudaram a criar a estrutura organizacional necessária. Uma vez estabelecidas, alimentavam uma a outra. O crescimento da igreja contribuía para as instituições e estas auxiliavam o crescimento da igreja." (GREENLEAF 2011, p. 75).

No Brasil a primeira escola confessional ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia foi criada junto ao Colégio Internacional na cidade de Curitiba no Estado do Paraná no ano de 1896 pelo pastor missionário alemão Huldreich Von Graf. Ali nasce a rede Adventista de educação para que a crença, os valores e ensinamentos cristãos fossem difundidos. A partir dos escritos de Ellen G. White, uma importante participante da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Spcer (1946), nos mostra a relevância do fato.

No desenvolvimento de nosso sistema educacional cristão - desde a escola de fundos da igreja até a escola de ensino médio e faculdade, seminário e faculdade de medicina - um sistema que tem sido uma bênção para os adventistas do sétimo dia - todo nosso povo deve entender que a instrução constante nos primeiros anos e nos dias atuais pelos escritos do Espírito de Profecia tem sido um fator preponderante." (SPCER, 1946, p. 4).

O sonho de Ellen G. White, para que cada igreja tivesse uma escola para educar os filhos dos adeptos, concretizou-se.

No estado de Santa Catarina se tem notícias de que na localidade de Gaspar Alto, atual município de Gaspar, teria sido instalada a primeira congregação Adventista do Brasil e possivelmente a segunda escola, mas não foram encontrados registros precisos sobre o fato.

A Educação Adventista em São Francisco do Sul foi instalada no ano de 1935, com o nome de "Escola Primária", funcionando normalmente até 1941, tendo como primeiro diretor o professor Paulo Trodjan, seguido por Lourenço Waltrich, Lídia Duarte, Nair de Miranda Maurer, e Maria do Carmo Magalhães.

Segundo histórico não publicado e não datado organizado pela Professora Elisabethete Machado Filgueiras que faz parte do corpo docente da escola na atualidade e participa da congregação, feito com base em relatos orais e em algumas fichas de matrícula que já não se

encontram nos arquivos da escola, consta que: "A escola funcionava numa pequena sala, anexa nos fundos da Igreja Adventista, localizada à Rua Coronel Oliveira. Neste período a escola contava com apenas 30 alunos, todos os filhos de participantes da igreja". [s.d.]

A escola teria ficado sem funcionar durante algum tempo, voltando a funcionar de forma alternada na década de 1940. Em 1951 voltou às suas atividades sob a direção da professora Nair de Miranda Maurer que era também a diretora, secretária e zeladora, e desde então, não parou mais. A seguir, embora extrapolando o recorte cronológico deste estudo, apresento uma breve retrospectiva histórica quanto à trajetória dessa instituição. Percebe-se que com a finalidade educacional de instituição confessional de caráter particular, a "Escola Primária" se firma na cidade de São Francisco do Sul e vai tendo um maior número de alunos, como descreve Filgueiras [s.d.].

"O número de alunos aumentou consideravelmente, a pequena sala de aula, tornou-se exígua para abrigar os mesmos, assim como o pequeno pátio que havia. Fez-se necessário que houvesse uma auxiliar, que ajudasse a professora Nair. A auxiliar escolhida foi a jovem Mirab Miranda, sua irmã, que mais tarde tornou-se professora na referida escola." FILGUEIRAS [s.d.].

Com o passar do tempo a procura pela educação adventista aumentou na cidade, tornando-se necessária a construção de novas salas de aula. A nova escola foi construída junto ao novo prédio da igreja, agora na Rua Augusto Afonso dos Santos, com duas grandes salas de aula, secretaria e outras dependências necessárias, entre os anos de 1953-1960. No ano de 1961 a escola foi reinaugurada, não mais como "Escola Primária", mas com a denominação de "Escola Mista Particular Adventista Desdobrada", e posteriormente, se torna "Escola Primária Castro Alves", isso em 1965. Nos dias atuais, a escola é denominada de Colégio Adventista de São Francisco do Sul.

Segundo registros encontrados na escola, outros professores como: Maria Ângela de Oliveira, Wilma Werlich, José Roberto Mauer, Daeli de Oliveira, Neusa Maurer, Izabel Lourenço Schenoweber, Juraci da Maia e Maria do Carmo Magalhães trabalharam na instituição entre os anos de 1961 e 1968. No ano de 1968, a professora Nair Maurer se afastou da direção da escola, e em seu lugar assumiu o professor Odorico Linhares. No ano de 1974, fez-se necessária a construção de duas novas salas de aula, e foi implantada a antiga 5ª série (6º ano). Com a implantação da 5ª série, a escola deixou de ser identificada como "Escola Primária Castro Alves" e passou a ser "Escola Básica Adventista Castro Alves", sob a direção da professora Izabel Lourenço Schenoweber. Ainda em 1974, implantou-se a 6ª série (7º ano) e a Pré-escola.

Sob o Decreto-lei nº 1300, de 24 de agosto de 1976, foram inauguradas três novas salas de aula, laboratório de Ciências, sala de memória e biblioteca. O ano de 1977 culminou com a formatura da 1ª turma de formandos da 8ª série da Escola Básica Adventista Castro Alves.

Durante a administração da professora Cínara Belló Ciseski (2000- 2001), a escola mudou a razão social para “Escola Adventista de São Francisco do Sul”. No interstício, a partir do segundo semestre de 2001 até o final de segundo semestre de 2005, a escola foi administrada pelo Pastor Edson Dias da Conceição, que juntamente com sua esposa a coordenadora Juraci da Maia Conceição, contribuíram para o bom desenvolvimento do colégio, tanto na parte docente quanto discente. Foram eles os responsáveis pela implantação do Ensino Médio.

Durante o período de 2005-2008, a escola passou a ser administrada pelo professor Paulo Marcos Donária. Em sua gestão, a escola foi novamente reformada e pintada, mudando a razão para “Colégio Adventista de São Francisco do Sul”- CASFS, como é carinhosamente conhecido. Em sua gestão, nas salas de Ensino Médio, no período noturno passaram a funcionar dois cursos superiores, Letras e Administração, oferecidos à distância através da UNIDERP- Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal.

Nair de Miranda Maurer (03/10/1919 – 14/07/2004), foi homenageada como patronesse da Biblioteca do Colégio Adventista de São Francisco do Sul, por ter exercido sua profissão durante 32 anos na educação adventista constando ainda que teria sido professora da Escola da primeira congregação adventista em Santa Catarina na comunidade de Gaspar Alto. Mas não foi encontrada data precisa sobre esse fato.

Considerando que na escola e na igreja Adventista de São Francisco do Sul não foram encontradas fontes documentais precisas, apenas o histórico cedido pela escola, este texto nos apresenta pistas preliminares sobre a história desta instituição na cidade até o momento. Algumas questões podem ser depreendidas, ainda que na análise das fotografias apresentadas sob as figuras, 33, 34 e 35.



Figura 33 – Antiga Igreja Adventista e membros à Rua Coronel Oliveira – década de 1940
Fonte: acervo particular



Figura 34 – Professora Nair de Miranda Maurer com alunos – década de 1940
Fonte: acervo particular



Figura 35 – Construção da Escola Nova e da Igreja à Rua Augusto Afonso dos Santos – década de 1960
Fonte: acervo particular

3.2.7 – O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOB A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: PERSPECTIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NA DÉCADE DE 1930 E MEADOS DOS ANOS 1940

Para a realização desta investigação sobre a natureza das escolas francisquenses, utilizei um livro de Decretos, cujo termo de abertura é datado de 16 de julho de 1931 e contém “[...] o registro de decretos que se lavrarem nesta Prefeitura, levando as suas folhas rubrica “R. Vieira”, digo, a rubrica “J. A. Carvalho Filho” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931). Cabe informar que esses dois nomes se referem a prefeitos do período, Rogerio Vieira e José Alves de Carvalho Filho, respectivamente.

Nessa fonte perscrutei por decretos referentes à educação. Desse modo, na página 15 se encontra o Decreto No. 12, assinado pelo prefeito Rogerio Vieira, datado de 1º. de fevereiro de 1933, que exara sobre a transformação de uma escola particular em pública municipal:

Considerando que o Conselho Consultivo do Municipio atendendo a uma solicitação dos moradores dos Tórmos dos Pintos, distrito do Sahy, autorizou a criação de uma escola Municipal na referida localidade;
e, considerando que ali já existe uma escola particular com 60 alumnos matriculados, funcionando ha mais de 8 meses,
Decreta: Fica considerada escola publica Municipal a referida escola particular com a mesma matricula e no mesmo local. (SÃO FRANCISCO, 1931, p.15).

Portanto, aos poucos foi detectado que a década de 1930 foi profícua quanto à criação, por mecanismos diversos, de escolas do município em São Francisco. Por conseguinte, foi encontrado na página 22 o Decreto No. 17, que anuncia verbas disponíveis para a instrução pública e, em decorrência, a criação de duas novas escolas no distrito de Palmital, àquela época pertencente ao território francisquense, porém mais tarde transferido para municípios vizinhos.

O cidadão Rogerio Vieira, Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, usando de suas atribuições e,
considerando que na verba Instrução Publica, da Despeza Ordinaria, rubricas nrs. 1 e 2 do Decreto nr. 11 de 31 de dezembro de 1932, existe saldo suficiente,
Art. 1º. – Ficam creadas 2 escolas municipais, respectivamente, nos logares Tres-Barras e Cubatão Grande, no distrito de Palmital, neste município.
[...] Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 30 de agosto de 1933. (SÃO FRANCISCO, 1931, p.22).

A criação de escolas, segundo o governo municipal de então, é justificada pela quantidade de crianças, em cada localidade, que estariam sem receber instrução. Isso é parte do teor do Decreto No. 22, de 1º. de setembro de 1934, que registra um mecanismo de

remuneração de professores mobilizado na ocasião, de modo a permitir a instalação de uma nova instituição:

Considerando que no lugar denominado S. João Abaixo, situado no distrito de Palmital, há numero suficientes de creanças que estão sem receber instrução;

Considerando que o referido lugar dista consideravelmente da séde do Distrito e alí não existe escola alguma que ministre o necessário ensino pedagógico ás referidas creanças;

Considerando que em virtude de não haver sido, ainda, instalada a escola municipal do Cubatão, creada pelo Decreto nr. 17, há um saldo de 640\$000 no orçamento do corrente exercício, na consignação destinada ao pagamento de professores;

Decreta: ad-referendum do Conselho Consultivo do Municipio:

Art. 1º. – Fica creada uma escola municipal no lugar denominado São João Abaixo, distrito do Palmital, neste município.

Art. 2º. – Os vencimentos do respectivo professor deverão ser pagos pelo saldo da verba destinada ao pagamento do professor da escola do Cubatão, ainda, não instalada, em virtude de existir saldo suficiente para isso. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.28).

Por sua vez, o Decreto seguinte, de No. 23, de 20 de setembro de 1934, trata da criação de uma escola municipal para filhos dos operários, atendendo à solicitação do Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches. Importante evidenciar a finalidade social desta instituição. Assim consta no documento:

Considerando que o Sindycato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches solicitou a esse Governo Municipal a criação de uma escola diurna para os filhos dos operários que, por falta de vagas em outras escolas, estão sem receber instrução;

Considerando que em virtude de não ter sido, ainda, instalada a escola municipal de Cubatão, creada pelo Decreto nr. 17, há um saldo de 400\$000 no orçamento do corrente exercício, na consignação destinada ao pagamento de professores;

Considerando que há numero suficiente de creanças para matricular na Escola pleiteada;

Decreta:

Ad-referendum do Conselho Consultivo do Municipio.

Art. 1º. – Fica creada uma escola municipal diurna na séde do Sindycato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches, nesta cidade.

Artigo 2º. – Os vencimentos do respectivo professor deverão ser pagos pelo saldo da verba destinada ao pagamento do professor da escola do Cubatão, ainda, não instalada, em virtude de existir saldo suficiente para isso. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.29).

A instalação dessa unidade escolar, em resposta aos apelos de uma entidade de classe, vem mostrar a força dos profissionais relacionados às atividades portuárias – próprias da importância econômica do Porto de São Francisco do Sul. De fato, na década de 1930 é grande a força dos denominados “trabalhadores do Porto”, que se reuniam em distintos sindicatos. Para mostrar uma noção do vigor sindical, recorro a Seibel (2010, p.147), que em sua História do Porto de São Francisco do Sul pondera:

Os anos quarenta e cinquenta talvez tenham sido os Anos Dourados para muitos dos trabalhadores portuários em São Francisco. Em 1939 o Sindicato dos Estivadores

tinha trezentos e noventa e oito associados, e o Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches contava com trezentos e setenta e três. Ambos possuíam sede própria, sendo o deste último um magnífico edifício, construído especialmente para esse fim, com todas as acomodações, ótimo mobiliário, etc. onde funcionava também uma escola para os filhos dos associados.

A figura que segue traz um registro do edifício que abrigou não apenas a atividade sindical, mas também uma atividade escolar digna de nota (Figura 36).



Figura 36 – Prédio do Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches em 1937
Fonte: Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro – São Francisco do Sul

A demora na instalação da escola do Cubatão acabou implicando, à época, na possibilidade de abertura de outras instituições educacionais. É assim que, no livro de Decretos encontrei os termos da criação da escola da Prainha, no distrito do Saí. Datado de 29 de setembro de 1934, o documento – Decreto No. 24 -, justifica a criação dessa escola porque “[...] existe numero suficiente de creanças com idade escolar para que ali funcione uma Escola Municipal” e uma vez “[...] que há, ainda, verba suficiente para atender o pagamento de mais um Professor Municipal”; “Art. 1º. – Fica creada uma Escola Municipal no logar denominado Prainha, distrito do Saí, neste município” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.30).

Por sua vez, o Decreto No. 30, datado de 17 de setembro de 1935, agora sob a administração do prefeito José Alves de Carvalho Filho, explica a necessidade da criação de uma nova unidade escolar na localidade do Rocio Pequeno porque há uma quantidade suficiente de crianças que a justifique e, também, devido à distância daquela região do Grupo

Escolar então ativo em São Francisco do Sul (este é o Grupo Escolar Felipe Schmidt, ativo desde 1918). Em seus termos, acrescenta ainda que há verbas para tal empreitada:

Considerando que no lugar denominado “Rocio Pequeno” há número suficiente de creanças em idade de receber instrução;

Considerando que o referido lugar dista consideravelmente do Grupo Escolar e que ali não existe escola alguma que ministre o necessário ensino pedagógico das referidas creanças;

Considerando, ainda, que o orçamento consigna verba para dezesseis escolas e o município mantém, até esta data, apenas treze;

Decreta:

[...] Art. 1º. – Fica creada uma escola municipal no lugar denominado “Rocio Pequeno”, nêste distrito;

Art. 2º. – A instalação da referida escola efetuar-se-á a 3 de outubro do corrente ano;

Art. 3º. – Os vencimentos do respectivo professor correrão pela verba “Instrução Publica”, no. 1, do decreto no. 27, de 31 de dezembro de 1934. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.37).

No ano de 1935 é criada, ainda, a escola municipal na região chamada Taboleiro do Acaraí, com previsão de instalação para a data de 12 de outubro. O Decreto No. 31, de 27 de setembro de 1935 é que assim define, considerando a existência de crianças em número suficiente, a inexistência de qualquer escola naquela localidade e, ainda, “[...] que no orçamento para o corrente exercício há verba para criação e manutenção de mais escolas do que as existentes atualmente” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.38).

Pelo descrito, a situação financeira de São Francisco era boa naquele momento. Mais do que isso, havia vontade política para investir na educação. Tanto que busquei localizar dados da administração municipal que pusessem em evidência tal questão. E encontrei, no mesmo livro de Decretos, dados constantes no Decreto No. 7, de 1938, que “Orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1938”, onde se registra que “Art 1º. – A receita do município de São Francisco do Sul, no exercício de 1938, fica orçada em Trezentos e Cincoenta e Um Contos de Reis (351:000\$000)” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.46). Quanto às despesas com a educação, estão arroladas no item 21, parágrafo 3º., sob a denominação “Educação Popular”:

§3º. – Educação Popular	
1) Vencimentos de 20 professores	24:000.000
2) Gratificação aos professores das escolas desdobradas	1:800.000
3) Aluguel de casas para Escolas municipais e estaduais	3:600.000
4) Aparelhamento e material para as escolas	1:800.000
5) Auxílios a alunos necessitados	600.000
6) Subvenção á Escola Normal Primaria	4:296.000
7) Subvenção ao Colegio “Stela Matutina”	1:200.000
8) Subvenção ao Colegio “Wenceslau Bueno”	720.000
9) Subvenção ás Escolas das Colonias de Pescad. “Z-1 e Z-2	1:560.000
(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.52)	

Da mesma fonte se retira o dado de que o investimento total em educação da municipalidade francisquense, orçado para o ano de 1938, era da ordem de 39:576.000.

Cabe ressaltar que este orçamento revela a existência do Colegio Wenceslau Bueno e de escolas nas colônias de pescadores Z-2. O Colegio “Wenceslau Bueno”, conforme a grafia registrada em vários documentos consultados, é a denominação dada à antiga *Deutsche Schule* (Escola Alemã) devido às exigências da campanha de nacionalização das escolas estrangeiras ou de imigrantes, implementada durante o período de governo de Getúlio Vargas. Filiada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a *Deutsche Schule* de São Francisco havia sido fundada em 1925. Quanto à Escola Normal Primária, entendo que o decreto se refere à entidade formadora anexa ao Grupo Escolar Felipe Schmidt. E também são dignas de nota as referências às despesas com aluguel para abrigar escolas, aos gastos com aparelhamento e material escolar e ao auxílio a alunos necessitados, além dos vencimentos e gratificações aos docentes.

Chegando então ao ano de 1940, quando o prefeito municipal José Alves de Carvalho Filho assina o Decreto No. 2, datado de 29 de abril, referente à criação de uma escola municipal na sede do Sindicato dos Operários Estivadores. Segundo o documento, tal iniciativa se deu “Considerando justo o pedido de criação de uma escola mixta feito pelo Sindicato dos Operários Estivadores desta cidade; considerando que há número suficiente de crianças para matricular na escola pleiteada”; acrescentando-se que, quanto à remuneração docente, “Art. 2º. – Os vencimentos do respectivo professor deverão ser pagos pelo saldo da verba destinada ao pagamento dos professores complementaristas” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.140).

Já no ano de 1941, a criação de duas novas escolas é vinculada à “[...] Cruzada Nacional de Educação, em sua campanha de combate ao analfabetismo, no sentido da criação

de novas escolas na data do natalício do Chefe da Nação” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.164). A referência, portanto, é a Getúlio Vargas, que aniversariava em 19 de abril – justamente a data de assinatura do Decreto No. 9^a, que criou “[...] duas escolas mistas municipais nos logares denominados “Morro da Cruz” e “Prainha”, respectivamente, do 1º. e 2º. distritos deste Município” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1931, p.164).

Outra constatação referente à educação em São Francisco no alvorecer da década de 1940 é construída com base na consulta do Decreto-Lei N.62, que “Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942”, onde se verifica que despesa com a “Educação Publica” é dividida em três itens, pondo em evidência a crescente complexificação do processo histórico de institucionalização da educação escolar. Assim, temos um primeiro item, “Administração Superior”, que engloba as despesas com material permanente, aquisição de moveis e utensílios, material de consumo, material didático em geral, reparos em prédios escolares, despesas diversas, aluguel de prédios escolares e assistência a alunos necessitados; o segundo item, denominado Ensino Primario, Secundario e Complementar, estipula as despesas com pessoal fixo, com Normalistas, Ginasianos e Complementaristas a 170\$000 e com Não Tituladas, a 140\$000; por terceiro, aparece a rubrica intitulada Subvenções, Contribuições e Auxílios, em que constam Despesas Diversas, Subvenção ao Colégio Stela Matutina, Contribuição á Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Felipe Schmidt, Auxílio à Bolsa Escolar do Liceu Industrial de Santa Catarina (que se localizava em Florianópolis) e Custeio dos estudos secundários de uma complementarista mais aplicada (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1941).

É interessante perceber, no documento ora citado, a intenção de premiar estudantes de destaque por meio de bolsas e do custeio do prosseguimento dos estudos. Mesmo que se possa argumentar em torno de uma perspectiva meritocrática, tal iniciativa da municipalidade francisquense pode indicar o anseio por investimento na escolarização de parcela da população que tinha acesso à educação.

Nesse sentido, foi localizado ainda, o Decreto No. 16, datado de 18 de abril de 1942, agora sob a assinatura do prefeito Flodoaldo Nóbrega, que reedita os motivos para a criação de duas escolas na ambiência política daquele momento. Assim está redigido:

Considerando justo o apelo da Cruzada Nacional de Educação que, em todo o território nacional, marcha na vanguarda daqueles que combate numa só vontade o analfabetismo;

Considerando que, na data natalícia do Chefe da Nação, é dever do Governo Municipal, numa homenagem sincera, criar escolas em pról das crianças brasileiras;

Considerando que nas localidades denominadas “Paulas” e “Colônia do Saí”, respectivamente, do 1º. e 2º. distrito, existe numero suficiente de crianças em idade escolar;

Decreta:

Art. 1º. – Ficam criadas duas escolas mistas municipais nos logares denominados “Paulas” e “Colônia do Saí”, respectivamente do 1º. e 2º. distritos, deste município. (SÃO FRANCISCO, 1931, p.181).

Cabe ressaltar a disseminação do projeto de inspiração nacionalista-desenvolvimentista do governo de Vargas, que lançou mão de diversas estratégias que buscaram espelhar a importância do incremento da educação escolar para o progresso da nação. E verificar o atendimento, no plano local, das prescrições governistas.

Por meio deste itinerário, que apresentou elementos sobre a criação de um conjunto de escolas de tipologia diversa durante a década de 1930 e meados dos anos 1940, foi possível recuperar dados significativos sobre o processo histórico de institucionalização da educação escolar em São Francisco do Sul, matizados pelas perspectivas de organização e financiamento oriundas da administração municipal.

3.2.7.1 Instrução pública municipal em São Francisco do Sul: análise das Leis Orçamentárias

Segundo a lei denominada Projecto No. 7 Orçamento Municipal, publicada pela Superintendencia Municipal de São Francisco do Sul, em 5 de dezembro de 1922 e assinada pelo então superintendente Sergio Augusto Nobrega, substituto em exercício, ficaram estabelecidas receitas e despesas para aquele exercício fiscal. O documento divide-se em Capitulo I RECEITA, Capitulo II DESPEZAS; segue a TABELLA A Taxa sobre licenças e as DIPOSIÇÕES GERAES; após temos a TABELLA B Taxa sobre industria e profissão, as tabelas C Imposto sobre animais abatidos para consumo publico, a tabela D Taxa sobre vehiculos fluviaes, maritimos ou terrestres, a tabela E Imposto de aferição, a tabela F Imposto por titulo de concessão de terrenos do Patrimonio Municipal, a tabela G Laudemios [...] sobre transferência de terrenos pertencentes ao Patrimonio Municipal, Lei no. 361 de 1895, a tabela H Renda do mercado publico e a tabela I Renda do cemitério (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1923).

No capítulo referente às Despesas, encontrei o parágrafo 5, denominado Instrução Publica, onde registram-se dados sobre as escolas então existentes na municipalidade:

- a) Subvenção ás escolas do Miranda e Pontal 1:2000.000
- b) Idem á escola do Palmital 480.000
- c) Idem ás escolas da Tapéra, Porto do Rei,

Estaleiro, Morro da Palha e Gamboa	1:800.000
d) Idem ás escolas do Acarahy e Ribeira	720.000
e) Idem á escola do Sahy	480.000

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1923, p.3).

É importante frisar que todas essas escolas estavam situadas em região rural de São Francisco do Sul. Ainda quanto à instalação de escolas e seus funcionamento, constam nas Disposições Geraes daquela lei aspectos sobre a criação e o fechamento de escolas, vinculados à ação da Superintendência, nos seguintes termos: “Art. 3. É autorizado o Superintendente: § 1. A fechar as escolas municipaes que não tiverem a freqüência de 15 alumnos. § 2. A crear as escolas que forem necessarias.” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1923).

A consulta a outros documentos oficiais do município de São Francisco do Sul pode auxiliar a entender como, de fato, a operacionalização do processo de adquirir receitas e efetuar o pagamento de despesas poderia ocorrer. Sendo assim, consultei o “RELATORIO referente ao periodo administrativo de 1925, apresentado pelo Superintendente Municipal de S. Francisco do Sul, Manoel Deodoro de Carvalho, ao Conselho Municipal, em 29 de Janeiro de 1926”.

Ali verifiquei, por exemplo, que quanto ao “Estado financeiro do Municipio”, consta na dívida passiva de 1925, “Subvenção ao Collegio Stella Matutina 600\$000” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926, p.7).

Mais expressivo é o teor do item constante no relatório e denominado “Instrução Publica Municipal”. Sua introdução é uma contundente avaliação negativa do estágio da “instrução” em São Francisco do Sul, à época, entendida como rural. Assim diz:

Deficientíssima é a instrução rural ministrada por conta do município. A organização do ensino publico municipal, sendo completamente falha de qualquer orientação proveitosa, Ella somente sobrecarrega os cofres municipaes, nenhum beneficio produzindo em favor do desenvolvimento da instrução das crianças nas zonas ruraes.” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926, p.12).

A seguir, são apresentados dados sobre o conjunto de escolas da região. Segundo o Superintendente Municipal, “O município mantém, actualmente, 11 escolas espalhadas por diversos pontos da ilha e continente, as quaes funcionando com frequencia irregular de alumnos, não produzem os resultados desejados [...]; afirma que há necessidade de “fiscalisação e aparelhamento das referidas escolas”, bem como estudar a devida localizaçao das escolas em “pontos necessários” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926, p.12).

Para o Superintendente Manoel Deodoro de Carvalho, a difusão da instrução é “a melhor formação de um povo”, constituindo-se em obrigação de todos os dirigentes, trazendo

para o homem os meios de sua subsistência e sendo “elemento constructor para a pátria”; por meio de uma estratégia discursiva, o dirigente francisquense se diz “empenhado em modificar as condições do ensino publico municipal” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926, p.12). Mais adiante, o documento explicita que anualmente são gastos 9:240\$000 com as escolas mantidas pela superintendência e ainda somadas as subvenções dadas aos outros estabelecimentos. Detalhando sobre a realidade naquele contexto, explicitando as instituições diversas presentes, registra:

Além das 11 escolas municipais, demonstradas no anexo n.5, o município conta com o grupo escolar Felipe Schmidt e Curso Complementar Anexo; Collegio Stella Matutina e Curso Complementar Anexo, e 14 escolas da Colonia de Pescadores Z-2 N. S. da Graça, subvencionando o Curso Complementar anexo ao grupo escolar Felipe Schmidt, o Collegio Stella Matutina e uma das escolas pertencente á Colonia de Pescadores. (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926, p.12).

Embora constem os dados anteriores na fala da Superintendência, foi localizado no Anexo n.3 do documento, entre as Despesas feitas no exercício de 1925, a “importância paga pela verba Instrução Publica 2:287\$000” (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1926).

Já no orçamento exarado pela lei n. 270 de 16 de dezembro de 1926, após decretado pelo Conselho Municipal e assinada pelo então superintendente municipal Manoel Deodoro de Carvalho, foram encontrados novos dados. O documento divide-se em Capitulo I RECEITA, Capitulo II DESPEZAS, ao que seguem Disposições Geraes; segue a TABELLA A Taxa sobre licenças; após se encontra a TABELLA B Taxa sobre industria e profissão , as tabelas C Imposto sobre animaes abatidos para consumo publico, a tabela D Taxa sobre vehiculos, a tabela E Imposto de aferição, a tabela F Imposto por titulo de concessão de terrenos do Patrimonio Municipal, a tabela G Laudemios [...] sobre transferência de terrenos pertencentes ao Patrimonio Municipal, Lei no. 361 de 1895, a tabela H Renda do mercado publico, a tabela I Renda dos cemitérios, a tabela J Imposto de terrenos não edificados, a tabela K Taxa de expediente e emolumentos, a tabela L Taxa para melhoramentos ruraes, a tabela M Imposto predial urbano, a tabela N Imposto sobre o metro linear de frente, a tabela O Adicional sobre os impostos cobrados, a tabela P Imposto do lixo, por mez e a tabella Q Taxa de deposito de madeira.

Neste documento as despesas sobre a Instrução Publica constam no artigo 5, parágrafo 6, onde se lê:

- a) Subvenção ás escolas do Miranda e Pontal 1:2000\$000
- b) Idem á escola do Palmital 480\$000
- c) Idem ás escolas do Porto do Rei,

Tapera, Estaleiro, Morro da Palha, Gam- Boa) Morro Grande, Ribeira e Acarahy	2:880\$000
d) Idem á escola do Sahy	480\$000
e) Subvenção ao Collegio S. Matutina	600\$000
f) Subvenção ao Curso Complementar	3:600\$000

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1927, p.5).

Importante verificar que, em relação ao orçamento do ano de 1923, há o acréscimo de mais uma escola municipal, a de Morro Grande. Temos agora, ainda, a presença de despesas com o Collegio Stela Matutina, instituição de caráter confessional e na época administrado pelas irmãs da Divina Providência, e também com o Curso Complementar. Sobre esse, sabemos que funcionava junto ao Grupo Escolar Felipe Schmidt, presente em São Francisco desde 1918. Ambas as instituições funcionavam na região central do município.

E a exemplo da legislação vigente em 1923, cabia ao Superintendente Municipal crear e fechar escolas, de acordo com os critérios presentes nas Disposições Geraes.

Além das leis orçamentárias, encontrei dados sobre a administração municipal em relatórios que os prefeitos apresentaram quando atuavam. Localizei no arquivo da Biblioteca Augusto José Ribeiro um relatório referente ao período administrativo de 1927 e outro tratando das ações do ano de 1928.

Na parte inicial do documento referente a 1927, intitulada Receita e Despeza, faz-se menção ao orçamento para o exercício de 1926, que é detalhado no anexo 1. Nesse anexo, no que se refere à educação, constam como Despeza Orçada para Instrucção publica o valor de 5:040.000, mas como despesa Effectuada aparece o valor de 5:230.000, portanto com “A mais” de 190.000. Além desses dados, aparece a Subvenção ao Collegio Matutina no valor orçado de 600.000 e Idem, ao Curso Complementar, no valor orçado de 3:600.000 e efetuado de 1:800.000, com valor “A menos” de 1:800.000 (RELATÓRIO...,1928).

Quanto às importâncias pagas no exercício de 1927, consta para a Instrucção Publica o valor de 6:425.000, além da Subvenção ao Curso Complementar, no valor de 1:800.000. Noutro ponto do documento, aparece como Divida Passiva (em títulos), os itens “Subvenções ao Curso Complementar, Collegio Stella Matutina e escolas da Colonia Z-2”, com valor de 3:000.000. O documento menciona, ainda, no item Grupo Escolar e Cadeia Publica, que,

Tendo sido esta municipalidade incumbida pelo governo do Estado, para mandar effectuar os reparos de que precisavam os edificios do grupo escolar “Felipe Schmidt” e Cadeia Publica, mandando o mesmo governo entregar ao Municipio, para a realização dos referidos melhoramentos, a quantia de 15:000\$000, dei, immediatamente, começo a esses trabalhos, fazendo, de conformidade com a distribuição das verbas que foi de 10:000\$000, para a cadeia, e de 5:000\$000, para o grupo escolar[...] (RELATÓRIO...,1928)

Sobre o investimento na rubrica Instrução Publica, que conforme o texto assinado pelo prefeito Manoel Deodoro de Carvalho,

[...] deve caminhar o não menos patriótico trabalho de disseminação da instrução, razão pela qual não me tenho descuidado de instalar, nos centros mais povoados da zona rural, estabelecimentos de ensino primário”

No anno p. findo, localizei duas escolas, sendo uma em S. João do Palmital e outra no interior do Sahy, cujas escolas estão sendo dirigidas, respectivamente, pelas professoras Anna da Graça Ferreira e Amalia Ledoux, com matriculas de alumnos, bem apreciáveis. (RELATORIO..., 1928).

Logo a seguir são apresentados os estabelecimentos de ensino ativos no município e se adiciona uma informação sobre o recebimento de subvenções municipais:

Grupo escolar “Felippe Schmidt”
Curso Complementar anexo ao mesmo grupo
Collegio “Stella Matutina”
Curso Complementar anexo ao mesmo collegio
5 escolas mixtas estaduaes
9 “ “ municipaes
14 “ “ da Colonia Z-2 N.S. da Graça

Com excepção do grupo escolar e das escolas mixtas estaduaes, os demais estabelecimentos de ensino, receberam durante o anno de 1927, subvenções municipaes. (RELATORIO..., 1928).

Quanto à denominação e localização das instituições escolares distribuídas pelo território francisquense, utilizei o documento organizado por S. Thiago (1941, p.71), que apresenta uma relação das escolas estaduais, municipais e particulares existentes em São Francisco no ano de 1939. Notei que tal elenco de instituições reafirma a existência de escolas de que já iniciei a construção historiográfica, mas que há referência a instituições não privilegiadas neste estudo, notadamente porque não foram encontradas fontes e referências pertinentes. Entre as escolas estaduais consta: o Grupo Escola Felipe Schmidt; 12 escolas não identificadas, mas cuja localização é indicada, constando dados para cada região mencionada, a saber, duas no Centro de São Francisco, uma no Iperoba, três no Palmital, uma no Paulas, uma no Rocio Grande, uma em Laranjeiras, uma no Frias que é parte do distrito do Saí, e uma no Forte Marechal Luz.

Quanto às escolas municipais, registraram-se os nomes de 20 escolas municipais e respectivas localidades: Donato Bulhões Pinheiro (Centro), Cid Vieira (Rocio Pequeno), Joaquim Costa (Taboleiro Acaraí), Maria A. Costa Pereira (Figueira), Capitão Zeferino Évora da Rosa (Tapera), Maria Adelaide de Sousa (Mato Dentro), Benjamim Carvalho Oliveira (Morro da Palha), Manoel Joaquim Pinheiro (Gamboa), Clara Almeida S. Thiago (Praia Grande), Bento Antão Alves (Tornos do Pinto), Julia Albuquerque (Sol Nascente), Benjamim F. Lopes (Barrancos), Emilia Dias Carvalho (Pontal do Norte), Manoel Ferreira de Carvalho

(Bom Futuro), José Paulo Arantes (Garuva), Edgar Schütel (Cubatão), José do Patrocínio (Cubatão), Maria das Dores Liberata (Porto Palmital), Maria Leopoldina Machado (Três Barras) e Duque de Caxias (Estrada Brüstlein) (S. THIAGO, 1941, p.71).

Sobre as escolas particulares, o inventário indica a presença de três instituições: Escola de Pesca, na região do Saí, Escola Adventista do Sétimo Dia, no Centro e Colégio Stella Matutina, também no Centro de São Francisco do Sul.

No Anexo n.2, no Balanço geral de 1927, consta que a despesa total com a Instrução Publica foi de 6:425.000, além da subvenção ao Curso Complementar que totalizou 1:800.000

O Relatório esclarece, ainda, sobre o investimento no Asylo Joaquim S. Thiago, que teve sua construção iniciada à época. Nos termos do documento:

Apezar de não se tratar de uma obra resultante de iniciativa da administração municipal, mas como aos poderes públicos devem interessar todos os empreendimentos que se relacionam com a assistência aos necessitados, registro, com sincera satisfação, o inicio da construção do edifício destinado ao Asylo de Orphãos e Velhice Desamparada “Joaquim S. Thiago”, mercendo essa importantíssima obra, precioso fructo de uma associação dirigida pelo alto sentimento philantropico do nosso illustre conterrâneo, Sr. Arnaldo S. Thiago, todo o apoio da minha administração, por ser o assumpto em apreço, de grande relevância para o serviço de assistência publica da cidade. (RELATORIO..., 1928).

Podem-se acrescentar ainda, para fins de análise e comparação, os dados contidos no documento – “Relatório apresentado ao Conselho Municipal”, pelo prefeito Manoel Deodoro de Carvalho. S. Francisco do Sul 1928. Este é aberto com uma mensagem aos Senhores Conselheiros Municipais, em que se afirma que venho expor ao Conselho Municipal “[...] de forma inteiramente minuciosa, o movimento administrativo correspondente ao período de 1928, passando a fazer uma demonstração dos factos mais importantes ocorridos durante esse ano, e que se relacionam com o progresso e o bem-estar deste município” (RELATORIO, 1929, p. 3).

No item Receita, é explicado que embora o orçamento votado para a gestão administrativa de 1928 fosse um total de 155:880\$000, “[...] pude constatar, com muita satisfação, que a quantia arrecadada nesse mesmo anno, attingiu a 180:641\$203, apparecendo, portanto, um augmento de 24:761\$203, sobre a importancia orçada, sem que tivesse havido, para isso, accrescimo de impostos”; nota-se, ainda, que entre os itens da Divida fluctuante, consta “Ao Collegio “Stella Matutina” 1:200\$000” (RELATORIO..., 1929, p. 4;5).

Especificamente quanto à Instrução publica, faz-se constar a criação de mais uma instituição escolar:

Interessado em disseminar a instrução publica na zona rural, localisei mais uma escola mixta no interior do districto do Sahy, nomeando para reger a mesma, o sr. Izidro José de Carvalho. O ensino publico na zona urbana e rural, continua a ser

ministrado pelo grupo escolar “Felippe Schmidt” e Curso Complementar anexo; collegio “Stella Matutina” e Curso Complementar anexo; por cinco escolas mixtas estaduais; nove escolas mixtas municipais, e quatorze escolas mixtas da Colonia de Pescadores Z-2 N. S. da Graça. (RELATORIO..., 1929, p. 9-10).

Nota-se, portanto, que o conjunto de instituições escolares de São Francisco do Sul se mantém em mesmo número em relação aos dados do ano de 1927, à exceção da nova escola no distrito do Sahy.

Consta, novamente, a menção ao Asylo “Joaquim S. Thiago”, sobre o qual se escreve: “Manifesto aqui, a minha satisfação por ver bem encaminhado o serviço de construção do Asylo “Joaquim S. Thiago”, cujos trabalhos já executados representam a perseverança da esforçada directoria dessa utila associação philantropica” (RELATORIO..., 1929, p.10).

Novidade neste Relatório é a referência a melhoramento na Colônia de Pescadores Z-2, que consta no item Combate ás endemias. Especificamente, foi registrado:

A Colonia de Pescadores Z-2 N. S. da Graça, também installou no edificio do abrigo “Frederico Villar”, nesta cidade, um posto de assistência aos atacados de verminose e impaludismo, cujo serviço está sendo dirigido pelo Sr. dr. Antonio Moreira Reis, sub-inspector de saúde do porto, que tem como auxiliar o Sr. Theobaldo Doin, empregado da Prefeitura Municipal.

Com a acção conjuncta, da Prefeitura Municipal e a Colonia Z-2, certos serão os resultados em beneficio da saúde dos nossos patricios, victimas das terríveis moléstias que lhes roubam as forças vitais. (RELATORIO..., 1929, p.9).

No anexo n.2 do Relatório se encontra a discriminação de algumas despesas pagas referentes ao 1º. trimestre de 1928, entre as quais consta “Pago ao collegio “Stella Matutina” 1:200\$000”, “Pago aos professores municipais 1:165\$000”, “Aluguel das casas onde funcionam as escolas estaduais e as da Colonia de Pescadores Z-2 N. S. da Graça 964\$000” (RELATORIO..., 1929). Quanto ao 2º. trimestre, acrescenta-se a despesa “Subvenção ao Curso Complementar 1:8000\$000”, junto das mesmas despesas do trimestre anterior; sobre o 3º. trimestre, os itens de despesa são os mesmos, às vezes com variação no valor; e para o 4º. trimestre de 1928, aparecem as despesas com “Subvenção ao Curso Complementar 1:800\$000”, “Pago aos professores municipais 1:619\$840”, “Aluguel das casas das escolas estaduais e colonia de Pescadores Z-2 636\$000”, “Auxilio ao Asylo “Joaquim S. Thiago” 1:000\$000” (RELATORIO..., 1929). Por fim, no Anexo n.3, referente ao Balanço Geral da Receita e Despesa do Governo Municipal de São Francisco do Sul, correspondente ao anno de 1928, aparece a verba Instrucção Publica com valor total de 7:898\$840, Subvenção ao Collegio “Stella Matutina” no total de 1:200\$000”, “Subvenção ao Curso Complementar 7:200\$000” e “Subvenção ao Asylo “Joaquim S. Thiago” 1:000\$000” (RELATORIO..., 1929).

Por sua vez, no orçamento corresponde à Lei n. 294 de 30 de novembro de 1929 Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1930, sancionada e assinada pelo Prefeito Municipal Manoel Deodoro de Carvalho, pudemos identificar novos dados que ratificaram elementos quanto à gestão da educação em São Francisco do Sul. Esse documento divide-se em Capitulo I RECEITA, Capitulo II DESPEZA, ao que seguem Disposições Geraes; segue uma relação denominada Taxa sobre licenças; após se encontra a TABELLA A Tabella sobre industria e profissão , as tabelas B, C, D, E, F, H, L, M, O, P, S, T, V – todas estas referentes às diversas profissões e atividades pertinentes. Depois, a tabela Z trata do Imposto sobre venda de fumos e bebidas, sobre animaes abatidos para consumo publico, sobre vehiculos, aferição, titulo de concessão e transferência, renda do mercado, renda dos cemitérios, de terrenos não edificados, a taxa de expediente e emolumentos, imposto predial urbano e remoção do lixo.

Observo que as despesas com a Intrucção Publica aparecem no Capitulo II, no item Despeza, sendo agora constituídas de subvenções ou gastos com outras instituições, que não apareciam nos orçamentos de 1923 ou 1927, como as escolas de Barrancos e Enseada, além das escolas da Colônia de Pescadores Z-2. Interessante observar que aparecem, pela primeira vez, despesas com o vencimento dos professores e com aluguel de edificações onde estão situadas escolas estaduais. Observemos:

IV Instrucção Publica

§ 1. Vencimento dos professores das escolas do Miranda, Enseada, Sahy, Morro da Palha, Morro Grande, Aca- rahy e Gambôa, a 50\$000		4:200\$000
§ 2. Vencimento do professor Da escola dos Barrancos	720\$000	
§ 3. Subvenção ás escolas do Rocio e Ribeira	480\$000	
§ 4. Subvenção ao Curso Com- plementar	3: 600\$000	
§ 5. Subvenção ao Collegio Stel- La Matutina desta cidade	600\$000	
§ 6. Auxilio ás escolas da Co- lonia de Pescadores Z-2, Deste município	1:800\$000	
§ 7. Aluguel das casas onde fuccionam as escolas Es- taduaes	504\$000	11:100\$000

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1929, p.5-6).

Considerando que há também um papel educativo na finalidade social do Asylo Joaquim S. Thiago, acrescento que consta ainda um auxílio de 3:000\$000 para esta

instituição, registrado entre as despesas com Hygiene e assistencia publica (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1929, p.6).

Quanto à Lei Orçamentária de 1936, o documento impresso organiza um conjunto de resoluções, as Resoluções nrs. 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10, que compõem e especificam as receitas e despesas da administração da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, datadas de 31 de dezembro de 1935, sob a administração de José Alves de Carvalho Filho. As resoluções de número 1 até a de número 8 tratam das formas de cobrança dos impostos na municipalidade, nos termos da época regulamentando “o tempo e modo de cobrança”; a Resolução nr. 9 trata da isenção de impostos e de multas, assim como algumas regulações quanto ao funcionamento de certas atividades econômicas; no que diz respeito à educação, num artigo específico encontramos algo sobre o serviço de inspeção escolar: “Art. 35º. – Fica o Prefeito Municipal autorizado a crear o cargo de Inspetor Escolar Municipal, com os vencimentos que for determinado em Lei” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1936, p.17-8).

Mais adiante, na Resolução nr. 10 encontrei, na rubrica Despeza, Artigo 2, no Título I – Encargos da Administração, um parágrafo especificando as despesas no campo educacional, agora bem mais abrangentes no sentido de incorporar novas instituições e detalhar a composição escola no município. Chama a atenção o título usado: Educação Popular. Vejamos:

§ 4º. Educação Popular:

1) – Vencimentos de 16 professores a 1:200\$000 cada um	19:200\$000
2) – Aluguel de casas para as escolas municipais e estadoais	3:000\$000
3) – Despeza com material escolar	1:200\$000
4) – Auxilio a alunos necessitados	200\$000
5) – Vencimentos do Inspetor Escolar Municipal	2:400\$000
6) – Subvenção á Escola Normal Primaria	3:600\$000
7) – Subvenção ás escolas da Colonia de Pescadores Z-2	1:560:000
8) – Subvenção ás escolas da Colonia de Pescadores Z 1	480:000
9) – Subvenção ao Colegio Stela Matutina	1:000\$000
10) – Subvenção á Escola Venceslau Bueno	600\$000

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1936, p.23).

Acrescento que no mesmo orçamento permanecem as despesas de subvenção ao Hospital de Caridade (3:600\$000), ao Asilo Joaquim S. Thiago (3:600\$000), à “Maternidade

e á Infância” (2;200\$000) e ao Leprosario do Estado (1:300\$000) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1936, p.24).

Nesta fonte temos a discriminação das escolas de duas colônias de pescadores. Conjecturo que, eventualmente, algumas destas escolas possam ser aquelas que foram, em orçamentos anteriores, identificadas com os nomes das regiões onde se localizavam.

Identifiquei arquivado também o Decreto-Lei n. 47, de 19 de dezembro de 1939, referente às receitas e despesas fixadas para o exercício de 1940. Esse documento está estruturado de modo diferente dos anteriores. Consta de um miolo com 50 páginas, onde constam as Tabelas Explicativas da Receita. Esse é precedido por uma tabela que ocupa 4 páginas, em tamanho maior que as páginas regulares do documento, sendo dobradas para se incorporarem ao livreto.

Essa primeira tabela oferece uma visão geral do orçamento, especificando no Artigo 1º. a Receita do Município de São Francisco para o exercício de 1940, que é de Quinhentos e vinte e oito contos, e duzentos mil reis (528:200\$000), composta por uma parte tributária, que inclui Impostos e Taxas, uma parte patrimonial, que abrange renda imobiliária e renda de capitais, além de receitas diversas como a dos cemitérios e receitas extraordinárias que incluem cobrança da dívida ativa, indenizações e restituições, quota de fiscalizações diversas, contribuições do Estado, contribuições diversa, multa e eventuais.

Mas é no Artigo 2º, que designa as despesas do município, naquele momento totalizando Quinhentos e vinte e oito contos e duzentos mil reis (528:200\$000), que aparece o item 08, que se refere à Educação, Cultura e Publicidade. Contudo, no final do livreto, após a página 50, é que aparecem três folhas anexas, em tamanho A4, dobradas para se adaptarem ao tamanho do documento, contendo as Tabelas explicativas da despesa fixada para 1940. Na segunda folha das tabelas estão registradas, no item 08, as despesas com Educação, cultura e publicidade. Extraí o que diz respeito à educação, notadamente quanto à remuneração dos professores:

Vencimentos de 10 profess. Complement. De 1ª. categ. a	1:680\$000	16:800\$000
Idem de 6 professores de 2ª. categoria a	1.440\$000	8:640\$000
Idem de 4 professores de 3ª. categoria a	1.200\$000	4:800\$000
[...] Gratificação aos professores das escolas desdobradas	1.800\$000	

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1940)

Nota-se a política de remuneração do professorado vigente, com a respectiva diferenciação salarial. No cenário de institucionalização escolar, há o registro da presença de escolas desdobradas.

As despesas incluem ainda “Alugueis de prédios onde funcionam as escolas municipais”, no valor de 2:400\$000, “Material escolar” com despesa de 2:000\$000 e “Fiscalização escolar”, com rubrica de 2:400\$000; notamos valores gastos com os alunos da localidade, explícitos nos itens “Assistencia a alunos necessitados” no valor de 960\$000 e “Custeio dos estudos secundários de 1 complement. mais aplicado” com quantia de 1:800\$000 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1940).

Nesta peça orçamentária localizei ainda que há um outro item, denominado Contribuições e auxílios, onde também aparecem despesas referentes a instituições escolares e de outra natureza social ou assistencial. Dentre as despesas referentes ao campo educacional consta “Subvenção á Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar “Felipe Schmidt” no valor de 4:830\$000, “Subvenção ao Colegio “Stela Matutina” no valor de 1:200\$000, “Para alugueis de prédios onde funcionam escolas estadoais” com a quantia de 2:400\$000 e também uma despesa para assistência a aluno, identificada como “Bolsa Escolar do Liceu Industrial”, na quantia de 1:000\$000; já referentes às instituições assistenciais estão registradas despesas tais como “Auxilio ao Leprosario do Estado” no valor de 2:000\$000, “Idem (referindo-se à Subvenção) ao Hospital de Caridade” no valor de 4:800\$000, “Idem ao Asilo Joaquim S. Tiago também no valor de 4:800\$000, “Idem ao Albergue Noturno” na quantia de 600\$000 e “Auxilio á Soc. Assist. aos Lazaros e Combate á Lepra (Preventorio)” no valor de 1:580\$000 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1940).

Observo, assim, que em São Francisco do sul há uma complexa rede de instituições com fins educativos e assistenciais, que necessita ser mantida para o atendimento à população. Também é relevante a preocupação – mesmo que possa se considerada pequena e, talvez, para privilegiar um ou outro membro da sociedade local -, com fornecimento de auxílios para avançar nos estudos. Chama a atenção a bolsa para estudar do Liceu Industrial, instituição que ficava em Florianópolis.

Ainda referente à década de 1940, o Decreto-Lei n. 84, de 31 de dezembro de 1942, estabeleceu receita e despesa para o exercício do ano seguinte. O documento principia com três folhas maiores do que o documento, colocadas em dobra, onde consta o Decreto-Lei no. 84. O documento foi datado de 31 de dezembro de 1942, assinado pelo Prefeito Municipal Flordoaldo Nóbrega. Na parte de designação da despesa, consta: item “Educ. Publica Admi. Superior”, com itens de gastos com “Material permanente, “Material de consumo” e “Despesas diversas” que totalizam despesa de 7:500\$00; item “Ensino Primário, Secundário e Complementar”, composta por despesas de “Pessoal fixo” no valor de 50.400,00 e “Subv.,

Contrib. E Auxílios” apresentados com Despesas diversas no valor de 9.030,00; segue como “TOTAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA” 66.930,00 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1943).

Na parte final do documento consta a Tabela Explicativa da Despesa, que apresenta a discriminação, as dotações e os totais das despesas. Ali encontrei no código local 3 o item Educação pública que detalha as despesas constantes. Na parte de Administração superior, destaco as despesas com “Material de consumo”, que inclui “Material didático em geral” com valor de 1.000,00 e “Reparos em prédios escolares”, também com valor de 1.000,00; ainda ali estão as “Despesas diversas”, onde aparecem “Aluguel de prédios escolares”, com o valor 4.000,00 e “Assistência á alunos necessitados”, com quantia de 500,00, totalizando 4.500,00 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1943, p.61).

Especificamente na parte referente ao “Ensino primário, secundário e complementar”, constam as seguintes despesas, que se referem ao professorado de São Francisco do Sul naquele momento:

3 30	Pessoal fixo		
3 30 1	Vencimentos de professores de escolas isoladas, sendo os Titulados: Normalistas, ginazianos e Complementaristas, a 170 cruzeiros Não Titulados, a 140 cruzeiros	49.200,00	
3 30 2	Idem de professore que regerem os cursos desdobrados, a 100 cruzeiros	1.200,00	50.400,00

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1943, p.61).

Quanto às Subvenções, contribuições e auxílios, temos o seguinte registro, que finaliza explicitando que o “Total da educação pública” é de 66 930,00:

3 84	Despesas diversas		
3 84 1	Subvenção ao “Colégio Stella Matutina”	1.200,00	
3 84 2	Contribuição á Escola Complementar, anexa ao Grupo Escolar “Felipe Schmidt”	4.830,00	
3 84 3	Bolsa Escolar do Liceu Industrial de Santa Catarina	1.000,00	
3 84 4	Custeio dos estudos secundários de um complementarista mais aplicado	2.000,00	9.030,00

(SÃO FRANCISCO DO SUL, 1943, p.61).

Diante do analisado, percebo a contribuição que fontes dessa natureza podem dar para a elaboração da historiografia da educação escolar.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma contribuição à historiografia da educação brasileira, notadamente no campo da História de Instituições Escolares. Para tanto, me debrucei sobre o processo histórico de institucionalização de escolas em São Francisco do Sul, município localizado em Santa Catarina, considerando o arco cronológico entre o ano de 1835 e a primeira metade do século XX, chegando ao ano de 1935.

Ratifico que o município atualmente denominado São Francisco do Sul possui relevante significado histórico, uma vez que foi a primeira povoação estável e reconhecida a partir do século XVII na região Sul do Brasil, cujos primeiros registros da presença de navegadores remonta a 1504, quando uma expedição francesa, liderada pelo navegador normando Binot Palmier de Gonneville, teria aportado na ilha. Sendo que também há registros da tentativa de colonização por parte dos espanhóis, que chegaram à região nos idos do século XVI. O povoado foi reconhecido em 1658 recebendo posteriormente a denominação de Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, em 1665, quando foi elevada a categoria de paróquia. Sendo mais tarde reconhecida como cidade pela Lei provincial nº 239, de 15 de Abril de 1847, e tendo a denominação São Francisco do Sul vigorado a partir de 1943. A cidade tem seu Centro Histórico tombado por lei federal, considerado como patrimônio nacional desde 1987.

A metodologia empregada teve por base uma pesquisa documental, de cunho histórico, utilizando documentos como livros de atas da Câmara de Vereadores, Leis Orçamentárias, decretos municipais, documentação de escolas, fotografias e imprensa local, estadual e nacional em bases digitais e concretas. Os dados garimpados foram analisados à luz de literatura de base histórica considerando a história da educação brasileira e os processos de institucionalização dos estabelecimentos escolares em São Francisco do Sul.

Na estruturação do estudo, notadamente na seção dedicada ao registro dos achados sobre a história da educação escolar em São Francisco do Sul, apresentei as instituições conforme um critério de natureza tipológica.

Quanto à atividade escolar nos anos finais do século XIX, foram identificadas fontes que apresentam elementos como a necessidade de provisão de professor de primeiras letras, sendo que as primeiras nomeações encontradas, datam do ano de 1841. Antes disso, tendo me apoiado nos estudos de Faria (2004, p.15), constato que no município de São Francisco do Sul, foi autorizada a criação de uma escola do sexo feminino, oficializada por documento expedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no ano de 1835. Ou seja,

seis anos antes da primeira nomeação localizada. Mas registro o fato de que, desde o ano de 1828, afixavam-se editais na capital da província, referentes a concurso para o preenchimento das cadeiras de primeiras letras no Desterro e nas vilas de Laguna, São Francisco e Lages, como também para a escola de meninas na capital.

De modo a estabelecer alguns parâmetros para a análise do processo de criação de escolas públicas ou privadas de instrução elementar em Santa Catarina, e em São Francisco do Sul, inicialmente apresentei uma sistematização de dados obtidos por meio de pesquisa documental nos Relatórios de Presidente de Província (RPP) – por vezes denominados como FALLAS, documentos apresentados pelos Presidentes à Assembleia Legislativa na Província de Santa Catarina.

Também foi possível localizar algumas nomeações em livro de assentamento onde eram registradas nomeações de professores no século XIX. Foram sendo confirmada pelas fontes a organização de uma escola de primeiras letras destinada a meninos, e também de duas instituições destinadas ao atendimento de meninas, em São Francisco do Sul que estavam em funcionamento nas décadas finais do século XIX, isso em torno do ano de 1876. Considerando as fontes memorialísticas agregadas no percurso da pesquisa, que contribuíram para a compreensão do contexto histórico cultural que norteava o cotidiano franciscuense no período elencado, foi possível reconhecer protagonistas, e analisar aspectos mais específicos de sua tessitura.

Em especial, por meio das lentes das memórias de Damázio Carlos Maciel que vão de 1878 a 1900, e integram o acervo da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro, foi possível construir imagens mentais e compreender a aridez de um período onde os recursos eram poucos e existiam poucas escolas na ilha. Sendo possível, ainda, perceber as dificuldades existentes no final do século XIX para se adentrar ao mundo letrado.

Referente ao período das primeiras décadas do século passado, identifiquei em São Francisco do Sul a criação de um conjunto de instituições de natureza diversa.

Sendo que a chamada Escola do Mestre Quincas (Professor Joaquim Antônio de S. Thiago), que lecionava para meninos e onde sua esposa Clara de Almeida S. Thiago, lecionava para meninas, ainda faz parte da memória coletiva e foi citada em várias fontes. A escola do Mestre Quincas funcionava em sua própria residência e nela estudaram intelectuais reconhecidos como o historiador e escritor Carlos da Costa Pereira.

Entre a diversidade de instituições, foi identificado um anúncio no Jornal O Mensageiro, datado de 1905, uma escola de caráter confessional com o nome de Escola Evangélica de Primeiras Letras que funcionou nos fundos da Igreja Presbiteriana, mas para a

qual não foi possível localizar alguma outra fonte documental que esclarecesse a existência dessa escola, uma vez que os arquivos dessa instituição não foram encontrados. Ocorreu também em São Francisco do Sul no ano de 1915, a institucionalização de uma escola também de caráter confessional, dirigida pelas Irmãs da Divina Providência, o Colégio Stella Matutina, que no princípio era dedicado exclusivamente à educação feminina, passando mais tarde a matricular também meninos. Tal instituição passa na década de 1970 passou por um processo de venda de seu patrimônio tornando-se uma escola particular. E no ano de 1918 teve início o funcionamento do Grupo Escolar Felipe Schmidt, o primeiro Grupo escolar na cidade, com arquitetura monumental e simbólica trazido pelos ventos da modernização educacional do período republicano.

Ao adentrar a segunda década do século XX, foi aberta a *Deutsche Schule* – a Escola Alemã local, sob a direção da Comunidade Evangélica Luterana de São Francisco, que pode ser entendida como uma escola étnica, dada a sua filiação à cultura germânica trazida para São Francisco pelos imigrantes alemães que se instalaram na cidade.

Também peculiar, devido à sua finalidade social, é a instituição denominada como Asylo de Orphãos e Velhice Desamparada “Joaquim S. Thiago”, ou simplesmente Asilo Joaquim S. Thiago, como é conhecido entre os moradores locais, que iniciou suas atividades, marcadamente assistenciais em 1932. Identifiquei ainda que, na década de 1940, segundo informações encontradas nos arquivos da Biblioteca Augusto José Ribeiro, teria funcionado no mesmo prédio antes ocupado somente pelo asilo, uma escola primária que era mantida pela Empresa de Navegação Lloyd Brasil: a “Escola do Lloyd”.

Considerando que São Francisco do Sul é uma ilha do litoral catarinense, foi identificado nessa ambiência o funcionamento de escolas de pescadores, na região denominada Colônia de Pesca Z-2, ativas nas décadas de 1920 e 1930. Com o intuito de melhor caracterizá-las, apresentamos dados referentes à Escola de Laranjeiras. Tendo em vista a natureza da atividade econômica da população que habita em São Francisco, identifiquei, ainda, outros tipos de escola, como aquela organizada pela prefeitura em atendimento aos apelos do Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches, em 1931, e de uma escola municipal que funcionou na sede do Sindicato dos Operários Estivadores, em 1940.

Outra instituição confessional que se instalou em São Francisco do Sul foi a Escola Primária Adventista, isso no ano de 1935, atrelada ao contexto evangelizador da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Foi possível compreender embasada pelos achados da pesquisa, sobretudo na década de 1930 e no princípio da década seguinte, a administração municipal francisquense

investiu na criação de várias escolas primárias, vinculando esse fato à boa saúde financeira da Prefeitura Municipal, mas também dizendo estar atendendo à necessidade de levar instrução a todos os recantos da ilha e à parte continental que compunham o território de São Francisco do Sul.

Entendo que este foi um percurso realizado e compreendido a partir da escolha de um recorte histórico, de uma metodologia e de fontes possíveis e ao alcance, outras, literalmente “garimpadas” que possibilitaram vislumbrar o “mosaico” de instituições escolares que surgiu em São Francisco do Sul de meados do século XIX a meados do século XX. Considero os resultados aqui apresentados como uma contribuição sistematizada para os estudos em História da Educação no estado de Santa Catarina e para São Francisco do Sul. De certa forma o preenchimento de uma lacuna historiográfica ora detectada, foi realizado.

Mas, estimo que a continuidade das pesquisas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina como também a consulta a outros fundos documentais, e o aprofundamento das análises da volumosa documentação presente na Biblioteca Augusto José Ribeiro, em São Francisco do Sul, aliados à busca nas hemerotecas digitais, trará novos e relevantes dados sobre a história das instituições escolares de São Francisco do Sul ampliando a compreensão dos processos, protagonismos e relações atrelados ao campo da História da Educação.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS de Otávio da Silveira, artigos não publicados. Acervo dos arquivos da Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Ed. Moderna. 2006.

A IGREJA Luterana no Brasil 1898 – 1905- 1955. Documento traduzido pelo Pastor Ari Knebelkamp. 2015.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. **Viagem pelo Sul do Brasil – 1858**. Segunda parte, Tradução do Instituto Nacional do Livro – da edição de Leipzig – 1859. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro: 1953

BÖBEL, Maria Terezinha; e S. THIAGO, Raquel. Joinville. **Os Pioneiros - documento histórico – 1851-1866**. Joinville: Ed. UNIVILLE, 2001.

BERTUCCI, Maria Liane. SILVA, Silvana C. H. P. da, **A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)**. Revista Brasileira de história da educação. Maringá-PR, v 14. N.2 (350 p. 103-133, maio/ago.2014.)

BEZERRA, José de Moura. **Pequena História de São Francisco do Sul**. Curitiba: Composição e impressão: A. M. Cavalcanti & CIA. LTDA, 1976.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **História Catharinense**. Livraria Moderna. Florianópolis, s.d..

CAMARA, Sônia. Infância Pobre e Instituições Assistenciais no Brasil Republicano. In:**História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. FARIA FILHO, Luciano Mendes; ARAÚJO, Vânia Carvalho de. (Orgs.).Vitória: EDUFES, 2011, p.17-53.

CARDOSO, T. F.L. As aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C.(Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, VI: 2004.

CARDOSO, T.F.L. **As aulas Régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática, 1759-1834**. Revista História da Educação. Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel (6), 105 a 130. Outubro de 1999.

CARVALHO, L.R. **Ação Missionária e educação**. In HOLLANDA, SB. História geral da civilização brasileira. Tomo I, V.1, livro 3º cap.IV, 1995.

COELHO, Luciano Moraes. **Economia e tributos em tempos coloniais**. Ed. UNIVILLE, Joinville, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP, 1992.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Prefeitura Municipal de S. Francisco. **Decreto-Lei n. 47** de 19 de dezembro de 1939 Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1940. São Francisco do Sul: Impressora S. Francisco Ltda, 1940.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Prefeitura Municipal de São Francisco. **Decreto-Lei n. 84** de 31 de dezembro de 1942 Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1943. São Francisco do Sul: Impressora S. Francisco Ltda, 1943.

FERREIRA, Patrick Vieira,; SOUZA, Roger Marchesini de Quadros. **Educação Adventista: origem, desenvolvimento e expansão.** Revista Brasileira de História da Educação. V.18. 18-48. 2018.

FARIA. Véra Lúcia. (Org). **Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – São Francisco do Sul: manuscritos avulsos.** Florianópolis: 2004.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público –Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano.** 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FRANCA, L. **O Método Pedagógico dos jesuítas (*Ratiuo Studiorum*).** Rio de Janeiro: Agir, 1952

GOULART FILHO, Alcides. Regulação e Institucionalização das Atividades Pesqueiras no Brasil. **Revista Estudos Históricos.** Ano VIII. Uruguai. Jul. 2016,p. 1-23.

GREENLEAF, Floyd. **Terra e Esperança: o crescimento da Igreja Adventista na América do Sul,** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss Dicionário de Língua Portuguesa.** 3ª ed. São Paulo: Editora Objetiva, 2009.

<https://antiquarisch.de/giaq/search/Fibeln/page-4>

JORNAL A Estrela, de 22 de agosto de 1861.

JORNAL A Razão, nº 71 de 27 de março de 1920.

JORNAL A Razão, de 15 de Julho de 1918.

JORNAL Vanguarda, nº 59 de 01 de junho de 1933.

JORNAL Babitonga, Ano1, nº 1, de 14 de março de 1885.

JORNAL Babitonga, Ano 1, nº 3, de 1 de abril de 1885.

JORNAL Babitonga, Ano 4, de 23 de abril de 1885.

JORNAL Babitonga, Ano 4, nº de 11 de 18 de julho de 1885.

JORNAL Babitonga, Ano 1, nº 13 de 9 de julho de 1885.

JORNAL Defesa, 1932.

JORNAL O Liberal, 1937.

JORNAL O Liberal, Ano VIII, n.366, p. 02, datado de 01 de janeiro de 1938.

JORNAL O Mensageiro, nº 01, anno 1, São Francisco do Sul – 01 de Setembro de 1905, p. 02

JORNAL O Mensageiro, nº 15, 1916.

JORNAL O Mensageiro, de 1917.

JORNAL O Mensageiro, de 1918.

JORNAL Realidade, Ano 5, nº 104 de 24 de dezembro de 2001.

JORNAL O Vicentino, ed. 25.1939.

JORNAL Vozes da Juventude, Ano 1, nº 1, Abril de 1947.

LEI MUNICIPAL Nº 672 de 3 de maio de 1978, Fonte: <https://leismunicipais.com.br> acesso em 24 de outubro de 2018.

LEMOS, Giovanni. **História da Colônia de Pescadores Z-2 Nossa Senhora da Graça**. Artigo publicado no Jornal Folha do Litoral, 2ª quinzena. São Francisco do Sul: 2001

LEONARDI, Paula. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.11, n.2 (26), p. 103-129, maio/ago. 2011.

MACIEL, Dámazio Carlos. **Relato autobiográfico** (não publicado e não datado). Arquivo histórico da Biblioteca Pública Augusto José Riebeiro. São Francisco do Sul.

MAIA, Alberto Luiz da Silva e. **São Chico e nossas histórias**. Joinville,SC: manuscrito Editora, 2019.

MUNICIPIO DE S. FRANCISCO DO SUL. **Lei Orçamentaria para o exercício de 1923**. São Francisco do Sul: Typographia Apollo. 1923.

NAGLE, J. **A educação na primeira república**. In: HOLLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, Tomo III, v. 2, livro 3º., p. 259-291.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. Peregrino Servita de S. Thiago. **Revista Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau. Tomo XXXVII. Nº 5. maio. 1996.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A.V.; VECHIA, A. (Orgs.) **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008, p. 15-32.

OLIVEIRA, Andréa de. **A Palavra: entre o Oral e o Escrito – Um registro de Literatura de tradição Oral em São Francisco do Sul**. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2012.

OLIVEIRA, Andréa de. **Percorrendo nossa ilha – geografia e história de São Francisco do Sul**. Joinville: Ed. Letra D'água, 2004.

OLIVEIRA, Andréa de. **Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul – cem anos de História**. Joinville: Ed. Letra D'água, 2018.

OLIVEIRA, Andréa de. **Comandante Zera – um homem do mar**. Joinville: Ed. Letra d'água, 2015.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAIVA, J.M. **Igreja e educação no Brasil colonial**. In STPHANOU, M; CÂMARA BASTOS, M.H. (orga.) **História e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2004. V.I.

PEREIRA. Carlos da Costa, **O nascimento de Frei Fernando Trejo y Sanabria em São Francisco do Sul**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

PEREIRA. Carlos da Costa. **Riscos e Traços**. Florianópolis: Edição do governo do Estado de Santa Catarina, 1978.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

PEREIRA, Heloísa Daldin.; e VECHIA, Ariclê. As Práticas Educativas no Colégio Cajurú em Curitiba (1957-1972): A revista Família Cristã como instrumento de inculcação do ideário Ultramontano francês. **Anais do VII Congresso brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil**. v.1, p. 1-15, Cuiabá, 2013.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte Luas – viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Le Voyage de Gonneville (1503-1505) la découvert de la normandie par les indiens du Brésil**. Paris: Editions Chandeigne, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Lei Orçamentaria para o exercício de 1930. São Francisco do Sul: Typographia Paulo Krelle, 1929.

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DO SUL. Lei Orçamentaria 1936. [s.i].

PILETTI, Nelson. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1996.

SANTA CATARINA. **Relatório do vice presidente da província Amorim do Valle** apresentado à Assembléia Legislativa em 1850.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009.

SANTA CATARINA. **Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979**. Governo do estado de Santa Catarina. Fundação Catarinense de Cultura. Consultoria geral do Estado. Imprensa do Estado. Florianópolis: 1980.

SANTA CATARINA. **Relatório do presidente da província Antero José Ferreira de Brito** apresentado à Assembléia Legislativa em 1841.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província José Coutinho** apresentado à Assembléia Legislativa em 1851.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves** apresentado à Assembléia Legislativa em 1865.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província João Thomé da Silva** apresentado à Assembléia Legislativa em 1875.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello** apresentado à Assembléia Legislativa em 1876.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província Antero Ferreira de Brito** apresentado à Assembléia Legislativa em 1884.

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da província Francisco José da Rocha** apresentado à Assembléia Legislativa em 1887.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Ritualismo e nacionalização da escola primária em Santa Catarina (anos 1940). **Revista Educação em Questão**, Natal, v.56, n.49, julho/setembro. 2018.

SANTOS, A. V.. Zeitgeist ou espírito alemão: etno-história de germanidade e instituição da escola em Santa Catarina. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n.2, p.325-340, abr./jun. 2015.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A presença de Lutero no Brasil: o poder da fé, a imigração alemã e a educação. **Comunicações**, Piracicaba, v. 25, n.2, p. 283-305, 2018.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v 36, n2, p. 233-242, Jul-dec, 2014.

SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.19, e 062, 2019.

SANTOS, Isidoro Duarte. **O espiritismo no Brasil (ecos de uma viagem)**. vol. 1. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960a.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Relatório referente ao período administrativo de 1925**, apresentado pelo Superintendente Municipal de S. Francisco do Sul, Manoel Deodoro de Carvalho, ao Conselho Municipal, em 29 de Janeiro de 1926. São Francisco do Sul: Typographia Apollo, 1926.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **DECRETOS**. Prefeitura Municipal, 1931.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Relatório referente ao período administrativo de 1927**, apresentado pelo Superintendente Municipal de São Francisco do sul, Manoel Deodoro de Carvalho 1928. São Francisco do Sul: Typografia Apollo, 1928.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **ACTA de exames** . Escola de Laranjeiras. 1919.

SCHMIDT, Leonete Luzia. **Educação e Instrução na Província de santa Catarina. In. Educação e Instrução nas províncias e na Corte Imperial – (Brasil, 1822-1889)**. EDUFES. Vitória: 2011.

S. THIAGO, Arnaldo. **Memórias de um Franciscano**. Florianópolis: Edição do Governo do Estado, 1953.

S. THIAGO, Arnaldo. **Fagulhas**. São Francisco do Sul: Edição do autor, 1927.

S. THIAGO, Arnaldo. **São Francisco do Sul** – notícia estatística descritiva. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina, 1941.

SIBEL, Nelci Terezinha. **São Francisco do Sul – 500 anos – Construções Históricas**. Ed. &A. Joinville: 2004.

SOARES, Olavo. **Uma mulher no caminho do Peabiru – história de dona Mencia Calderon e Sanabria**. Ponta Grossa: edição do autor, 2006.

SPCER, W. A. Helpful Writing on Christian Education. **Advent review and sabbath herald**. vol.123, n 02. Battle Creek, Michigam, 10 january 1946, p. 04-05. Disponível em: http://www.adventistarchives.org/doc_info.asp?DocID=93293. acesso em 28 de março de 2019.

SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei Orçamentaria para o exercício de 1927**. São Francisco do Sul: Typographia Apollo, 1927.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. [S.l: s.n.], 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Por uma história sensorial da Escola e da escolarização**. Revista Linhas. Florianópolis. V 11 n. 02, p. 29-45, jul/dez. 2010.

WEBERE, M. J. G. A Educação. In: Holanda. **História Geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro. 5ªedição, T II, 1995.

WHITE. E. G. **A devida Educação**. In E. G. White. **Conselhos sobre educação** (p. 1-31). Casa Publicadora Brasileira: Tatuí, SP. 2007.

ARQUIVOS

Arquivo – Biblioteca Augusto José Ribeiro

Arquivo – Colônia de Pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça

Arquivo Histórico do Estado de Santa Catarina

Arquivo – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Hemeroteca do Estado de SC